



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

ERICA CRISTINA ALMEIDA LOPES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO COM
USUÁRIOS DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU EM BRAGANÇA/PARÁ

Belém

Julho / 2016

ERICA CRISTINA ALMEIDA LOPES

ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO COM
USUÁRIOS DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU EM BRAGANÇA/PARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pos-Graduação em Sociologia e Antropologia ó PPGSA do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia, área de concentração em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tânia Guimarães Ribeiro.

Belém

Julho / 2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Lopes, Erica Cristina Almeida, 1987-
Estratégias e experiências de participação: Um
Estudo com usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu em
Bragança/Pará / Erica Cristina Almeida Lopes. - 2016.

Orientadora: Tânia Guimarães Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia, Belém, 2016.

1. Reserva Extrativista Marinha
Caeté-Taperaçu (Bragança, PA). 2. Reservas
naturais-Bragança (PA)-Participação do cidadão.
3. Bragança (PA)-condições sociais. 4.
Participação social. 5. Gestão
ambiental-Bragança (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 333.72098115

ERICA CRISTINA ALMEIDA LOPES

ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO COM
USUÁRIOS DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU EM BRAGANÇA/PARÁ

Dissertação aprovada em 06 de Julho de 2016

Banca Examinadora:

Profª Drª Tânia Guimarães Ribeiro ó PPGSA / UFPA - Orientadora

Profª Drª Maria José da Silva Aquino Teisserenc ó PPGSA / UFPA - Examinadora
Interna

Profª Drª Dalva Maria da Mota - NEAF / UFPA - Examinadora Externa

Profª Drª Edila Arnaud Ferreira Moura - PPGSA / UFPA - Suplente

Profª Drª Maria Dolores Lima da Silva - PPGCP/ UFPA - Suplente

Belém

Julho / 2016

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha mãe, Cléo, e irmãos;

Às minhas colegas do Mestrado: Suziane Palmeira, Bruna Lisboa, Deizeane Santos e Tharyn Batalha;

À minha orientadora, professora Tânia Ribeiro, pela dedicação e pela oportunidade de participar do Projeto "O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação";

Aos companheiros de campo, Talita Silva e Bill, pela contribuição;

Às professoras Maria José Teisserenc e Edila Moura que colaboraram na avaliação do projeto de pesquisa.

À professora Dalva Maria por aceitar o convite para banca de defesa;

Aos amigos da Congregação Batista Água Boa, em especial ao Edson Penha;

Ao PPGSA pela oportunidade de crescimento profissional e incentivo financeiro por meio da bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

A todos os usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, que foram generosos ao compartilharem comigo suas experiências de vida e luta. Estes foram o centro da minha pesquisa.

A todos,

Muito Obrigada!

Para Jamille

RESUMO

Esta dissertação analisa as experiências e estratégias utilizadas nas práticas participativas de usuários e líderes comunitários na cogestão da Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu (REMCT) em Bragança-Pa. Esta inquietação surgiu da intenção de compreender a participação desses usuários nas discussões e demandas na gerência da REMCT, considerando que a literatura mostra que estes geralmente são tolhidos nesse processo. Desta maneira, o principal objetivo do trabalho é analisar a conformação das estratégias que os usuários utilizam para a gestão da Resex, bem como verificar que peso suas experiências participativas tem nos processos de cogestão da UC. O estudo foi baseado na metodologia qualitativa, com o estudo de caso, pesquisa de campo utilizando técnicas como entrevista semiestruturada e observação, além de pesquisas bibliográficas e documentais. A partir da observação da atuação dos agentes no cotidiano da Resex, constatou-se que os históricos de ativismos dos usuários foi fundamental na formação da participação destes na gestão da Unidade de Conservação e esse histórico é a principal estratégia que eles destacam no ambiente político, por serem usuários e conhecerem a realidade extrativista. Foram identificadas como principais motivações para atuação destes na Resex, os benefícios sociais recebidos e a preocupação com a conservação dos recursos naturais; e como dificuldades, o distanciamento entre os entrevistados e a associação de usuários em virtude da desconfiança nos representantes comunitários.

Palavras-chave: Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Participação, Estratégias, usuários.

ABSTRACT

This thesis analyzes the experiences and strategies used in participatory practices of users and community leaders in the co-management of Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu (REMCT) in Bragança-Pa. This inquietude came from the intention to understand the participation of these members in discussions and demands on management of the REMCT considering that the literature shows that these are often hampered this process. Thus, the main objective of the study is to analyze the conformation of the strategies that users use to manage Resex and verify what importance their participatory experiences in co-management process of UC. The study was based on qualitative methodology, the case study, field research using techniques such as semi-structured interviews and observation, as well as bibliographic and documentary research. By observing the activities of agents in everyday Resex, I noticed that historical activism of the users was essential in the formation of their involvement in the management of the conservation area and these histories are the main strategy that they stand in the political environment, because they are users and know the extractive reality. I identified as main motivations for these acting in Resex the social benefits received and concern for the conservation of natural resources; and as difficulties, the distance between the interviewees and the members association due to the distrust of community representatives.

Keywords: Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Participation, strategies, users.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 ó Mapa de localização da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.....	19
Figura 2 - Mapa de localização das comunidades da Resex Marinha Caeté-Taperaçu e seu entorno.....	32
Figura 3 - Vila do Treme, vista do alto da torre telefônica..	33
Figura 4 - Família catando caranguejo na Vila do Treme.....	34
Figura 5 - Porto da Vila do Treme.....	34
Figura 6 - Local de despejo da carapaça do caranguejo.	35
Figura 8 - Cortejo de motos para homenagear Nª Sª de Nazaré.....	36
Figura 7- Círio de Nossa Senhora de Nazaré na Vila do Treme.	36
Figura 9 ó Instituições localizadas na Vila Bonifácio.....	38
Figura 10 - Rancho.....	39
Figura 11 - Caixas de madeira com bombas d'água.....	40
Figura 12 - Venda de água na Vila Bonifácio.	40
Figura 13 - Casas construídas pelo INCRA.	44
Figura 14 - Orla de Bragança..	47
Figura 15 - Regiões de Integração do Pará (Pará, 2012) com destaque para Região de Integração Rio Caeté.....	48
Figura 16 ó Prédios históricos em Bragança.	49
Figura 17- Certificado de Formação de Conselheiros do Conselho Deliberativo da REMCT.....	79
Figura 18 ó Local onde funcionava a Associação de Filetagem do Pescado Ajuruvila.	93
Figura 19 - Processo de Formação do Conselho Deliberativo.	98
Figura 20 - Assembleia de moradores e usuários para a criação do Plano de Uso ó 2005.	103
Figura 21 - Oficina para elaboração do Plano de Manejo.....	106
Figura 22 - Regras de usos elaboradas na oficina do Acordo de gestão.....	109
Figura 23 - Reunião para discussão do Acordo de Gestão ó 2015.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 ó Entrevistados por comunidade e por instituições. Bragança, 2015.....	26
Quadro 2 - Comunidades e Pólos da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu / Bragança-Pa.....	31
Quadro 3 - Perfil dos entrevistados nas comunidades. Bragança, 2015.	41
Quadro 4 ó Resex´s Marinhas do Salgado Paraense.....	56
Quadro 5 ó Trajetória histórica de criação da Resex Marinha Caeté- Taperaçu ó Bragança-PA. Período: 1999 ó 2005	60
Quadro 6 - Expectativas de usuários da Resex Caete Taperaçu com relação a Reserva.76	
Quadro 7 - Organizações locais identificadas no Plano de Manejo, 2012.....	92
Quadro 8 - Organizações citadas no cadastro de beneficiários da Resex. Bragança, 2012.	96

LISTA DE SIGLAS

AFPA - Associação de Filetagem do Pescado Ajuruvila

AG ó Acordo de Gestão

ASSUREMACATA - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu

CAUREM - Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Pará

CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

CNPT - Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DS - Desenvolvimento Sustentável

ECOOIDEIA - Cooperativa de Ideias Ambientais e Tecnologias Sociais

EMATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FACIABA - Federação das associações comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Pará

FNO - Fundo Constitucional Norte

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE ó Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDATAM - Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LCB - Lions Clube de Bragança

MADAM - *Mangrove Dynamics and Management*

MPP - Ministério Público do Pará

MMA ó Ministério do Meio Ambiente

MST ó Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

ONG ó Organização Não Governamental

PMB ó Prefeitura Municipal de Bragança

PNRA - Programa Nacional da Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PU - Plano de Utilização ou Uso

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Resex (ø) ó Reserva (s) Extrativista (s)

REMCT - Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará

SEMTRAPS - Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

SINPAB - Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança

SNUC ó Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	15
1.1. Percurso metodológico e instrumentos de pesquisa	22
1.1.1. Pesquisa qualitativa	22
1.1.2. Etapas da pesquisa.....	23
1.1.3. Realização da pesquisa de campo	25
1.2. Estrutura da dissertação	27
2 ó POPULAÇÕES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	28
2.1. As Comunidades da Resex.....	30
2.1.1. Vila do Treme	33
2.1.2. Vila Bonifácio.....	37
3 ó CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ TAPERACU (REMCT) EM BRAGANÇA/PA.....	46
3.1. Contexto regional	46
3.2. Histórico de ocupação e características gerais do município de Bragança.....	48
3.3. Movimentos sociais e a criação de Resexs no contexto da ambientalização..	51
3.4. Mobilizações para criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT).....	59
3.5. Os conflitos que se seguem com a criação da Resex.....	64
4 ó ESTRATÉGIAS MOBILIZADAS PARA A PARTICIPAÇÃO	67
4.1. Participação Política	69
4.2. Experiências como estratégia de participação dos usuários da REMCT	73
4.3. Como definem os usuários participação no âmbito da Resex.....	77
4.4. Os dilemas da representação comunitária.....	78
4.5. Participação: Direito que se tornou dever?	82
5 ó INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E COGESTÃO DA RESEX	86
5.1. Institucionalização dos recursos naturais.....	86
5.2. Os Limites da Reserva: Fronteiras, territórios e usuários.	87

5.3. Organizações locais e instâncias de representação formal	90
5.4. Instrumentos e instâncias de participação.....	94
5.4.1. A atuação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA).....	96
5.4.2. Conselho Deliberativo (CD): Alianças e acordos no âmbito da Resex.....	97
5.4.3. Plano de Utilização (uso) e Plano de Manejo: Construção participativa de um instrumento de gestão	102
5.4.4. A construção do Acordo de gestão.....	108
6 - CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE 1: Roteiro de entrevista	124

1 - INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa como as experiências sociopolíticas de usuários da Reversa Extrativista Marinha Caeté Taperaçu (REMCT, Bragança-Pa) são mobilizadas para a participação na cogestão da Unidade de Conservação. Esta inquietação surgiu da intenção de compreender a participação e o protagonismo desses agentes sociais nas discussões e demandas na gerência da REMCT, a partir de suas percepções.

A pesquisa integra o projeto *“O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação”*¹, o qual possui como campo de estudo as Reservas Extrativistas Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta (situadas nos municípios homônimos) e a Resex Marinha Caeté-Taperaçu (localizada no município de Bragança/Pa).

Ressalta-se que a preocupação com a temática ambiental esteve presente em grande parte da minha graduação. Já no primeiro ano (2009) participei do projeto de extensão *“Educação para a sustentabilidade: uma abordagem multidisciplinar”* o qual pretendia estimular uma prática docente qualificada e sensível às questões socioambientais da atualidade. Em 2011, fiz parte da equipe de elaboração do projeto, também de extensão, *“Educação Ambiental: uma abordagem cinematográfica”*, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (PROEX/UFPA), o mesmo propunha a utilização de produções fílmicas, que discutiam temáticas ambientais, para viabilizar a educação ambiental na formação de alunos do ensino fundamental.

Ainda nessa linha ambiental, o meu Trabalho de Conclusão de Curso (2013) foi fruto do estágio docente que realizei na Fundação Escola Bosque - localizada na Ilha de Caratateua, Belém. O trabalho discute a peculiaridade do ensino de Sociologia, que na

¹ Coordenado pela Profª Drª Tânia Ribeiro e financiado pelo CNPq/Nº 43/2013, o projeto tem por objetivo analisar os canais utilizados pelas populações locais para participarem das instâncias, como o Conselho Deliberativo e verificar como influenciam nas decisões de cogestão do território da Resex, de acordo com seus saberes e experiências.

instituição é voltado, também, para as o estudo das particularidades socioambientais das comunidades que circunvizinham a escola.

Apesar dessa aproximação com a temática socioambiental, nenhuma das atividades anteriormente realizadas concebia a questão do ambiente ligado ao estudo de Unidades de Conservação (UC). Assim, ao delimitar o objeto de estudo da dissertação, foi necessário adensar leituras acerca de categorias com as quais, até então, eu ainda não havia tido aproximação, como: Unidades de Conservação, participação, território, ação coletiva, governança, movimentos sociais, gestão compartilhada e outras.

A partir da compreensão da ação coletiva no âmbito local e seus resultados frente aos conflitos existentes em torno da gerência de uma UC, foi-se delineando o objeto de estudo desta pesquisa, situado nos debates sobre participação e na questão ambiental com a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável (DS) como projeto alternativo às iniciativas que veem na natureza um banco de recursos a ser explorado. Este entra na questão como uma referência, um possível justificador de projetos socioambientais.

O Desenvolvimento Sustentável (DS) é um conceito presente no Relatório Nosso Futuro Comum da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), de 1988, também chamado de Informe Brundtland. Esse relatório define que no DS é necessário suprir as necessidades das populações atuais sem comprometer o atendimento das futuras gerações.

O discurso do DS difundiu-se a partir de 1992 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro. O mesmo tornou-se uma espécie de mantra dito e repetido como sinônimo de proteção ao ambiente e ao ser humano (CAVALCANTI, 2003).

As ideias referentes ao DS foram antecedidas pela preocupação com a conservação dos recursos naturais que, de acordo com Pinchot (*apud*, DIEGUES, 2008) é o uso racional do recurso, evitando o desperdício, beneficiando a maioria dos cidadãos, inclusive das gerações vindouras.

A conservação dos recursos pressupõe a possibilidade de uso harmônico da natureza, porém na perspectiva preservacionista as intervenções humanas são vistas como agressão ao ambiente e a natureza é concebida como objeto de contemplação estética, e que deve ser protegida contra o desenvolvimento industrial.

De acordo com Leff (2011) a visão mecanicista legitimou a ideia de progresso da civilização moderna, assim, a racionalidade econômica não considerou o cuidado com a natureza na esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. Tal racionalidade suscitou uma competição desmedida das forças produtivas, ignorando as qualidades ecológicas de sustentabilidade da vida no planeta e teve como consequência, além da degradação da natureza, a alteração dos valores humanos, culturais e sociais. Em contrapartida esse autor também discute a chamada racionalidade ambiental, que segundo ele

incorporaria assim as bases do equilíbrio ecológico como norma do sistema econômico e condição de um desenvolvimento sustentável; da mesma forma se funda em princípios éticos (respeito e harmonia com a natureza) e valores políticos (democracia participativa e equidade social) (LEFF, 2011, p. 85).

A discussão a respeito do uso sustentável dos recursos naturais dá impulso ao surgimento das chamadas Unidades de Conservação Ambiental do tipo Reserva Extrativista (Resex), em meados da década de 1980, que é uma alternativa de conservação do ambiente a qual apela para institucionalização do uso dos recursos naturais, regularizando a utilização dos mesmos por meio de um Plano de Manejo², por exemplo e propondo a gestão participativa desses recursos para amenizar uma possível degradação.

Desta maneira, as Resex são emblemáticas nessa dinâmica como um novo modelo de utilização dos recursos naturais, pois a Amazônia foi marcada pela criação de unidades socioambientais.

² É o principal documento de gestão da Unidade de Conservação, que define a estrutura física, o zoneamento, as normas de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade socioambiental e socioeconômica. Este deve ser construído em conjunto com a população tradicional da Unidade de Conservação (BRASIL, 2007).

As Reservas Extrativistas nascem, em meados da década de 1980, em virtude de reivindicações de populações extrativistas no Estado do Acre, que visavam a garantia de direito de uso e permanência na terra, sendo esta, fonte de sobrevivência e renda. Resexos são espaços designados à exploração auto-sustentável, para conservação dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais extrativistas por meio de um contrato de concessão de uso e regulado por um plano de utilização ou acordo de gestão (ALLEGRETTI, 1994).

A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT), foco desta pesquisa, está localizada no município de Bragança, litoral Nordeste Paraense. Esta foi instituída por meio do Decreto de 20 de maio de 2005. É uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, distante 215 km de Belém, capital do Estado do Pará, possui área de aproximadamente 42 mil hectares (cerca de 20% da área total do município). As principais atividades extrativistas do local são a pesca e a retirada de caranguejo.

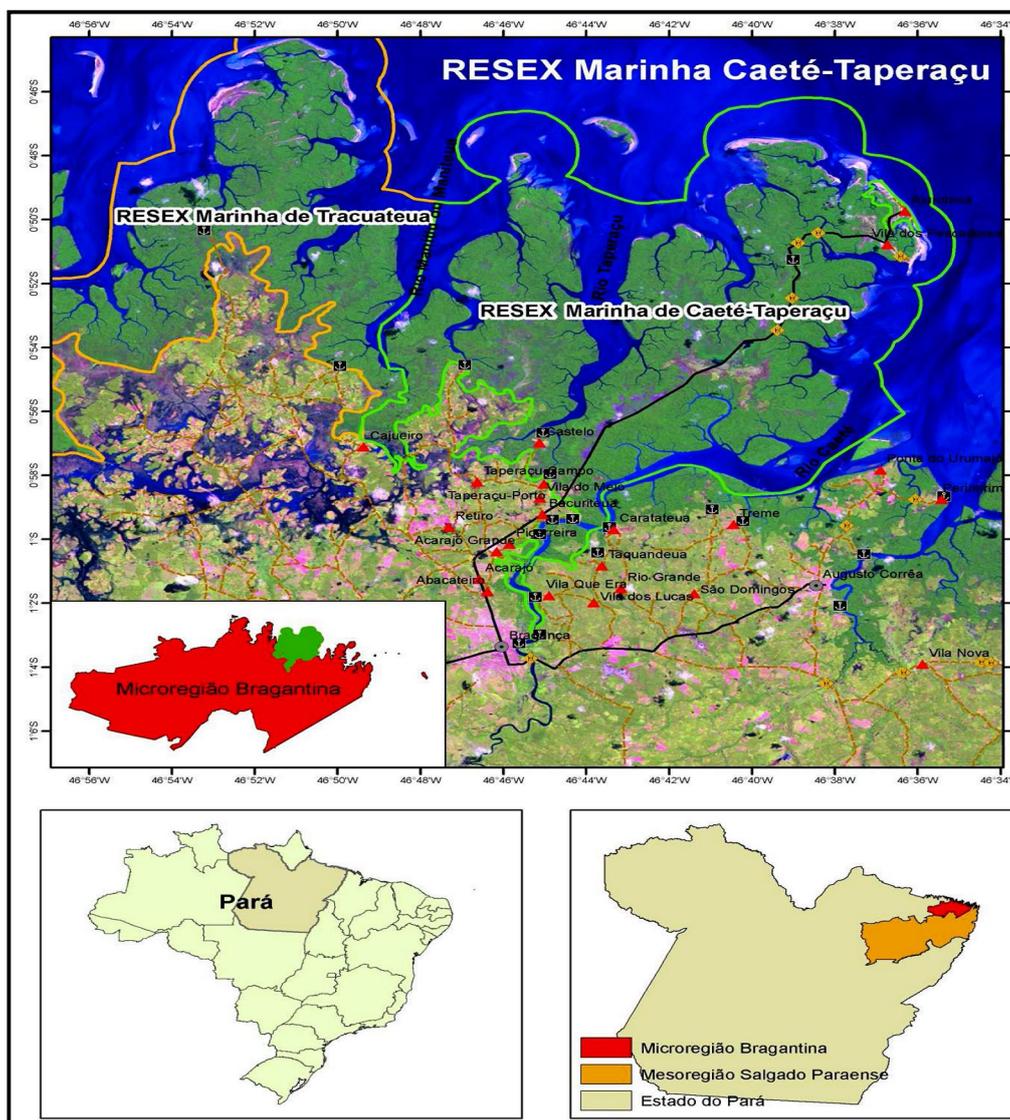


Figura 1 ó Mapa de localização da Resex Marinha Caeté-Taperaçu. Fonte: ECOOIDEIA - ABDALA; SARAIVA; WESLEY (2012a).

Bragança localiza-se no litoral do Pará e possui a segunda maior área contínua de manguezais do país, com cerca de 389.400 ha, onde vivem cerca de 48% da população do Estado do Pará. A costa Bragantina de manguezal é irregular e recortada, com inúmeras baías e estuários, com cerca de 7.500 km (SOUZA FILHO, 2005 *apud* ABDALA, 2012).

Esta região também faz parte da chamada Zona do Salgado por suas características litorâneas, uma vez que é banhada pelo oceano Atlântico. Possui além de

extensas faixas de bosques de manguezais, localmente também conhecido como mangue, uma grande diversidade de ambientes, onde uma significativa sociodiversidade também é observada. A fauna é rica e diversificada, constituída principalmente de peixes, moluscos e crustáceos (PERES, 2011).

O Brasil possui muitas áreas ambientalmente protegidas e a gestão destas é realizada sob diversos conflitos, uma das razões que colaboram para essa realidade, segundo Fontana (2004, *apud* BALLARINI, 2012) é o distanciamento das populações tradicionais dos processos de gestão da UC. Pois, entende-se que há dificuldade das populações em relacionar-se com as novas maneiras de gerenciar o ambiente trazidas pela Unidade de Conservação.

As pesquisas sobre participação em Unidades de Conservação tem sido cultivadas dia-a-dia nas produções sobre a gestão destas, pois a maioria dos cidadãos, sobretudo membros de comunidades rurais e das periferias urbanas, ainda permanece excluída do direito à participação (ZHOURI, 2008).

Nas oficinas de formulação do Plano de Manejo da REMCT, uma das questões levantadas pelos comunitários sobre o processo de criação da mesma, foram as informações inadequadas na apresentação do projeto da Resex com respeito aos deveres e direitos dos usuários, pois, segundo eles, os informes concentraram-se, sobretudo, nos benefícios que seriam dados pelo Governo, deixando em segundo plano quais seriam as obrigações dos usuários com a reserva. Outra questão presente nos reclamos é a necessidade de levar as discussões para as comunidades alcançadas pela Resex.

Silva Júnior (2013) em sua tese sobre o Conselho Deliberativo (CD) da REMCT (este estudo será mais explorado no decorrer da dissertação) expõe o posicionamento de conselheiros comunitários, os quais afirmam que o fator *õter conhecimento* e *õter informação* é fundamental para influenciar nas tomadas de decisão no CD.

Bursztyn *et. al* (2012) aponta que muitos conselheiros não são especialistas nos assuntos técnicos presentes nas políticas públicas e no processo deliberativo desses conselhos, o autor acrescenta que

A valorização do discurso técnico enquanto mais legítimo e competente está associada à dificuldade de atuação dos conselheiros com menor grau de

instrução ou que não tenham conhecimento dos termos técnicos setoriais. Isso faz que, no âmbito dos conselhos gestores, seja estabelecida uma relação de dominação de um ou mais grupos sociais sobre outros. (*Idem*, 2012, p. 185).

Para compreender como as populações tradicionais envolvem-se na cogestão da Resex, nesse trabalho a discussão se dá em torno das práticas e estratégias utilizadas pelos usuários da REMCT para participação em canais políticos da unidade como, por exemplo, o Conselho Deliberativo e a associação de usuários. Nesse sentido as questões norteadoras da pesquisa são: Como os agentes mobilizam estratégias e experiências para tomar parte dos recursos de gestão (Conselho Deliberativo, associação, plano de Manejo) da REMCT? Quais estratégias e experiências mobilizadas? E, como constroem acordos e alianças nos processos relativos à participação na gestão da Resex?

O principal objetivo da pesquisa é: Analisar as experiências participativas dos usuários da Resex para verificar como conformação de suas estratégias influenciam nos processos de cogestão da UC.

Para compreender como se dão tais condições de participação, toma-se as noções de capital social, de Bourdieu (1998) para caracterizar o que se denomina como estratégias. Pois tais populações para serem inseridas nesse novo perfil de relações socioambientais mobilizam recursos de acordo com as possibilidades adquiridas por meio de suas experiências e do capital social acumulado. Constitui-se também num aprendizado social, alimentado pelas experiências na luta diante de outros agentes mobilizados no território em tela. Daí a inquietação por compreender a participação para além da perspectiva formal, como uma espécie de obrigação política e também não apenas vê-la como uma condicionante para obtenção de benefícios materiais e econômicos, mas como uma forma de relação social e uma oportunidade de acessar direitos. Ela está nas práticas sociais, nas lutas, nas ações, nos movimentos. Ao participar, nos indivíduos existe um sentimento de pertença e concordância, ou seja, as motivações pessoais, de ordem subjetiva, imaterial (GOHN, 2011).

1.1. Percorso metodológico e instrumentos de pesquisa

Nesta pesquisa foi usada a metodologia qualitativa, com o método do estudo de caso e as principais técnicas foram a entrevista semiestruturada e observação. Para a fundamentação metodológica deste projeto, foram consultados autores como Chizzotti (2006), Oliveira (1998) e Goldenberg (2004). Expõe-se também o processo de pesquisa bibliográfica realizada em 4 programas de pós-graduação.

1.1.1. Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa, comumente utilizada pelas ciências humanas, ainda padece de duras críticas pelo seu caráter subjetivo. Apesar disso se fortalece dia-a-dia nas pesquisas sociais por cultivar o objetivo de impetrar o significado das experiências socioculturais, evento que as ciências naturais não buscam se envolver. Ou seja, pretendem compreender o sentido das ações (WEBER, 2012).

A Escola de Chicago abriu caminhos para a sociologia como um todo, em especial, referente ao uso da metodologia de pesquisa qualitativa. A partir dela, o trabalho de campo tornou-se uma prática de pesquisa comum, o que antes era reservado à antropologia (GOLDENBERG, 2004).

O método desta pesquisa é o Estudo de Caso, justamente pelo seu caráter qualitativo, pois não se busca agrupar um grande número de pessoas consultadas a respeito de suas práticas participativas e sim esboçar dos entrevistados o caminho percorrido e as motivações que os levam a participar dos ambientes políticos. O estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais, que se propõe a ser é uma análise holística

a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (GOLDENBERG, 2004, p.3).

Ressalta-se que o Estudo de Caso não fica preso no próprio caso, pois os resultados do estudo permitem a compreensão de outros membros do grupo e de outras

realidades. Um caso é o reflexo das relações sociais. Chizzotti (2006, p. 140) afirma que,

Um Estudo de Caso envolve a coleta sistemática de informações sobre uma pessoa particular, aspectos da vida de um indivíduo, de ações, de membro de um grupo, aspectos de um evento, de uma organização, empresa e comunidade. Recorre, para isso, a múltiplas fontes de coleta de informações, como documentos, cartas, relatórios, entrevistas, história de vida, observação participante, pesquisa de campo, recursos audiovisuais. A fonte mais constante e usual tem sido a entrevista nas suas diversas modalidades: aberta, semiestruturada ou focada.

De acordo com Oliveira (1998) não é possível adentrar na realidade dos nativos apenas com a observação, ou seja, como os mesmos veem e interpretam suas práticas, ritos e outros. Tais explicações nativas só poderiam ser obtidas por meio da entrevista, portanto, de um ouvir todo especial (Idem, 1998, p. 22).

1.1.2. Etapas da pesquisa

- Pesquisa bibliográfica: Levantamento de teses e dissertações que discorrem acerca de Unidades de Conservação e, especialmente, da Resex em tela, para conhecimento da mesma e visualizar as discussões já realizadas a cerca desta UC;
- Pesquisa documental: Análise de documentos pertinentes à REMCT como, Decretos de criação da Unidade, do Conselho Deliberativo (CD); Instruções Normativas de Uso, atas de reunião de CD, o Plano de manejo e a base documental da criação e funcionamento da associação de usuários;
- Levantamento de dados quantitativos na sede do ICMBio de Bragança;
- Pesquisa de campo.

O levantamento de teses e dissertações foi realizado em quatro programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará, com monografias que possuem em seu bojo debates socioambientais e sociopolíticos, para verificar as abordagens que estão

sendo produzidas e os contributos que a presente dissertação pode oferecer. Os programas foram:

1. Programa de Pós-Graduação Biologia Ambiental (PPBA) ó UFPA/Bragança, Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos;
2. Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPGLSA) - UFPA/Bragança; Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia;
3. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) - UFPA/Belém e
4. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), antigo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) ó UFPA/Belém, Mestrado e Doutorado em Sociologia e Antropologia.

No PPBA as dissertações são voltadas, principalmente, para os estudos dos ecossistemas do município e da relação dos usuários com os recursos naturais. No PPGLSA os trabalhos são diracionados, sobretudo, para questões literárias, folclóricas e memoriais das comunidades bragantinas. Foram destacados trabalhos que trazem contribuição a respeito da cultura bragantina, aspectos identitários dos moradores, descrição da região Amazônica e das comunidades e vilas pertencentes à Resex.

Na pesquisa feita no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU), as abordagens mais recorrentes nas monografias são: políticas educacionais, desenvolvimento, sustentabilidade, histórico da preocupação ambiental e outros análogos.

No Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) identificou-se dissertações e teses que tratam de políticas sociais, Desenvolvimento Sustentável, populações rurais, gestão coletiva de bens comuns, relação com regimes de propriedade, conflitos socioambientais e ação coletiva. As teses foram de amplo auxílio por discorrerem acerca da Resex na qual foi realizada a presente pesquisa e por desenvolverem-se em torno de questões referentes à participação, conflitos socioambientais, percepções sobre a Resex e gestão compartilhada da UC.

A partir do exposto percebeu-se o esforço dos pesquisadores de pós graduação em compreender as dinâmicas presentes nas relações contidas nos contextos de UCs, assim o meu trabalho pode trazer como aporte, o fato de buscar fazer emergir as percepções dos usuários acerca do que consideram participação e conhecer como os habitantes vivem o processo de chegar a tomar parte de espaços de discussão como o Conselho Deliberativo.

1.1.3. Realização da pesquisa de campo

O trabalho de campo foi realizado entre Outubro de 2014 e Novembro de 2015 com idas intervalares às comunidades Vila do Treme e Vila Bonifácio que são foco da pesquisa. A permanência em campo compreendia entre três a sete dias ininterruptos. Os períodos de permanência em campo serão descritos a seguir:

- 19 a 21 / 10 / 2014: Foi feito o primeiro contato com o campo;
- 20 a 22 / 05 / 2015: Foram realizadas as primeiras entrevistas com usuários da Resex;
- 27 e 28 / 08 / 2015: Entrevista com a gestora da Resex e reunião com grupo de Estudos Socioambientais Costeiros (ESAC);
- 11 a 17 / 09 / 2015: Entrevistas com usuários/lideranças da Vila Bonifácio;
- 24 /09 a 01/10/ 2015: Entrevistas com usuários/lideranças da Vila do Treme e participação da Reunião do Conselho Deliberativo;
- 9 a 17 /11/ 2015: Entrevistas com usuários/lideranças da Vila Bonifácio.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (gravadas) e informais com usuários que são lideranças associativas locais e com representantes institucionais (ver quadro 1). As entrevistas tinham como foco conhecer o processo de formação da Resex, verificar a presença de organizações e associações voluntárias, práticas de cooperação, participação em reuniões, oficinas de capacitação; para subsidiar a compreensão da participação dos atores da pesquisa. Buscou-se investigar os relacionamentos de

vizinhança e parentesco e motivações cotidianas que os impulsionaram para integrar processos participativos.

Além das entrevistas formais, foram realizadas observações e visitas em praças, festividades, estabelecimentos comerciais, conversas com moradores na frente de suas casas para ouvir histórias e falar de assuntos do dia-a-dia. O objetivo dessas vivências foi observar como estes se relacionam e compreender seus posicionamentos a respeito da Unidade de Conservação. Ainda foram realizadas conversas com pessoas que não participam de nenhuma entidade associativa com a intenção de verificar como estas veem a prática participativa e quais as razões de não participarem de associações ou outras organizações.

Quadro 1 ó Entrevistados³ por comunidade e por instituições. Bragança, 2015.

Usuários por Comunidades	Entrevista Formal	Entrevista informal	Total
Vila Bonifácio	6 Usuários (M.S., V.B., U.S., M.A., L.F. e A.P)	1 Usuário (A.V.)	7
Vila do Treme	6 Usuários (P.F., I.B., J.R., J.N., O.M. e A.S.)	1 Entrevista realizada em grupo	7
Taperaçu-campo	3 Usuários (V.S., D.S. e R. S.)	--	3
Centro de Bragança	1 Usuário (B. F.)	--	1
Bacuriteua	1 Usuária (M. L.)	--	1
Representantes de Instituições	Entrevista Formal	Entrevista informal	Total
Associação de usuários (ASSUREMACATA)	- Z. R. (1º presidente) Gestão: 2005 à 2009 - N. M. (2º presidente) Gestão: 2009 à 2013 - J. G. (3º presidente) Gestão: 2013 até a atualidade.	--	3
ICMBio	F.R. (gestor anterior)* Gestão: 2009 à 2014	S. L. (Atual gestora) Gestão: 2015 até a atualidade	2
Secretaria de Turismo	N. P. (Turismóloga)	--	1
Total	--	--	25

* A entrevista foi realizada por Tânia Ribeiro e Marcelo Oliveira, 2015.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

³ Para garantir o sigilo da identidade dos informantes, na pesquisa não são utilizados seus nomes próprios, apenas as iniciais dos nomes e sobrenomes.

Para verificar o envolvimento dos usuários nos ambientes de participação foram realizadas entrevistas com homens e mulheres extrativistas que possuíam algum histórico de participação em organizações no seio da Resex.

Nessa fase, o professor do Instituto Federal da Pará, Josinaldo Reis (mais conhecido pelos comunitários como Bill) que conhece muitos moradores, apresentou pessoas de interesse para a pesquisa pelos seus históricos de participação na UC. Além das pessoas indicadas pelo professor Josinaldo Reis, os informantes indicavam outros usuários - amigos e familiares - o que permitiu maior aproximação com estes.

1.2. Estrutura da dissertação

A dissertação está disposta em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo contextualiza-se o *locus* da pesquisa com uma apresentação das comunidades e usuários da Resex, discutindo a categoria populações tradicionais e sua relação com Unidades de Conservação.

No segundo capítulo faz-se uma exposição das características do Município de Bragança, o histórico das Resexes florestais e marinhas e os Movimentos Sociais no processo de criação da REMCT.

O capítulo três é voltado para discussão do conceito de participação e compreensão de como os usuários tomam parte dos meios políticos trazidos pela UC, e principalmente, verificar as estratégias utilizadas e os caminhos que os mesmos percorreram para chegar nesses ambientes.

O último capítulo expõe as instâncias de participação da Resex em foco, destacando as organizações locais e aquelas que surgiram com o advento da REMCT, como Associação de Usuários e Conselho Deliberativo. O objetivo é verificar como os usuários participam dessas instâncias, sejam elas espontâneas ou compulsórias.

2.6 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Diegues (2008) destaca que é necessário pensar a função de parques nacionais e reservas sem excluir os moradores tradicionais, diferente do modelo preservacionista o qual pressupõe que para proteção da diversidade biológica é necessário deixá-la sem a presença humana. Desta maneira, para a criação de uma Unidade de Conservação é relevante considerar as práticas peculiares e uso dos recursos naturais pela população moradora tradicional, seus modos de vida.

Tais populações tradicionais de acordo com Almeida e Cunha (2001, p. 29)

são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas, não necessariamente todas, as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

Nas comunidades tradicionais, a composição social e suas práticas de produção e reprodução estão pautadas em símbolos que constituem suas crenças e saberes a respeito da natureza que se traduzem em normas sociais sobre o acesso e uso dos recursos (LEFF, 2011, p. 94) e em relações solidárias contribuintes na formação de um protagonismo no uso e gestão na UC, pois para legitimar sua atuação a comunidade se apropria de atributos identitários, solidários, socioambientais e socioeconômicos para dar sentido e validar a participação na gestão do território e recursos naturais tendo em vista também a resolução de conflitos internos.

Levando em consideração que há um distanciamento das populações tradicionais dos processos de gestão das Unidades de Conservação (BALLARINI, 2012), entende-se que a compreensão dos procedimentos de gestão e as estratégias ligadas à experiência da participação é um requisito que se impõe em um contexto no qual a questão ambiental está em voga. É relevante compreender como a associação entre indivíduos é experienciada e como seus saberes se encontram com os saberes especializados na gestão do ambiente político.

Na dissertação, quando faz-se referência aos usuários e lideranças locais o termo utilizado para designá-los é a categoria *Agentes*, que na perspectiva de Bourdieu (2004) é um ativo e criativo que constrói objetos e estratégias.

Essas populações, quando passam a integrar as novas maneiras de gestão dos recursos, começam a reelaborar estratégias de disputas nesses ambientes. Na interpretação de Bourdieu (2004), esses ambientes de disputa são denominados de *campos*. Segundo este autor *os campos* são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas (*idem*, 2004, p. 27). Nesse campo, os agentes são caracterizados a partir de acúmulos sociais adquiridos em sua trajetória de vida, seu *habitus*⁴ e a posição que ocupa no campo.

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Moura (2007), na sua tese, identificou na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Manaus/AM) um *campo socioambiental* e analisou as ações da população da RDS na elaboração de estratégias mediante os projetos de conservação ambiental. Nesse campo, de acordo com a autora, as ações dos agentes com a natureza são redefinidas, bem como as relações entre os agentes sociais, tendo em vista que as negociações já não são apenas via parentes e amigos, mas pelo caminho associativo e envolvimento com representantes do Estado.

Na presente dissertação, a noção de *campo* não será amplamente desenvolvida. A referência a esse conceito é feita, sobretudo, para compreensão de que nas disputas nesse *campo socioambiental*, os usuários da Resex assumem posições, desenvolvem estratégias, criam condições que os favoreçam mediante as demandas e novas possibilidades da UC. Mas isso também dependerá dos seus capitais sociais, ou seja, redes de solidariedade que possuem e dos ganhos previstos no jogo. Ganhos que

⁴ O *habitus* é um conhecimento, um capital, adquirido por meio da trajetória de socialização dos agentes concernente ao conjunto de crenças e valores que nortearão suas ações (BOURDIEU, 2002).

no início consistiam em evitar as práticas predatórias de pesca atuação dos pescadores ãde foraõ, principalmente cearenses e maranhenses, que realizam a pesca industrial em alto mar. E depois da implantação da Resex somaram-se a esses ganhos os benefícios materiais oriundos dessa política pública. Ressalta-se que, nessa perspectiva, as estratégias não são consideradas ações racionais, e sim estão próximas às experiências fenomenológicas, ou seja, está nas práticas cotidianas e nas mobilizações para o alcance de direitos.

Perruso (2008) ao analisar as formas de manifestações populares nas décadas de 1970/80, que ele chama de ãnovoõ sindicalismo, mostra como as ciências sociais passam a se preocupar em compreender as experiências das classes populares no processo e como são levadas em consideração para a análise dos movimentos sociais. Essa perspectiva contribui para compreensão de que os fenômenos microssociológicos são fundamentais nesse contexto sociopolítico em que o uso das estratégias não é rígido, mas motivado pela necessidade de participar de um arranjo inovador e diferente de suas experiências.

2.1. As Comunidades da Resex

No Plano de Manejo da REMCT são identificadas 69 comunidades, dentre as quais 3 encontram-se dentro dos limites da Resex e 66 no seu entorno. Dentre as 69 comunidades, 42 possuem organização representativa dos extrativistas na REMCT e são divididas em 8 polos de representação. As comunidades são divididas nos polos de acordo com a proximidade geográfica (ABDALA *et al*, 2012a). O quadro 2 representa a divisão das comunidades em seus polos.

Quadro 2 - Comunidades e Pólos da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu / Bragança-Pa.

Polo	Comunidades /Bairros
Polo Cidade	Bairro Alegre, Bairro da Aldeia, Bairro Cereja, Bairro do Morro, Bairro Perpétuo Socorro, Bairro Riozinho, Bairro da Vila Sinhá
Polo Bacuriteua	América, Bacuriteua, Castelo, Pontinha do Bacuriteua, Taperaçu-Porto, Vila do Meio
Polo Acarajó	Acarajó Grande, Vila Rica, Acarajózinho, Inambucuí, São Benedito, Piçarreira
Polo Ajuruteua	Campo do Meio, Vila do Bonifácio, Vila dos Pescadores
Polo do Campo	Bom Jardim, Abacateiro, Cafezal, Cajueiro, Cariambá, Ferreira, Lago, Lago do Povo, Maçarico, Ponta da Areia, São Bento, São José, São Tomé, Urubuquara
Polo Tamatateua	Patalino, Porto da Mangueira, Retiro Serraria, Taperaçu-Campo ou Acarpará, Tamatateua
Polo Caratateua	Camutá, Caratateua, Rio Grande, Sítio Grande, Taquadeua, Vila Que Era, Vila dos Lucas, Chaú
Polo Treme	Aciteua, Eldorado, Jandiaí, Pimenteira, São Domingos, Vila Nova, Vila do Treme

Fonte: ECOOIDEIA - ABDALA; SARAIVA; WESLEY (2012a).

A figura 2 situa as comunidades da UC, com destaque para as Vilas Bonifácio (Polo Ajuruteua) e Vila do Treme (pertencente ao Polo Treme), comunidades que foram

campo da pesquisa. Nestas vilas residem interlocutores que atuaram significativamente no processo de criação da Resex e possuem vasta experiência em participação nos espaços como Associação de Usuários e Conselho Deliberativo.

Optou-se por trabalhar uma comunidade situada dentro da Resex e outra do entorno para verificar como e se os usuários percebem a diferença de ser morador/usuário ou apenas usuário dos recursos naturais da Resex e como expõem as condições de participação tendo em vista as distâncias físicas de tais comunidades da sede do município, local onde está situado o prédio da Associação de Usuários onde acontecem reuniões, inclusive do Conselho Deliberativo.

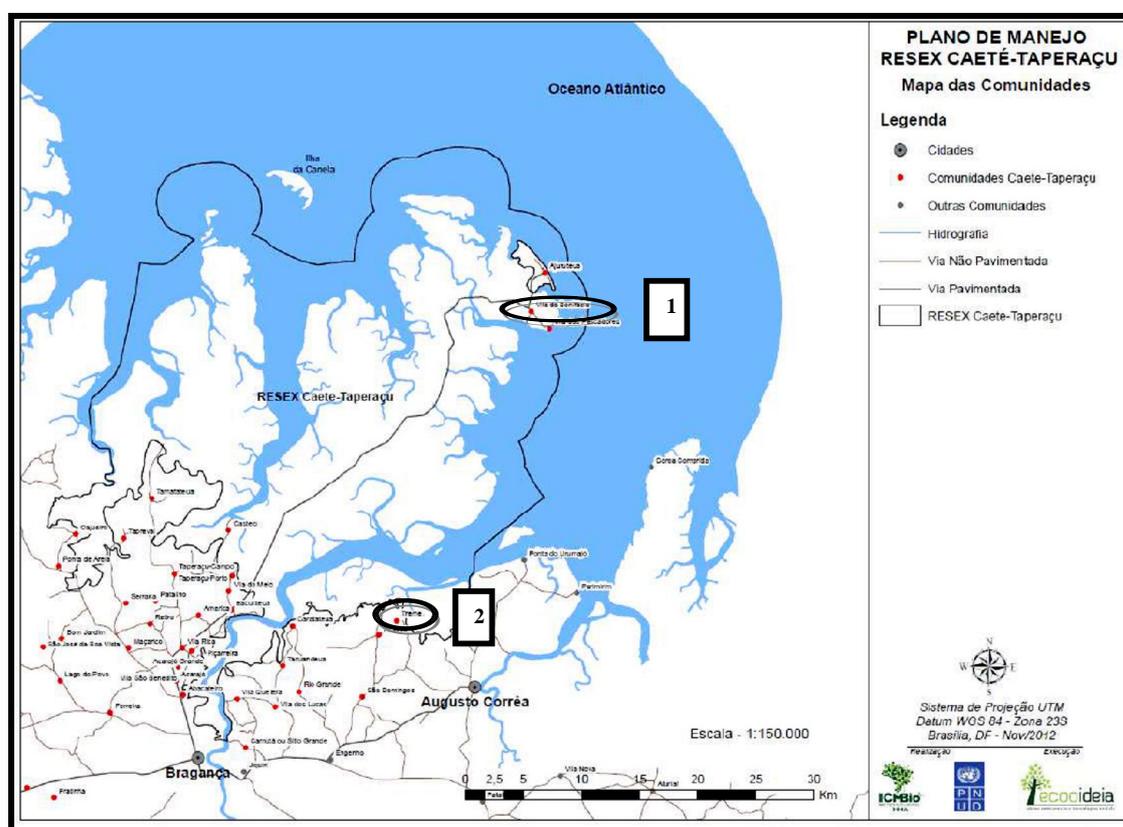


Figura 2 - Mapa de localização das comunidades da Resex Marinha Caeté-Taperaçu e seu entorno. Fonte: ECOIDEIA - ABDALA; SARAIVA; WESLEY (2012a).

1-Vila Bonifácio 2-Vila do Treme

2.1.1.Vila do Treme

A comunidade está localizada na zona de amortecimento⁵ da Resex, portanto os usuários não são moradores da UC. A vila, uma das mais populosas da Resex, possui cerca de 8.000 moradores (IBGE, 2010), as principais atividades praticadas de extrativismo são a pesca e a captura de caranguejo⁶, esta última é a mais presente no contexto da comunidade, somando a essa atividade ao beneficiamento e comercialização do crustáceo. Ao chegar à vila já é possível sentir o cheiro de caranguejo, assim, a vida social está embebida dessa prática. Existe, inclusive, uma associação específica de tiradores de caranguejo e todos os entrevistados nessa vila tem a experiência de capturar o crustáceo.



Figura 3 - Vila do Treme, vista do alto da torre telefônica. Foto: Autor desconhecido. Fonte: DAMASCENA, 2013.

⁵ O entorno da Resex recebe o nome de Zona de Amortecimento, pois tem o objetivo de amenizar ou amortecer os impactos ambientais antes que cheguem à Resex.

⁶ Existem duas técnicas de captura do caranguejo, o *braceamento* que é a mais tradicional e o uso do gancho. O *braceamento* é a forma utilizada com mais frequência, a qual o caranguejeiro debruça-se sobre o mangue e enfia o braço nos buracos da lama para coletar o caranguejo com as mãos. O gancho é um objeto comprido de madeira com um ferro acoplado em uma das pontas, seu uso torna a atividade menos perigosa e possibilita a captura de um número maior do crustáceo, porém o gancho é considerado predatório, pois pode ferir ou matar o caranguejo antes de tirá-lo da lama.

Essa comunidade, assim como Taperaçu-Porto, Castelo e Bacuriteua possui porto que recebe barcos fornecedores de pescado para empresas pesqueiras de processamento. A vila é também importante na comercialização de caranguejo, tanto na captura e beneficiamento ou ãcatação da massaõ (ABDALA *et al*, 2012a).

De acordo com o estudo de Oliveira (2013) essa comunidade está mais inserida na comercialização do caranguejo, pois é especialista na prática, diferente de outras comunidades como Bacuriteua que possui atividades plurais.



Figura 4 - Família catando caranguejo na Vila do Treme.
Foto: Talita Silva, 2015.

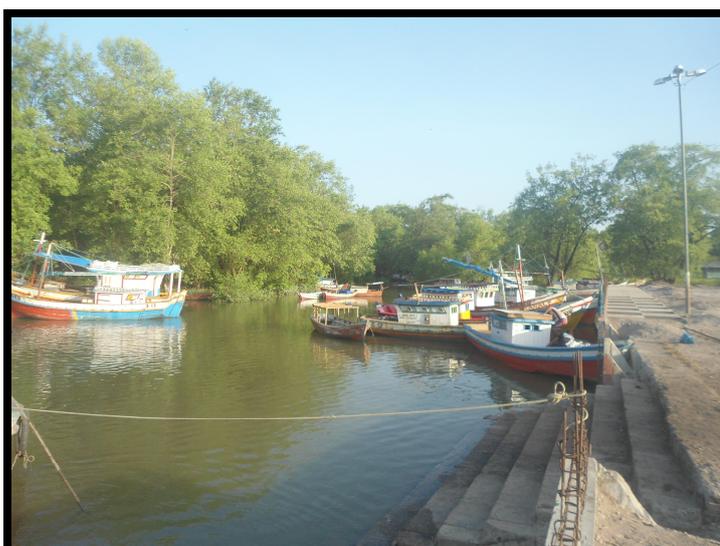


Figura 5 - Porto da Vila do Treme.
Foto: Talita Silva, 2015.

Os entrevistados e a família que hospedou os pesquisadores, relataram problemas que a comunidade enfrenta com relação ao despejo dos resíduos de caranguejo, pois não existe a recolha dos dejetos, fato que os obriga a lançá-los em locais abertos e afastados das residências (figura 6).

Nós temos aqui um problema seríssimo que é a coleta da casca do osso do caranguejo, por que isso não é recolhido, isso era pra ser um trabalho diariamente solucionado. Hoje é pior, teve uma época que a comunidade era pequena, hoje acho que já tá dando quase dez mil pessoas. A coleta do nosso lixo é algo meio sério, nem tanto por que a prefeitura manda a caçamba que vem uma ou duas vezes por semana (J.R., usuário, 2015).



Figura 6 - Local de despejo da carapaça do caranguejo.
Foto: Talita Silva, 2015.

No campo também foi realizada observação do Círio local de Nossa Senhora de Nazaré, que ocorre no último domingo de Setembro. A comunidade se organizou para a festa enfeitando as ruas com fitas brancas e vermelhas, no preparo de comidas e na promoção das festividades. Na procissão foram feitos registros fotográficos e conversas com romeiros, buscando conhecer um pouco de suas memórias do lugar e a importância do evento para comunidade.

As principais festas da vila são o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a Festa de São Pedro, o Festival da Gó, o Congresso de Missões da Igreja Assembleia de Deus e o Canta Treme que é um evento de música promovido pelas igrejas evangélicas locais.



Figura 7- Círio de Nossa Senhora de Nazaré na Vila do Treme.

Foto: Erica Lopes, 2015.



Figura 8 - Cortejo de motos para homenagear N^a S^a de Nazaré.

Foto: Erica Lopes, 2015.

2.1.2. Vila Bonifácio

Esta é uma das comunidades mais afastadas do centro de Bragança, ligada a sede do município pela PA 458, distante 35 Km, de ônibus o tempo da viagem pode chegar a 1 hora.

Localizada no polo de Ajuruteua, a vila é situada dentro da Resex. Sem fugir das características das demais, a vila possui forte aproximação com a pesca e também recebeu muitos benefícios, principalmente casas, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁷. A comunidade possui Igrejas Católica e Evangélica, um espaço que recebe o PROJOVEM Adolescente⁸ de Bragança, uma escola e uma unidade básica de saúde, instituições que atendem tanto esta vila como a vizinha, Vila dos Pescadores.

Na comunidade já funcionou a Ajuruvila, que é uma associação de filetagem de pescado que, que está no momento desativada.

⁷ Essas casas são financiadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O programa financia a construção ou reforma de unidades habitacionais e visa fortalecer as atividades econômicas de beneficiários da Resex. (BRASIL, 2011).

⁸ Programa do Governo Federal operacionalizado em Bragança pela Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTRAPS).



Figura 9 ó Instituições localizadas na Vila Bonifácio. Fotos: Erica Lopes, 2015.
 a) Posto de Saúde de Ajuruteua. b) Escola M. E. F. Domingos Melo. c) Local de funcionamento do PROJOVEM Adolescente. d) Igreja de Nª Sª da Glória.

A comunidade é praiana com casas de alvenaria e madeira. É também localizada às margens de um mangue. Ajuruteua reúne três comunidades pesqueiras na baía do rio Caeté, que são Vila do Meio, Vila dos Pescadores e Vila Bonifácio.

Em conversa com um morador nascido e criado na Vila dos Pescadores, ele afirma que seu avô que era cearense ó veio para o Pará fugindo da seca - e outros contrerrôneos, foram os colonizadores da região, fato ocorrido na primeira década do século XX. A ilha até então era apenas parada provisória durante a pesca por isso não existiam casas, apenas pequenos ranchos, que é um tipo de depósito de apetrechos de pesca como linhas, redes, caixas de isopor e refrigeradores. Na vila dos pescadores, comunidade vizinha à vila Bonifácio, ainda existem ranchos, inclusive muitos pescadores, moram em outras comunidades, mas possuem o depósito na vila.



Figura 10 - Rancho.
Foto: Erica Lopes, 2015.

A pesca é a principal atividade dessas comunidades. Não existe agricultura, pois o ambiente é tomado de areia, inclusive existem poucas cercas para evitar a formação de dunas.

A comunidade vizinha, Vila dos Pescadores, padece com a falta de água potável, pois a água do rio e de poços é salobra e serve apenas para banho e lavagens. Para beber ou cozinhar os moradores precisam comprar água em Bragança ou de moradores da Vila Bonifácio, que vendem um galão de 20 litros de água por R\$ 3,00. Muitos moradores optam pelo auxílio de bombas d'água, porém a água também é salgada e imprópria para consumo, a figura 11 mostra as bombas d'água que são protegidas por caixas de madeira.



Figura 11 - Caixas de madeira com bombas d'água.

Foto: Erica Lopes, 2015.



Figura 12 - Venda de água na Vila Bonifácio.

Foto: Erica Lopes, 2015.

2.2. Os usuários da Resex

A primeira visita de campo ocorreu em Outubro de 2014. O principal objetivo desta visita foi entrar em contato com as comunidades onde seria realizada a pesquisa e estabelecer contatos com moradores para futuras entrevistas.

Nessa viagem, foi feito contato com uma família de pescadores que também trabalha com cerâmica produzindo louças de barro, na comunidade Taperaçu Campo do Polo Tamatateua, que está localizado no entorno da Resex. Quem forneceu informações a respeito da dinâmica da Resex foi V.S., cuja história de vida e participação na Igreja Católica, em projetos sociais e associações, serviram de inspiração para desvendar outras histórias e experiências de pessoas também envolvidas na cogestão da Resex. Meses à frente, V. S. foi uma das informantes da pesquisa.

Na Vila do Treme foram entrevistados os cinco representantes do comitê, a saber: P.F., J.R., J.N., O.M. e A.S., e também entrevistei dona I.B., que já foi representante de um grupo de mulheres da vila.

Na Vila Bonifácio os informantes foram dona M.S., integrante do comitê representativo do Polo Ajuruteua no Conselho Deliberativo; V.B., secretário da Associação de usuários (ASSUREMACATA); U.S., representante do Polo Ajuruteua no Conselho Deliberativo; M.A., que já foi presidente de associação de filetagem (Ajuruvila); L.F., líder comunitário por 36 anos; e A.P., integrante do comitê na Vila dos Pescadores.

Quadro 3 - Perfil dos entrevistados nas comunidades. Bragança, 2015.

Perfil dos entrevistados					
Comunidades	Entrevistados	Mulheres	Homens	Faixa etária	Escolaridade
Vila Bonifácio	6	1	5	37 - 72	2 ^a série ó EMC*
Vila do treme	6	1	5	48 - 65	3 ^a série ó EMC

*Ensino Médio Completo. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Destaca-se que as pessoas citadas foram escolhidas pelo perfil de interesse da pesquisa, ou seja, homens ou mulheres adultos com experiência extrativista e associativa. O número de entrevistados para cada comunidade foi intencional, pois como foram concretizadas seis entrevistas na Vila do Treme, realizou-se também seis na Vila Bonifácio, porém a quantidade de homens e mulheres entrevistados em cada comunidade não foi proposital, pois em campo uns indicavam outros e nessas indicações apenas duas pessoas eram do sexo feminino.

Estes extrativistas trabalham com pesca, retirada de caranguejo, agricultura e também possuem outras profissões, muitos inclusive realizam atividades polivalentes, o que depende muito do período anual:

Sou Pescador, tiro caranguejo. Na época de curral, de janeiro até junho, trabalho com curral. De julho pra cá já é a parte do caranguejo. Trabalho também na agricultura, roça, mandioca, macaxeira (J.M., usuário, 2015).

Já tirei caranguejo, mexilhão, já pesquei com espinhel, caiqueira, tapagem de igarapé, curral, mas hoje eu só vivo da lavoura na produção de mandioca e feijão, tenho também um sítio que tem uma área de açai, aí também tiro açai (A.M., usuário, 2015).

Quase a vida toda eu trabalhei com construção civil, tenho um tio que foi mestre de obras durante 30 anos, aí trabalhei muito tempo com ele, depois passei pro lado da pintura, durante 16 anos, até fiquei doente por que trabalhava sem proteção, aí eu parei e aposentei. Quando vim pra cá aí eu fui pra maré ajudar as pessoas em currais, nessa época a produção era muita, quem tirava caranguejo, vivia só de caranguejo, era muita fartura de peixe também (J.S., usuário, 2015).

Eu pesco de vez em quando. Às vezes tiro um sururu, mas só pra comer. Depois que fiquei viúvo parei mais (U.S., usuário, 2015).

Tenho curral, trabalho com curral desde quando meu pai me ensinou. Eu ia pescar de linha, de tarrafa. Meu avô começou com curral, meu pai, curral e eu já to com 62 anos... São três gerações (M.M., usuário, 2015).

De vez em quando a pesca, por que eu tenho duas profissões, pesca e carpintaria. Já construí várias casas aqui (L.F., usuário, 2015).

De vez em quando eu ia pescar sardinha, pegava camarão da beira da praia. Na verdade sou filho de pescador e marisqueira, mas dificilmente eu vou, eu não gosto da pesca. Tem dez anos que eu trabalho de garçom numa pousada, mas só no fim de semana (A.S., usuário, 2015).

Com relação à renda, de acordo com IBGE (2010) o rendimento médio mensal per capita da população bragantina urbana é 255,00 reais e rural é 134,00 reais. O atual Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Bragança é 0,6, considerado médio na avaliação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010).

Para que os usuários ó ou seja, pescadores, coletores de caranguejos, agricultores, que são pessoas que extraem recursos naturais para sua subsistência ó tenham direito aos benefícios da Resex é necessário que estejam inscritos na Relação de

Beneficiários⁹ (RB) que é um cadastro¹⁰ realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O cadastro foi feito entre os anos de 2011 e 2012 em 57 comunidades (ABDALA, 2012a) neste foram contempladas 9.545 famílias, após revisão dos dados constatou-se que 3.919 não atendiam ao perfil de beneficiário (citado na nota 8) restando 5.626, dentre os quais são 724 residentes na Vila do Treme e 358 na Vila Bonifácio.

Cada cadastro é realizado com o responsável pela unidade familiar e é o instrumento utilizado para acesso destes às políticas públicas (casas, Bolsa Verde e outros), permissão de uso dos recursos naturais da Resex, e para regularizar a situação fundiária dos usuários que residem dentro e no entorno da mesma.

Todos os informantes da pesquisa residentes nas comunidades, receberam algum tipo de benefício material, principalmente casas e apetrechos de pesca. Na Vila do Treme, por exemplo, todas as entrevistas foram realizadas em residências construídas pelo INCRA.

⁹ Para ser considerado beneficiário da Resex é necessário ter residência no município de Bragança, no mínimo desde a época de criação da UC (20/05/2005), ser extrativistas de recursos de origem animal ou vegetal, ou mesmo pessoas que trabalhem confeccionando petrechos ou acessórios de uso nas atividades extrativistas como redes, currais, armadilhas. Quem não atende esses critérios, não pode ser considerado beneficiário, por isso aqueles que conseguiram se cadastrar mesmo sem atender ao perfil foram retirados do cadastro (BRASIL, 2011).

¹⁰ Os dados do cadastro foram cedidos pela gestora do ICMBio de Bragança, S.L., após realização de inscrição do Sistema de Autorização e Informações em Biodiversidade ó SISBIO, o qual permite acesso a dados referentes a UC com finalidade científica.



Figura 13 - Casas construídas pelo INCRA. Foto: Erica Lopes, 2015.

a) Casa de madeira b) Casa de alvenaria

Destaca-se que a proposta da Reserva Extrativista considera uma gestão conjunta com as populações tradicionais, inclusive em instrumentos como os Planos de Manejo e Plano de uso, que visam a construção participativa e definem as regras para o uso da Resex objetivando, sobretudo, a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Dessa maneira, compreende-se que a gestão do território da Resex não está vinculada apenas às reuniões de deliberação, mas, sobretudo, nas práticas cotidianas das comunidades e na compreensão do que significa morar e gerenciar uma Resex.

Isso ficou evidente ao se trabalhar com duas comunidades beneficiárias da Resex, pois foi possível perceber que os moradores da Vila Bonifácio (localizada dentro da Resex) veem-se como os que tem õmais direitoõ aos benefícios da Resex do que aqueles que residem no seu entorno. Segundo os moradores, pelo fato de morarem dentro da Resex deveriam receber projetos de qualificação de jovens e melhoria da infra estrutura com relação às praias de Ajuruteua.

Com relação à distância da sede do município, os moradores da Vila Bonifácio são os que mais sentem dificuldade de ir às reuniões em Bragança, pois a vila está localizada a 35km da sede e a passagem do transporte coletivo custa 6,00 reais. O primeiro ônibus Ajuruteua/Bragança sai 6h, mas o primeiro retorno à vila Bonifácio é somente às 10 horas, como as reuniões terminam após o meio dia, o retorno pra vila só é

possível às 17h, ou seja, uma reunião ocupa um dia inteiro, situação que torna a ida a Bragança uma atividade dispendiosa.

Na vila do Treme os entrevistados não demonstraram compreender a diferença da sua comunidade estar dentro ou fora da Resex. O próprio termo Resex é confundido com a Associação de Usuários. Esse fato é comum aos usuários em geral, pois nos contatos com informantes de outras comunidades essa realidade se repete. Os entrevistados também demonstram dificuldade de deslocamentos, mas o fator apresentado não é a distância e sim a ausência de recursos financeiros para esse fim.

As limitações apresentadas e mais as dificuldades que enfrentam com as regras são fatores que se impõem na gestão da unidade, assuntos que serão discutidos no decorrer da dissertação.

3.6 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ TAPERACU (REMCT) EM BRAGANÇA/PA

3.1. Contexto regional

A região conhecida como Salgado Paraense, conforme destaca Mello *et al* (2003) compreende, os municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Primavera, Quatipuru, Santarém Novo, Tracuateua, e Viseu. Tais municípios possuem semelhanças referentes às amplas faixas de manguezais, de onde as populações locais extraem seu sustento.

De acordo com estudo realizado em 2009 pelo MADAM (*Mangrove Dynamics and Management*)¹¹ o litoral do nordeste paraense contempla a segunda maior área ininterrupta de manguezais do Brasil com aproximadamente 389.400 ha¹². Pelo Código Florestal lei nº 4.771/1965 os manguezais são áreas permanentes de preservação. Tais ecossistemas estendem-se entre os Estados de Amapá e Santa Catarina (CONAMA, 2002).

Bragança possui área total de 2.091,930 km² com densidade demográfica de 54,13 hab/km². Conforme IBGE (2010) a população bragantina é de 113.227 pessoas. A cidade localiza-se à margem do rio Caeté, e é por isso também chamada de ÔPérola do Caeté.

¹¹ Este estudo obedece a Instrução Normativa ICMBio Nº 01/2007 (Art. 5º), que é a primeira fase de diagnóstico da Unidade de Conservação e antecedeu o Plano de manejo (fase 2).

¹² As maiores extensões de manguezais da costa brasileira ocorrem entre a desembocadura do rio Oiapoque, no extremo norte, e o Golfão Maranhense, formando uma barreira entre o mar, os campos alagados e a terra firme. Do sudeste maranhense até o Espírito Santo, os mangues são reduzidos e estão associados a lagunas, baías e estuários (MMA, sem ano).

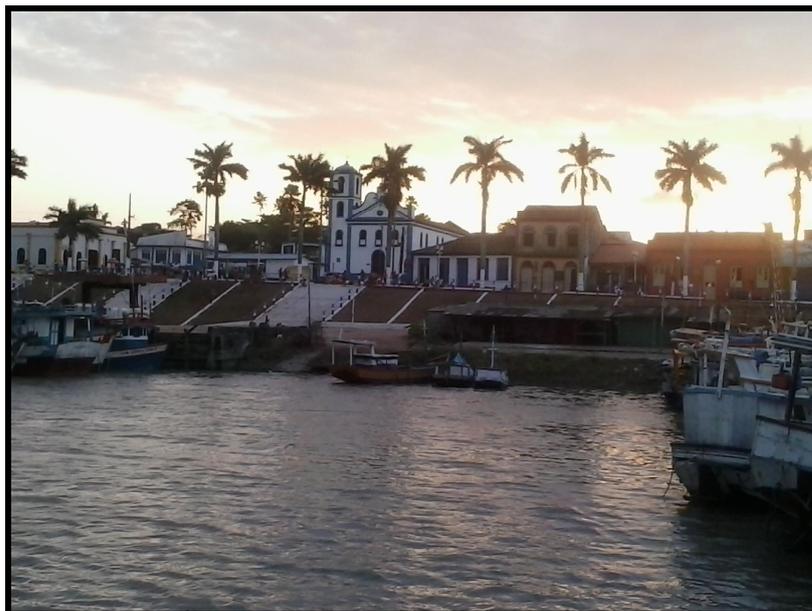


Figura 14 - Orla de Bragança. Foto: Erica Lopes, 2015.

De acordo com a divisão em micro e mesorregiões do IBGE (2012), Bragança está localizada na mesorregião do Nordeste Paraense¹³ e microrregião Bragantina. O governo estadual em seu Plano Plurianual 2008-2011 (PARÁ, 2008) também realizou divisão sociopolítica, resultando em 12 regiões de integração (Figura 15). Nesta divisão, a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu está localizada na região de integração do Rio Caeté:

¹³ A mesorregião do Nordeste Paraense compreende as seguintes microrregiões: Microrregião Bragantina, Microrregião Cametá, Microrregião Guamá, Microrregião Salgado e Microrregião Tomé-Açu (IBGE, 2012).

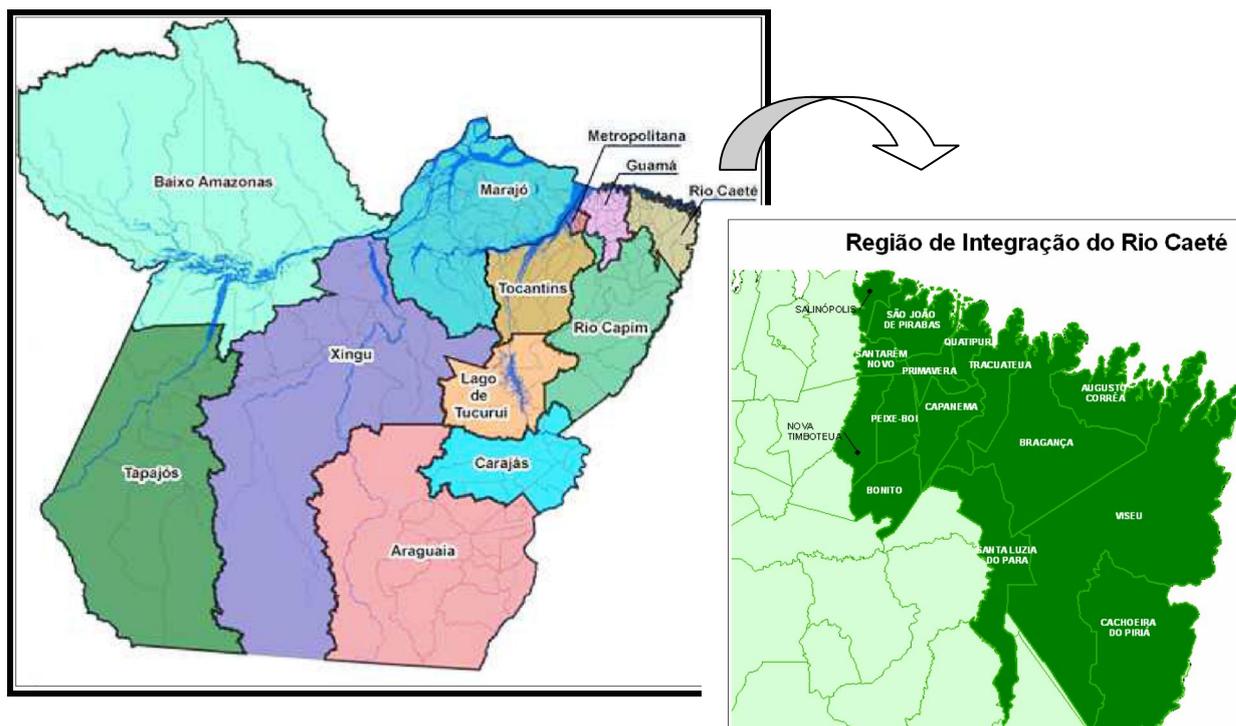


Figura 15 - Regiões de Integração do Pará (Pará, 2012) com destaque para Região de Integração Rio Caeté. Fonte: ECOOIDEIA - ABDALA; SARAIVA; WESLEY (2012a).

3.2. Histórico de ocupação e características gerais do município de Bragança

No século XVII, a região anteriormente morada de índios *apotianguas* da nação dos tupinambás, foi colonizada por Europeus. Em relação aos primeiros visitantes colonizadores, existem informações que foram os franceses em uma expedição comandada pelo Senhor de La Ravardière, em 1613 que chegaram à região (IBGE 2012). No entanto, de acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1957) foram os portugueses que iniciaram a colonização inclusive principiando com a fundação da cidade de Belém em 1616. Aliás, de acordo com o IBGE cidades (2012), os prédios existentes no centro da cidade de Bragança revelam a presença portuguesa no município, tais como: o Instituto Santa Teresinha, a Igreja de São Benedito (século XVIII) e Nossa Senhora do Rosário (século XIX).



Figura 16 ó Prédios históricos em Bragança.

a) Instituto Santa Teresinha. Foto: Erica Lopes, 2015. b) Igreja de São Benedito. Foto: Erica Lopes, 2015.
c) Igreja Nossa Senhora do Rosário. Foto: QUEIROZ, 2016.

Ainda no século XVII o Pará foi dividido em capitanias nas quais surgiram grupos populacionais que mais a frente deram início aos municípios de Bragança e Vizeu (MANESCHY, 1993). O município bragantino fazia parte da capitania do Gurupi que estendia-se do rio Turiaçu, município do Estado do Maranhão, ao rio Caeté, no município de Bragança (*idem*, 1993).

A vila de Bragança foi fundada em 1753, assumindo posição de destaque no nordeste paraense, por possuir abundantes recursos agrícolas e pesqueiros.

Em meados do século XIX com a divisão da então província do Pará em municípios, foi instituído o de Bragança, elevando-se a vila de Bragança à categoria de cidade (Lei provincial n° 252, de 02.10. 1854). Sua área era então muito maior, incluía ainda o território dos atuais municípios de Capanema, Primavera, Salinas, Maracanã, Guamá e Ourém, que foram sendo progressivamente desmembrados: o último formado a partir do território de Bragança foi o de Augusto Correa, em 1961 (PEREIRA, 1963, p. 59, *apud*, MANESCHY, 1993).

No início do século XX, entre 1913 e 1915, verifica-se também a chegada de migrantes nordestinos vindos do município de Sobral no Ceará que, de acordo com descendentes, vieram para a região fugindo de uma forte seca no nordeste brasileiro (MANESCHY, 1993). Essa informação é corroborada pelo relato de um morador da Vila dos pescadores, segundo ele, seu avô veio para o Pará nesse grupo de nordestinos onde viveu, trabalhou e formou família.

Para viabilizar o acesso de Belém com a região Bragantina, entre 1883 e 1908 foi construída a estrada de ferro de Bragança, obra que possibilitou a dinamização da economia belenense, que poderia usufruir dos produtos do extrativismo provindos de Bragança (CONCEIÇÃO, 1991).

A economia do município está baseada na agricultura, pesca, captura, beneficiamento do caranguejo entre outras atividades extrativistas. A pesca é de pequena escala (realizada na região costeira) e grande escala (feita em alto mar). Existem na região empresas de beneficiamento que processam o pescado para a comercialização em centros urbanos regionais e internacionais. Estas empresas concentram-se em comunidades que possuem portos com capacidade para receber embarcações de médio porte como Bacuriteua, Castelo, Treme e Bragança (ABDALA, 2012).

Com relação à agricultura de subsistência, essas comunidades dedicam-se ao plantio de macaxeira e mandioca para produção da farinha que faz parte tanto da dieta alimentar dessas famílias, como para comercialização na principal feira localizada na orla do município.

O turismo na cidade ainda é pouco explorado e volta-se principalmente para a praia de Ajuruteua, e para o centro da cidade de Bragança. Ressalta-se que a praia de Ajuruteua está no entorno da Resex, localizada no chamado ôpolígono de exclusãoö (ABDALA, 2012).

Em entrevista com a turismóloga da Secretaria de Turismo de Bragança, a mesma destacou o pouco investimento em turismo no município, por isso pretende criar alternativas para jovens moradores atuarem como guias turístico, como uma opção de empregos locais e potencializar o turismo nas comunidades da Resex, mostrando que o

mesmo pode ser organizado com critérios estabelecidos de uso do Meio Ambiente. Existem projetos para utilizar as comunidades do Cajueiro e Vila Bonifácio como apoio alternativo de hospedagem e rota de passeio com a utilização de bicicletas e motos. Outro projeto chamado "Cama e Café", consiste na hospedagem de turistas nas casas dos moradores, pois o município possui poucos leitos de hospedagem, são apenas 400 num município com mais de 113 mil habitantes.

A única rodovia asfaltada é a PA-458 que liga o centro do município à praia de Ajuruteua. A estrada gerou impactos ambientais na área de manguezais, são danos que se estendem por mais de 7,5 km e atinge uma área de 315 ha em média. (ABDALA *et al*, 2012a).

As Festividades locais provém de raízes religiosas como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, quadrilhas juninas, Círios das comunidades e as mais conhecidas que são as festas de São Benedito e a Marujada, estas atraem milhares de pessoas todos os anos. O município também tem festivais cujos elementos principais são produtos do extrativismo local como caranguejo e peixes - a exemplo do festival da Gó, citada no capítulo anterior (ABDALA *et al*, 2012a).

É nesse contexto bragantino que está localizada a Reserva Extrativista dessa pesquisa. Portanto nesse capítulo serão expostas as condições de criação da Unidade de Conservação, desde os movimentos sociais que antecederam a criação.

3.3. Movimentos sociais e a criação de Reservas no contexto da ambientalização

De acordo com Alonso (2009) para a compreensão dos Movimentos Sociais foram desenvolvidas três teorias de análise: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A TMR foi fortalecida especialmente por McCarthy e Zald (1977, *apud*, ALONSO, 2009), estes defendem que as versões marxistas dos movimentos clássicos são insuficientes para entender os movimentos sociais atuais, pois os

descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles de privações materiais ou interesses de classe, sempre existem (idem, 2009, p. 52). Para que haja mobilização, os indivíduos devem calcular suas ações e só pode ser viabilizada

na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura), humanos (ativistas e apoiadores) e de organização. A criação de associações ou, mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais (idem, p. 51, 52).

As outras duas teorias (TPP e TNMS) também são avessas às explicações economicistas da ação coletiva. A primeira investe numa teoria da mobilização política, a segunda tem por base as mudanças culturais (idem, 2009).

As transformações do século XIX, com a entrada das máquinas no cotidiano dos trabalhadores alterou consideravelmente as relações sociais. Assim, produção da mais-valia, mudança nos valores dos produtos, inclusão da mão-de-obra de mulheres e de crianças, longas jornadas e intensificação do trabalho, são algumas das alterações geradas por este novo modo de produção e dentro deste contexto os movimentos sociais são articulados às lutas contra essa realidade opressora e contra o domínio dos capitalistas.

As novas teorias dos movimentos sociais adicionam o elemento cultural à explicação, pois estes teriam orientações valorativas. A coordenação depende de solidariedade, isto é, da combinação entre pertencimento a uma categoria e a densidade das redes interpessoais, vinculando os membros do grupo em si (TILLY, 1978, *apud*, ALONSO, 2009, p. 55).

Se a chamada sociedade industrial tem como base a indústria e o trabalho proletário, numa sociedade pós-industrial (configurada após os anos 1960) a dominação teria se tornado, sobretudo, cultural, fazendo com que os conflitos avançassem para a vida privada e ganhassem dimensões simbólicas.

Os Novos Movimentos Sociais defenderiam formas autogestionárias, novos modelos participatórios e a criação de instituições, protegidas da influência dos partidos de massa (...) voltada para a afirmação de identidades e para a preservação da autonomia e de formas de vida. Os movimentos de classe dariam lugar, assim, a novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários, caso do feminismo, do pacifismo, do ambientalismo, do movimento estudantil (ALONSO, 2009, p. 63).

Desta feita, as práticas, as lutas, os movimentos foram se ambientalizando, ou seja, incorporando as questões do ambiente em suas pautas. Leite Lopes (2006, p. 34) afirma que

o termo "ambientalização" é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. (...). O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais e, no caso da "ambientalização", daria-se uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do "meio ambiente".

As novas lutas são em prol da inclusão social e pelo reconhecimento das diferenças de sexo, cultura, raça, religião, e por mudanças no relacionamento com o meio ambiente - observavam que as diferenças culturais e de identidade não correspondiam mais à costumeira visão de estratificação da modernidade (RIBEIRO, 2012).

GOHN (2011, p. 27) afirma que Movimentos Sociais, referem-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolíticas e culturais. Desta maneira a participação é articulada às lutas e movimentos sociais, que por sua vez são revestidos de intensões e ações culturais e com características grupais.

No caso do Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, eclodiram vários movimentos sociais populares contra os regimes militares. E a partir de 1990, surgiram outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como:

Os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. (...) Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos (GOHN, 2011, p. 342).

Nessa direção ressalta-se que as Resex's surgem a partir de movimentos sociais e reivindicações de populações extrativistas em território nacional para garantia de

direitos. Ou seja, a criação de Resex¹⁴ é uma alternativa de proteção às populações tradicionais e suas formas de reprodução material e cultural.

Allegretti (2008), autora que se dedicou a historicizar o processo de luta e criação de Resex¹⁴, afirma que inicialmente movimentos sociais do meio rural, por não terem organização política e não estarem inseridos em atividades de significativo alcance econômico, optaram por soluções oriundas de concepções religiosas sob apoio da Igreja Católica.

A luta pelas Reservas Extrativistas teve início no Acre, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, defensor da permanência dos seringueiros nos seringais. Chico Mendes foi considerado o precursor do movimento para criação deste tipo de UC (ALLEGRETTI, 2002).

Dentre os encontros, em Rondônia, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1985, surgiu, pela primeira vez, a ideia de uma área reservada para os seringueiros, que seria oficialmente denominada, no Encontro Nacional, de Reserva Extrativista (...). Foi nesse contexto, de reflexão sobre o que estava ocorrendo em Rondônia, que a ideia de uma reserva para os seringueiros foi apresentada e que pode ser caracterizada como a origem histórica do conceito (*idem*, 2002, p. 413).

As questões fundiárias nos seringais do Acre, onde foi reconhecida a primeira reserva¹⁴, deram impulso ao movimento dos seringueiros, em prol de denunciar tanto práticas socialmente desfavoráveis, quanto práticas ambientalmente predatórias (PERES, 2011).

Os conflitos se avultaram num contexto de intervenção do Estado concernente à ocupação de terras por grandes empresas. Um elemento a acrescentar nessa luta é o enfrentamento do desmatamento por parte dos seringueiros, não por uma preocupação puramente ambiental, mas por que as árvores representam sua base econômica de sobrevivência (ALLEGRETTI, 2008).

¹⁴A primeira reserva criada no Brasil, foi a Resex do Alto Juruá no Acre (AC) pelo decreto Nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990, (ALLEGRETTI, 2002; PERES, 2011).

Esses trabalhadores rurais por morarem em terras devolutas¹⁵, precisavam assegurar o título definitivo para exercerem, com segurança, a profissão de seringueiro, castanheiro e agricultor. E a respeito das terras tituladas, pediram uma rigorosa fiscalização em relação à legalidade e ao cumprimento da função social, conforme a lei (ALLEGRETTI, 2008, p. 412).

Assim, de acordo com Almeida (2004) as populações da floresta passaram da invisibilidade à uma posição paradigmática de desenvolvimento sustentável com a participação popular.

No ano 2000, as Reservas Extrativistas passaram a integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o qual assim define a Resex no Art. 18:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Desta feita as Resex's passam a ser territórios outorgados para usufruto dos moradores designados como co-gestores conforme regras locais e normas oficiais estabelecidas e legitimadas pelo poder público (PERES, 2011). É o que rege o SNUC:

A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL, 2000, p. 14).

Existem as Resex's de floresta e as marinhas. A primeira reserva de floresta foi a Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre (AC) implantada em 1989, e a primeira marinha, foi a Reserva Extrativista Marinha Pirajubaé em Santa Catarina (SC), criada

¹⁵Terras públicas que, não estando destinadas a algum uso público federal, estadual ou municipal, e que também não se incorporam ao domínio privado na forma e condições legalmente previstas (art. 5º do decreto-lei nº 9.760, de 05.09.1946), estando por isto, livres para uso.

em 1992. Este 2º tipo de reserva ultrapassa os limites terrestres compreendendo também territórios marinhos e recursos pesqueiros (PERES, 2011).

As Resexões criadas antes da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), no ano 2000, são denominadas de Resexões de primeira geração, após instituído o sistema as Resexões, por sua vez, são chamadas de segunda geração. No litoral paraense, as reservas estão na segunda classificação. São em sua maioria reservas marinhas que tendem a possibilitar o uso exclusivo de espaços costeiros por grupos extrativistas (Quadro 4).

Quadro 4 ó Resexões Marinhas do Salgado Paraense.

Municípios	RESEX-Mar	Ano	Ecosistemas Protegidos
Soure	Soure	2001	Ambientes costeiros e marinhos, sobretudo o ecossistema de Manguezal.
Curuçá	Mãe Grande de Curuçá	2002	Manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas fluviais.
Maracanã	Maracanã	2002	Rios, igarapés, mangues, ou terrenos arenosos como os de praia, bem como espécies como tartaruga, peixes e caranguejo.
São João de Pirabas, Santarém Novo e Maracanã	Choakaré-Mato Grosso	2002	Manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas fluviais.
São João da Ponta	São João da Ponta	2002	Manguezais, rios e igarapés.
Augusto Correa	Araí-peroba	2005	Ambientes costeiros e marinhos, sobretudo o ecossistema de Manguezal.
Bragança	Caeté-Taperaçu	2005	Manguezais, rios e igarapés.
Viseu	Gurupi- Piriá	2005	Manguezais, rios e igarapés.
Tracuateua	Tracuateua	2005	Ecossistema de manguezal e áreas de pesca como furos e rios da região.

Marapanim	Mestre Lucindo	2014	Manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas fluviais.
Magalhães Barata	Cuinarana	2014	Manguezais, restingas, dunas, rios, estuários e ilhas fluviais.
São Caetano de Odivelas	Mocapajuba	2014	Ecossistema de manguezal e áreas de pesca como furos e rios da região.

Fonte: Elaboração de Santos (2015) com base em ICMBio, 2015.

Os usuários das Reservas, com exceção das criadas em 2014, reuniram-se em 2008 na Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Pará (CAUREM) para somar esforços e acelerar a concessão de créditos e a aquisição de programas do governo e políticas públicas, assessoradas pelo apoio do CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) (PERES, 2011).

Os ecossistemas das Resexs do Salgado Paraense são semelhantes e as causas que levaram a criação destas UCs também assemelham-se, pois os conflitos em torno dos recursos são sempre pelo uso inadequado dos mesmos. Para compreensão desse contexto, como exemplo, a seguir são descritas quatro Resexs da região.

A Resex Marinha Mãe Grande de Curuçá, localizada no município homônimo, instituída pelo Decreto de 13 de dezembro de 2002, apresenta como principais problemas os relacionados à pesca, à coleta de caranguejo e à retirada de madeira do mangue. Pois há evidências da exploração desordenada do pescado por barcos industriais, roubos de petrechos, embarcações e inclusive os próprios pescadores artesanais que ainda utilizam artes consideradas predatórias como o uso de currais no meio do rio e arrastão (FIGUEIREDO *et al*, 2009). Ocupações desordenadas das áreas de mangue também causam situações de conflito.

Com esse mesmo decreto implementou-se também a Reserva Marinha de Maracanã. De acordo com o estudo de Barbosa (2011) Maracanã possui 75 comunidades ribeirinhas, distribuídas em uma área de 30 mil hectares com vegetação de várzea, manguezais e florestas secundárias de onde usuários retiram seu sustento. Os

principais conflitos na região estão relacionados às atividades de pesca, fato que se repete em outras Resexs, porém existe uma peculiaridade que são as disputas pelas áreas que abrigam um campo de mangaba e tem-se, aliás, a proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) para proteção destes campos.

Em 20 de maio de 2005 foi decretada a Resex Marinha Araí-Peroba (mesmo decreto que criou a Resex Marinha Caeté-Taperaçu), localizada no município de Augusto Correa, segundo estudo realizado pelo ICMBio (2014) as causas que motivaram a criação da reserva foram as invasões das áreas de manguezal, bem como a poluição de rios e canais entre outros. Entre 2006 e 2007 os usuários desta UC solicitaram a ampliação da área da Resex, a proposta foi aprovada em 2014.

Também em 2014, foi constituída a Resex Marinha Mocapajuba, localizada em São Caetano de Odivelas. Com relação às razões para o pedido da Unidade, Santos (2015) destaca que houveram diversos danos ambientais causados por construções irregulares próximas aos manguezais, como hotéis, pousadas e uma estrada. Os principais fatores de conflito identificados são a invasão de áreas do mangue por pescadores de fora e a prática da pesca esportiva.

Neste capítulo tem-se discorrido sobre o processo de lutas populares para criação de Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira, no caso das reservas marinhas do litoral paraense, como se discorreu, o processo de criação mostrou-se distinto por caracterizar-se, sobretudo, como uma proposta do governo num período de acentuados entraves com relação às práticas predatórias e conflitos entre pesca profissional e artesanal (ABDALA, 2012a).

Nesse contexto de criação de reservas marinhas, técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), organizações regionais e locais e a presença de representação comunitária, solicitaram a criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT).

3.4. Mobilizações para criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT)

Uma Resex só pode ser criada se a própria população solicitá-la junto ao Estado, pois de acordo com o que se compreende do SNUC, para se criar esse tipo de UC é necessário desapropriar o espaço, ou seja, os comunitários continuam usando os recursos, mas não são proprietários destes.

Nesse contexto, pescadores, coletores de caranguejos, agricultores, ONGs, instituições públicas e privadas e a sociedade civil bragantina, regional e estadual, estimulados por técnicos da região e do IBAMA, com respaldo de estudantes, professores e pesquisadores da UFPA ó Campus de Bragança, sensibilizados com as mudanças de ordem mundial e atores dos processos de exploração da zona litorânea e áreas de manguezais do nordeste paraense, respaldaram política e operacionalmente o intento de criação da Resex Marinha em questão. Desde o início da mobilização social com o intento de reivindicar a criação da Resex até a decretação da área como Unidade de Conservação de uso sustentável, foi transcorrido tempo superior a seis anos (ABDALA, 2012a, p. 25).

O quadro 5¹⁶ mostra o processo formal de criação da Resex, desde a solicitação, pelas comunidades extrativistas de Bragança, até o decreto de criação da UC.

¹⁶ As informações presentes no quadro são baseadas em cópias de documentos oriundos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pertencem ao projeto O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação.

Quadro 5 ó Trajetória histórica de criação da Resex Marinha Caeté- Taperaçu ó Bragança-PA.
Período: 1999 ó 2005

Manifestações da sociedade civil para criação da Resex - 1985, 1999 e 2000	
Encontro Nacional de Reserva Extrativista em Rondônia (1985)	Nesse encontro foi expresso, pela primeira vez, o intuito de reservar uma área para os seringueiros
Solicitação das comunidades pesqueiras (1999)	Coletas de assinaturas para abaixo-assinados de 25 comunidades pesqueiras do Município de Bragança
Manifestos de Apoio de diversas entidades (1999 e 2000)	<ul style="list-style-type: none"> - EMATER - CNBB - FACIABA - MPP - PMB - LCB - Colônia Z-17 - UFPA/Bragança - Câmara de Dirigentes Lojistas de Bragança - Gerente da Área do IBAMA/CNPT/Distrito Federal - Cáritas Brasileira Regional Norte II - Câmara Municipal de Vereadores de Bragança - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bragança - Obras Sociais da Diocese de Bragança - Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Rádio Pérola FM
Produção de diagnósticos para avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos: 2001 à 2004	
Produção de Laudos Biológicos e Estudo Socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> -Laudo Biológico dos Manguezais do Município de Bragança. - Estudo Socioeconômico das áreas de campos naturais e praias do Município de Bragança-PA. - Levantamento de coordenadas geográficas.
Pareceres técnicos e favoráveis à criação da Resex	<ul style="list-style-type: none"> - Parecer Técnico do IBAMA/CNPT/Belém-PA, ratificando a necessidade de criação da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu. - Gerente Regional Interino da Secretaria do Patrimônio da União ó Belém/PA, emitindo parecer favorável à criação da Resex. - Diretor de Assuntos Fundiários do Ministério da Justiça/FUNAI. - Encaminhamento do Relatório técnico para criação da Resex ao Presidente do IBAMA.
Criação formal da Resex: 2005	
Documentos oficiais	<ul style="list-style-type: none"> - Recomendação para criação da Resex: Ofício do IBAMA ao MMA - Encaminhamento do MMA ao Presidente da República apresentando proposta de criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu. - Decreto S/N de 20/05/2005 ó Presidência da República criando a Resex Marinha Caeté-Taperaçu. - Diário Oficial da União ó Publica o Decreto de 20/05/2005 de criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

Fonte: Acervo do IBAMA (2005) cedido ao projeto óO Desafio Político da Participação em Unidades de Conservaçãoó por F.R., gestor da Resex no período de 2009 a 2014. Elaboração: Erica Lopes, 2015.

No processo de criação diversos atores envolveram-se na questão pesqueira, desde as comunidades extrativistas e instituições empresariais, religiosas, representantes municipais, acadêmicos, de comunicação entre outros. Outros requisitos, também necessários para criação de uma Resex, foram cumpridos, como a realização de estudo socioeconômico e produção de laudos biológicos dos manguezais locais. Esse processo expressa as ações coletivas de diversos atores que resultou na formalização da UC em 2005.

Z.R., o primeiro presidente da Associação dos Usuários (ASSUREMACATA), acompanhou o processo de mobilização e os estudos realizados na região. Ele descreve como se deu o processo que antecedeu a criação da Resex:

Bragança foi se tornando, acho que, o município com mais pessoas de fora, mais do que nativo mesmo. Aí a gente pegou assinatura de todas essas comunidades, tanto dentro da reserva, que a gente queria. São três comunidades, e também das outras que também iam se beneficiar de onde a gente ia fazer a reserva são, 45 comunidades ao todo dentro da ãCaetéö e aí a gente conseguiu fazer um abaixo assinado, bater os pontos de GPS, fazer todo aquele histórico biológico, social e tudo, e foi em torno de 7 anos que nós passamos fazendo isso, era uma coisa nova não era só pra gente que estava aqui, mas para os estudiosos, para o governo, o governo mesmo era uma coisa nova, porque tinha reserva lá da madeira (Z.R., 1º presidente da ASSUREMACATA, 2015).

Z.R. relata que em 1996 houve um movimento de discussão acerca do Meio Ambiente em Bragança com a I Conferência do Caranguejo, o movimento teve apoio do Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), órgão ligado ao IBAMA, daí começou-se a discussão a respeito das Resexø, em virtude das questões referentes ao uso dos recursos pesqueiros, principalmente, os arrastões, que eram práticas frequentes na área.

De acordo com outras informações obtidas no campo, os movimentos nas comunidades para criação da REMCT iniciaram em 1999, porém as ações coletivas que deram impulso à criação, inicialmente não foram direcionadas exatamente para implementação deste tipo de Unidade de Conservação, õmas sim, pela necessidade de combater a pesca predatória, manter os modos de vida e as formas de manejo em relação à naturezaö (PERES, 2011, p. 232). Ou seja, os comunitários não solicitaram exatamente uma Resex, mas sim queriam amenizar os problemas ambientais. Portanto a

criação mesmo que não diretamente intencional, resultou da necessidade das comunidades de preservar modos de vida e de produção, bem como a proteção de seus territórios. Inclusive, nos manifestos de apoio das entidades sinalizadas no quadro 5, o discurso da proteção ao meio ambiente e à população local está presente.

Com o aumento da população e a presença dos chamados *õde foraõ*, que são pescadores nordestinos que praticam a pesca industrial, aumentou também a retirada de recursos que ocasionou problemas de ausência de produtos pra extrair. Num período de *boom* de Resexs na costa paraense surgiu a ideia incentivada pelo biólogo V.F. que conquistou apoio de outras lideranças de Bragança e mobilizaram os extrativistas a solicitarem uma Resex. Antes da criação foram realizadas diversas reuniões, nestas foi apresentado o projeto, a necessidade do cuidado com os recursos ambientais e os benefícios sociais que seriam oferecidos aos extrativistas.

Para realizar tais ações coletivas percebeu-se que existia um interesse comum entre os usuários, que era o de preservar o modo de vida da população extrativista, independente da atividade de extração dos reivindicadores ó se era pesca, captura de caranguejo, agricultura ou outras. Assim a participação foi sendo construída no entorno da preocupação com mau uso dos recursos extrativistas.

Ação coletiva para Olson (1965), interpretado por Sabourin (2003), é a õação de um grupo para a produção ou a obtenção de um bem público ou coletivoõ. A partir da criação da reserva outras ações coletivas deveriam ser levadas em consideração como, por exemplo, a criação de uma associação de usuários.

Ao falar sobre o período que antecedeu a criação da Resex, os entrevistados fazem referência à participação em reuniões que tinham como tema de discussão os ganhos que teriam com a Resex. O relato seguinte resume bem essa perspectiva:

Era pro povo se juntar (reunir), que ía ter um financiamento do Governo Federal, pra quem morava na vila. Tinha que zelar da praia, de se organizar que ía ter os benefícios do governo, motor, canoa, *freezer*, casa (M.A., usuários, 2015).

As reuniões nas comunidades foram o principal instrumento de mobilização utilizado. De acordo com a entrevistada M.S., foi seu irmão, já falecido, que iniciou as

discussões em Bragança e deixou inclusive um esboço de participações em reuniões com Chico Mendes no Conselho Nacional dos Seringueiros. Segundo ela:

Já tinha as reserva florestais, ele foi pro primeiro encontro das reservas ai eu falei pro padre dos documentos sobre criar uma unidade de conservação que até então era novo e ninguém sabia, só quem sabia era ele, mas morreu, foi com ele pro túmulo, ai lemos e já tava tudo encaminhado, ai começamos a discutir os detalhes do projeto, precisava da anuência dos prefeitos, o padre foi atrás do prefeito de Tracuateua, e de Augusto Correa e encaminharam pra Brasília, mas o movimento surgiu na década de 70, quando começaram a discutir a questão da pesca, ai foi criada a Secretaria de Pesca do Estado, foi criada através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), a pastoral dos pescadores que também fez um grande levanto junto com MST a via campesina pra poder chegar hoje no decreto. A batalha foi grande pra decretar a unidade, tombou Chico, tombou Dorothy, Zé Claudio Maria que foram grandes companheiros. (M.S., 2015).

Em entrevista, V. B., secretário da associação de usuários, afirma que

Pra Resex acontecer foi preciso que as comunidades se manifestassem e participassem, por que sem a participação das comunidades era em vão todo o trabalho de organização, de preparação para que a Resex fosse fundada. Não aconteceria se não fossem os moradores (2015).

Sobre a necessidade de criar a Resex, o secretário continua:

Teve um período que o desmatamento tava tão avançado que a gente não sabia mais o que fazer. Existiam os órgãos de fiscalização, mas eles não atuavam o suficiente. Eles faziam o possível, mas dentro de uma área extensa, não tinham como controlar, aí tava avançando muito. E outras questões como a pesca predatória, os moradores saíam pra pescar e não conseguiam pegar o suficiente pra vender, pra comer (*idem*, 2015).

Além de Bragança os municípios de Viseu, Augusto Correa, Tracuateua e São João da Ponta, estavam vivendo o mesmo contexto de lutas por Reservas. N.M., morador da Vila do Castelo que acompanhou o processo de criação relata que o padre J.M., atual prefeito de Bragança, articulando com o biólogo V. F. realizou reuniões com deputados para criação da proposta da Resex, que foi decretada em 20 de maio de 2005, junto com as Resexs de Tracuateua, Augusto Correa e Viseu.

3.5. Os conflitos que se seguem com a criação da Resex

A Resex foi criada para tolher práticas consideradas predatórias para o ambiente e que conseqüentemente traziam prejuízos aos usuários. Tais práticas, como por exemplo, a pesca industrial, chamadas também de arrastões em alto mar, a captura exacerbada de caranguejo, uso de venenos nos rios ou rede de pesca inadequada, eram fatores que acionavam conflitos entre os próprios usuários. Os relatos a seguir manifestam melhorias, com relação ao uso dos recursos naturais, trazidas com a implantação da Resex:

O que ela (a Resex) trouxe foi o respeito, pra gente não jogar as coisas em beira de igarapé, pro pessoal não bater o timbó nas cabeceiras. A gente avisava o pessoal, muitos obedeciam, outros não. Na época do F.R. (Antigo gestor do ICMBio) prendiam gente aí nas cabeceiras por causa do Timbó. Depois teve as eleições, saiu o Z.R. e entrou o N.M., já não deu muito certo também, quando chegou na mão do seu J.G. parou. Quando foi formada ainda era só com ôcabocloô do interior, depois que foi ôcriando péô, passou pra mão de político, ai a gente do interior não tinha muita sabedoria, eles eram mais sábios e vinha muito dinheiro pra associação pra fazer projeto, trabalho, aí os políticos vinham tomando de conta, a gente ia com projeto e não dava certo por que eles se metiam (O.M., usuário, 2015).

Melhorou com certeza, apesar das dificuldades que a gente enfrenta, principalmente para o pescador artesanal, por que aqui não tinha nem como pescar mais, por que o timbó destruía tudo. Hoje, toda noite, se for dez pessoas pegar camarão pequeno, em duas horas eles trazem 5 kg, 10 kg de camarão. O caranguejo era mais estragado que aproveitado, por que a ganância de tirar muito, era muito grande. O caboclo ia por mangal, ele tirava 800 caranguejos, duas horas da tarde ele quebrava os caranguejo lá, quando ele vinha cozinhar na casa dele era 9h da noite já tava tudo estragado. Então hoje a pessoa tira pouco, mas aproveita. Chegou a ser proibida a venda do produto, ai fizemos manifestação no ministério público pra conseguir a venda do produto, por que se o Treme deixar de vender o caranguejo a comunidade para. Mas o povo não se educa, tão aterrando o porto de casco de caranguejo, nos temos que zelar (A.S., usuário, 2015).

Os pescadores não precisavam ir muito longe para pescar, aqui na frente mesmo colocavam a rede e não podiam demorar senão não davam conta de tirar o pescado, aí com o tempo foi tendo uma queda, muitas pessoas até se mudaram por que não conseguiam mais se sustentar. Com a criação da Resex, os comitês começaram a fiscalizar dentro das comunidades aí foi evitando mais a questão da pescaria predatória, o que melhorou foi que hoje já tem mais peixe (V.B., Secretário da ASSUREMACATA, 2015).

Porém, mesmo após a criação da Resex alguns desses conflitos permanecem, pois muitos não deixaram as práticas predatórias ou não conseguem lidar com as novas

normas do Plano de Manejo, e aqueles que cumprem a regras estabelecidas pelo plano tornam-se fiscais uns dos outros.

Com relação às dificuldades com as regras, um usuário diz que õmuitas pessoas resistiram às regras do plano de manejo, mas devagar foram aceitando, aí foi na época que veio os benefícios do INCRA e foram entendendo maisö (V.B., 2015). Ao falar das mudanças que a Resex trouxe, os entrevistados destacam os benefícios sociais provindos dela:

Tem pessoas que tinham uma casinha caindo, ai construíram as casas deles, deram canoa, motor, só que tem aqueles que não tem zelo com as coisas e tem outros que investiram e aumentaram o que ganharam. Ganharam *freezer* que dá pra fazer gelo pra gelar o peixe, o camarão, antes tinha que vender pro atravessador que tinha condições de ter um *freezer*. Acho que deveria ter alguém pra aconselhar o povo, reunir de 15 em 15 dias pra domesticar o povo, por que o povo não tem educação (B.F., usuário, 2015).

Foi a habitação, aqui tinha muitos pais de família que não tinham onde morar (U.S., usuário, 2015).

O benefício pro usuário que foi habitação, materiais como a rede (A.P., usuário, 2015).

Essa ênfase nos benefícios também foi a causa de inúmeros impasses, de acordo com aqueles que trabalharam para criação da Resex

Aí a gente começou os trabalhos, logo depois começaram a sair os benefícios, agora que começa a dor de cabeça, vinha pra ajudar mais no mesmo momento transtorno, aí veio a ciumeira política. Eu era secretário e aí depois de dois anos vieram as eleições e me colocaram como vice do Z.R. A primeira leva de benefícios chegou em 2006 ou em 2007... e em 2008 chegou a habitação e o fomento descontroladamente, aí foi que o Z.R. perdeu o controle, não só ele mas todos os presidentes de associações, nem os municípios pegaram tanto benefícios, todas as associações das outras Resexø perderam o controle. Soure como a primeira Resex também perdeu o controle, em São João da Ponta ele controlou um pouco que até virou prefeito, descontrolou porque entrou a política, os políticos pressionavam os presidentes das associações, eu fui pressionado não é fácil (N.M., 2º presidente da ASSUREMACATA, 2015).

O entrevistado acompanhou a distribuição dos benefícios juntamente com o então presidente da ASSUREMACATA, essa õperda de controleö na distribuição dos recursos se deu pela grande demanda de benefícios e principalmente pela quantidade de requerentes e a pressão sobre os presidentes das associações também era intensa.

O momento da chegada dos benefícios sociais é descrito pelo entrevistado como o início da ãdor de cabeça, por isso estes são vistos também como causadores de perda na preocupação com o cuidado com o meio ambiente, visto que antes de chegarem os benefícios os usuários se preocupavam mais com essas questões ambientais, com a vinda dos fomentos o interesse econômico superou o interesse da conservação ambiental, fazendo com que as participações em reuniões, por exemplo, serem mais frequentadas quando tratam de benefícios como o ãBolsa Verde.

Nesse contexto de mobilizações em torno da criação da UC, ficou notório que o envolvimento dos usuários nesse processo passou por dois momentos principais. O primeiro foi a construção da participação da população local por meio dos movimentos para criação da Resex, em que estes se organizaram para solicitação da mesma. Momento de envolvimento de lideranças locais, frequentes reuniões onde se fortaleceu o projeto da UC.

O segundo foi a chegada de benefícios, que despertou intensa mobilização dos usuários, o que também foi sucedido pela perda de ânimo dos agentes em participar, na medida em que começaram a se defrontar com as regras de uso trazidas pela Resex.

4 6ESTRATÉGIAS MOBILIZADAS PARA A PARTICIPAÇÃO

No capítulo anterior viu-se as mobilizações e o envolvimento dos comunitários para criação da Resex. Apreciar tal envolvimento político dos agentes da REMCT é relevante para compreender como tais pessoas inserem-se no processo de gestão dos recursos extrativistas coletivos utilizando os saberes adquiridos pela experiência de vida nesse local. São conhecimentos distintos dos elaborados no campo científico. Para Santos (1996, p. 20) ãA teoria e a análise sociológica (...) tem vindo a desvalorizar o económico em detrimento do político, do cultural e do simbólico, tem vindo a desvalorizar os modos de produção em detrimento dos modos de vidaö. Não pretende-se considerar que toda análise sociológica se apresenta assim, no entanto essa consideração de Santos (1996) é relevante é para fundamentar as formas de interpretações sociais da atualidade.

Esta abordagem evoca a análise de Leff (2011) referente às contemporâneas interpretações sociais do mundo atual, as quais propõem uma complexidade onde se entrelaçam a sociedade e a natureza e avultam a compreensão das relações socioambientais:

O saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, onde hoje convergem e se precipitam os tempos históricos que já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica. É a confluência de processos físicos, biológicos, e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem - da economia, da ciência e da tecnologia - para uma nova ordem geofísica da vida e da cultura. (...) Tempos de hibridação do mundo ó a tecnologização da vida e a economização da natureza -, de mestiçagem de culturas, de diálogos de saberes de dispersão de subjetividades, onde se está desconstruindo o mundo, onde se estão ressignificando identidades e sentidos existenciais a contracorrente do projeto unitário e homogeneizante da modernidade. (LEFF, 2011, pp. 9, 10).

A análise anterior de Leff (2011) ressalva o saber ambiental como uma contracorrente da modernidade, pois os conhecimentos provindos da interpretação da ciência moderna que tem como regra básica o distanciamento entre o pesquisador e os objetos da pesquisa (nas ciências humanas o distanciamento seria entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa). Seu trabalho deveria ser neutro e objetivo, expulsando o máximo possível as variáveis pessoais. Existia a defesa de uma realidade externa

constituída de regularidades, regidas por leis físicas e matemáticas, independentes do sujeito do conhecimento (GONZALES *et. al*, 2002).

Nas ciências sociais, este princípio não foi descartado.

Emile Durkheim tinha como objetivo firmar a Sociologia como uma ciência. Para ele não existia metodologia consistente de análise sociológica, por isso era necessário dotá-la de método. Para cumprir seu objetivo, Durkheim sistematiza *As Regras do método Sociológico* (1978), o que convinha como instrumentos metodológicos à pesquisa social. Para ele era necessário definir o objeto de estudo, observá-lo e caracterizá-lo. Seu objeto é o Fato Social, entendendo que a sociedade se impõe sobre o indivíduo.

A Sociologia, enquanto ciência, também possuía a regra de que este conhecimento moderno específico exige o uso de uma racionalidade, buscando a objetividade dos fatos sociais. Esta ciência não reconhecia o *ōsenso comumō*, ou seja, o conhecimento gerado fora das metodologias científicas. Na contemporaneidade o senso comum não é negado, mas visto como representações do dia-a-dia que precisa ser compreendido, não ignorado.

Sob essa forma contemporânea de análise da Sociologia, sem excluir a clássica, autores como Boaventura Santos (2014), por meio da crítica que faz da ciência moderna, mostra as limitações de se fazer esta forma de ciência na atualidade, trazendo nova maneira de interpretação denominada *ōEpistemologias do Sulō*, que nas palavras de Santos (2014),

é um conjunto de procedimentos que visam validar o conhecimento produzido por aqueles que tem sofrido injustiças (dominação, exclusão) causadas pelo capitalismo, colonialismo, patriarcalismo. É, portanto, o conhecimento a partir da perspectiva daqueles que tem sido oprimidos por estas três grandes fontes de dominação.

Este Sul não é geográfico e sim político, e o conhecimento provindo destes *ōinjustiçadosō* contrapõe-se ao conhecimento dos dominantes, ou seja, daqueles que derivam das *ōEpistemologias do Norteō*.

Essas òepistemologiasö são formas alternativas para compreensão da realidade, visto que assuntos fundamentais da contemporaneidade ó como a sustentabilidade, por exemplo - ònã são compreensíveis, resolvíveis e decidíveis mediante a ciência (...) por que as decisões sobre a sustentabilidade ecológica e justiça ambiental colocam em jogo diversos atores sociaisö (LEFF, 2011, p.456). A partir disso entende-se a relevância do reconhecimento dos saberes e práticas tradicionais que podem contribuir para gestão de seus territórios, tendo como referência neste trabalho a discussão da participação.

4.1. Participação Política

De acordo com Bobbio (et. al, 1998, p. 898), a expressão participação política é

geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além.

No entanto considerar desta forma a participação política não é sempre viável em contextos de sociedades com poucas estruturas políticas. Este modelo nem sempre é unívoco, pois além das atividades participativas clássicas (como o ato de votar, por exemplo), acrescentam-se outras possíveis de considerá-las importantes no processo participatório, como a esfera religiosa, econômica e cultural; e as manifestações de protesto, marchas, ocupação (BOBBIO *et. al*, 1998).

Este autor ainda coloca três formas ou níveis de participação política: a primeira, designada pelo termo presença, trata-se de comportamentos essencialmente receptivos, como a presença em reuniões; a segunda é designada com o termo òativaçãoo, onde o indivíduo desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas; por último a participação, propriamente dita, é reservada, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política (*idem*, 1998).

Milani (2008, p. 554) afirma que,

As origens do discurso sobre a participação social são múltiplas: encontram-se referências (e elogios) à necessidade do uso de ferramentas participativas nos manuais das agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento, no âmbito dos programas de reforma do Estado e das políticas de descentralização, mas também na prática de alguns governos locais que afirmam promover, graças à participação dos cidadãos, estratégias de inovação e, em alguns casos, de radicalização da democracia local. A participação é reivindicação histórica de alguns movimentos sociais, por exemplo, os relacionados à pauta dos trabalhadores rurais sem terra, à gestão de políticas urbanas ou à educação popular.

Assim, quando se fala em participação, logo pensa-se no caráter político e institucional incorporado nela, porém destaca-se a necessidade de integrar os cidadãos nas decisões que eram monopolizadas aos líderes políticos.

Gohn (2011) destaca o Programa do orçamento participativo e os fóruns e plenárias de participação popular como formas iniciais de participação política. Esses foram instituídos pelos movimentos sociais dos anos 1980. Outras instâncias são criadas com o objetivo de expandir as possibilidades de participação social e com efeito, a Carta Constitucional promulgada em 1988 estabeleceu mecanismos importantes direcionados à participação popular na gestão de políticas públicas, especialmente por meio de conselhos gestores das mais diversas áreas (BATISTA, 2010, p. 38).

Bordenave (1983) afirma que existem inúmeras formas de tomar parte ou participar de algo: Na família, na comunidade, são formas primárias de participar. Pode-se também compartilhar de ambientes como associações, empresas, sindicatos, é o que denomina-se de participação secundária, por fim, destaca-se os grupos terciários que são, por exemplo, os partidos ou movimentos políticos (*idem*, 1983). Essas separações não são absolutas, são, porém uma forma de situar a participação a qual a pesquisa pretende discorrer. Assim, para este autor,

uma sociedade participativa seria, então, aquela em que todos os cidadãos tem parte na produção, na gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isto possível (1983, p. 25).

Gohn (2011), também dissertando sobre este objeto, coloca paradigmas analíticos de interpretação sobre a participação: a liberal (corporativa e comunitária) a autoritária, a revolucionária e a democrática-radical.

Para que a liberal/corporativa aconteça é necessário que haja nos indivíduos um sentimento de pertencimento, de identidade com determinado grupo e não apenas um interesse pessoal.

Há um sentimento de identidade e concordância com uma certa ordem que cria algo superior chamado bem comum. Esse comum é o núcleo articulador dos indivíduos, portanto a razão do impulso para participar está fora dos indivíduos, além de seus interesses pessoais (GOHN, 2011, p. 18).

A liberal/comunitária é tida como um movimento de organização da sociedade civil integrada a órgãos do Estado de forma institucionalizada. Aqui pode-se incluir os conselhos e associações comunitárias justamente pelo esforço que tais órgãos civis empreendem para representar-se perante o Estado. Tanto o paradigma corporativo como a comunitário percebem a participação como uma atitude espontânea dos indivíduos.

Existe também a concepção autoritária de participar. Esta é representada pela promoção de políticas públicas, as quais são designadas para atenuar os conflitos sociais, porém continuam sendo medidas que não levam em consideração a soberania popular (GOHN, 2011).

Na revolucionária, a participação intenciona pelear contra as relações de dominação, a qual busca-se redistribuição de poder entre os membros da comunidade, advoga-se também a criação de canais de ação paralelos às estruturas dominantes.

Na interpretação democrático-radical, as pessoas são tidas como sujeitos sociais, ou seja, participam com interação com os demais, não são isolados. Esta tem como característica principal o pluralismo e a divisão de responsabilidades com a comunidade. Sua finalidade é fortalecer a sociedade civil para construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações etc (GOHN, 2011, p. 21).

Levando em consideração os diversos tipos de participação bem como as formas paradigmáticas de se compreender a participação política, no contexto de uma Reserva Extrativista em que suas demandas são gestadas por um conselho deliberativo, cabe verificar como está o curso da participação neste espaço, levando em consideração que para participar, é necessário que os indivíduos firmem-se em solo de relacionamentos, laços sociais, redes de interação, precisam de motivações que deem sentido às ações participativas.

Assim, a construção de uma sociedade participativa converte-se na utopia-força que dá sentido a todas as microparticipações. Nesse sentido a participação na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade, constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro numa sociedade onde não existam mais setores ou pessoas marginalizadas (BORDENAVE, 1983, p. 25).

Neste trabalho observou-se como os usuários se movimentam na perspectiva de participação na cogestão da REMCT, como interagem entre si e com outros atores institucionais nesse processo. Esteves *et al* (2013, p.11) afirma que

Oficialmente, a participação social na criação e gestão de UC tomou ares legais com o documento "Orientações básicas para a formação dos conselhos de unidades de conservação", na qual ressalta que a democratização da gestão de políticas públicas, no que tange ao SNUC, é um imperativo e que tal seria concretizado por meio do conselho gestor (MMA, 2004).

Historicamente os grupos tradicionais foram e ainda são marginalizados pela baixa ou ausência de representatividade perante outros grupos economicamente mais fortes. São considerados um empecilho ao desenvolvimento, apesar de nascerem e morarem nessas comunidades e aprenderem as atividades de extração e beneficiamento dos recursos com pais e avós, também ensinando seus filhos. Depois de lutas em que muitos, inclusive, pagaram com suas vidas, estes grupos conquistaram espaços próprios na luta pelo direito de decidir pelo uso dos recursos extrativistas.

4.2. Experiências como estratégia de participação dos usuários da REMCT

Antes da criação da Resex, os agentes da pesquisa já eram envolvidos em movimentos em organizações como Igrejas católica e evangélica, Colônia de pescadores, associações locais, lideranças comunitárias, festividades e outros; que são expressões coletivas que no contexto atual denomina-se de *participação*. A partir disso, na pesquisa foi observado que com a implantação da Resex outros elementos passaram a integrar às práticas dessas pessoas e as estimulou a participarem diretamente das demandas da Unidade. Pessoas que já apresentavam envolvimento em organizações ou não, passaram a ser voluntárias nesse processo de gerenciamento da unidade.

Outros caminhos associativos foram percorridos antes da Resex. Os entrevistados expõem as instituições das quais faziam/fazem parte:

Sou sócia da ASSUREMACATA e da Colônia, também frequento a igreja evangélica. No início da ASSUREMACATA eu trabalhava com a dona A.R., que trabalhava com as mulheres. Eu era representante das mulheres do Treme. Depois que eles saíram acabou (I.B., usuária, 2015).

Eu faço parte da Associação de produtores rurais como conselheiro, há dez anos que nós fundamos. Sou sócio da ASSUREMACATA e sou pastor da Assembleia de Deus (Igreja evangélica) (A.S., usuário, 2015).

Eu estou em todas as atividades na igreja, já fui tesoureiro, coordenador da comunidade de São Pedro, tudo que convidam eu vou. Gosto muito de trabalhar na parte de comunidade, igreja. Na área do extrativismo eu também trabalho na fábrica de caranguejo (J.N., usuário, 2015).

Sou tesoureiro da ASSUREMACATA. Na comunidade eu sou membro da associação dos produtores rurais da comunidade do Treme, tem até aqui um trator que eles vem deixar aqui no meu quintal, mas eu não sou responsável da associação, só cedí meu quintal (V.F., usuário, 2015).

Faço parte da AJURUVILA e da ASSUREMACATA que estão paradas. Trabalho 13 anos na Igreja católica, com grupo de jovem. Como sempre as lideranças começam de base na Igreja, foi lá que eu comecei (A.P., usuário, 2015).

Já fui presidente de associação (Ajuruvila). Sou inscrito naquele negócio do IDATAM, já me inscrevi no INCRA, ganhamos algumas coisas do INCRA, geladeira, rede, motor. (M. A., usuário, 2015).

A gente faz parte do comitê e da consultoria da ASSUREMACATA, que administra a associação. (V. B., secretário da ASSUREMACATA, 2015).

Ao falarem dos motivos de integração na cogestão da Resex ressaltou-se a possibilidade de ajudar a comunidade, principalmente referente à conquista de direitos, como aposentadoria ou aquisição de documentos civis - pois muitos não possuíam documentos como o Registro Geral e Cadastro de Pessoas Físicas. O relato a seguir resume essa perspectiva:

A importância (da Resex) é porque traz mais conhecimento pra dentro da comunidade, os pescadores não sabiam nem mesmo os direitos como pescador, simplesmente eles pescavam e por isso ficava. Quando terminava o tempo eles iam e procuravam uma aposentadoria, hoje em dia não, eles já sabem mais os direitos deles e é através dessas reuniões que a gente faz que eles vão saber do reconhecimento. Também hoje em dia as pessoas vem fazer pesquisa com eles mesmos. Pra eles em relação à pesca teve uma melhora muito grande (M.S., usuária, 2015).

oCuidar do meio ambienteo é outra questão frequentemente levantada, pois os entrevistados acompanharam o período em que a pesca predatória tomava proporção preocupante, ao ponto dos usuários não conseguirem manter o sustento.

Aqui na frente mesmo colocavam a rede e não podiam demorar senão não davam conta de tirar o pescado, ai com o tempo foi tendo uma queda, muitas pessoas até se mudaram por que não conseguiam mais se sustentar. Com a criação da Resex, os comitês começaram a fiscalizar dentro das comunidades ai foi evitando mais a questão da pescaria predatória, e hoje já tem mais peixe (V.B., usuário, 2015).

Quando começamos visava a questão da preservação do meio ambiente que a gente viesse a conscientizar o povo a preservar, a zelar do que é seu, a tradição o costume da população não era preservar, que aquilo que Deus criou nunca ia se acabar estava na cabeça do povo, tinha um costume de pescador, que se terminasse o peixe, o caranguejo ia segurar. Criar a Resex para educar na questão da preservação foi uma barra, começamos a fiscalizar, vinha um pessoal com pesca predatória de outros estados, principalmente o Ceará, se estragava muito peixe, quando se olhava na beira da praia era quantidade de peixe, aí tivemos curso pra agente ambiental, mais era difícil porque a própria comunidade não apoiava, quando chegava na comunidade com essa ideia de preservar tinha revolta na comunidade (N.M., 2º presidente da ASSUREMACATA, 2015).

Uma experiência a destacar para pesquisa é a de V.B. da vila Bonifácio, que viu na gestão da unidade uma possibilidade de aprendizagem, pois dedicou-se a concluir o Ensino Médio como uma espécie de preparação para serem representantes das comunidades. Tanto ele quanto sua irmã começaram a participar de reuniões, cursos, eventos, inclusive em outras cidades brasileiras.

Percebeu-se no discurso que estes buscam ser o porta-vozes de instituições, como o ICMBio, na comunidade tornando públicas as pautas de discussão das reuniões, isso desmontar que a oportunidade de aprendizagem e formação é uma estratégia de atuação na Resex, pois veem na educação formal uma maneira de qualificação para serem representantes comunitários.

Os entrevistados iniciaram a vida política por influência de parentes ou amigos que já se envolviam com associações e principalmente com a Resex. Por isso, entende-se que estar presente e influenciando em ambientes políticos pode ser resultado de um caminho iniciado e percorrido no dia-a-dia.

Outro fator de atração para participar foram as mobilizações, discutidas no capítulo anterior, que ocorreram para criação da Resex, pois nesse período houve convocação das pessoas para reuniões de apresentação do projeto da Resex, e a partir daí muitos começaram a se integrar nas discussões referentes a criação da UC inserindo-se na formação de comitês locais.

A Igreja católica teve papel fundamental na formação desses agentes. Oito dos doze informantes são católicos com envolvimento direto com a Igreja, integrados como frequentadores de missa, liderando grupos, participando das festividades e contribuindo inclusive com a construção ou reforma de templos.

Eu trabalho na questão da igreja católica, a gente conduz a coordenação da igreja católica, desde criança a gente é envolvido, eu tenho um irmão padre e quase eu fui padre, não fui porque eu tinha que cuidar dos meus pais, nós somos 7 irmãos, a gente começou o social muito novo, foi através da igreja que a gente começou a se engajar no social (N.M., 2º presidente da ASSUREMACATA, 2015).

Eu sou católico, inclusive ajudei a construir a Igreja de São Pedro na Vila dos Pescadores, fui presidente da festividade de São Pedro durante 9 anos, depois eu entreguei, mas eu ajudo de vez em quando. Ainda hoje eu fui em Bragança, fui comprar tinta pra uma igreja evangélica, pra mim não importa a igreja, importante é que eu podendo ajudar eu ajudo (L.F., usuário, 2015).

Eu estou em todas as atividades na igreja, já fui tesoureiro, coordenador da comunidade de São Pedro, tudo que convidam eu vou. Gosto muito de trabalhar na parte de comunidade (J.N., usuário, 2015).

Nas entrevistas, os benefícios materiais que a Reserva proporcionou, foram as motivações que sobressaíram em meio aos outros, desta maneira o que se pode perceber é que há ênfase em tais benefícios quando fala-se de participação na Unidade. Um usuário da Vila do Treme expôs que as reuniões que mais atraem outros usuários são aquelas que tratam de créditos, fomentos, seguro defeso, casas e principalmente o Bolsa Verde. A pesquisa realizada por Ribeiro *et al* (2012), no item que expõe as expectativas dos usuários com relação a Resex, confirma esse dado.

Quadro 6 - Expectativas de usuários da Resex Caete Taperaçu com relação a Reserva.

Expectativas	Nº Respostas	%
Casa	90	26,24
Oportunidades e futuro	86	25,07
Melhorar a situação	64	18,66
Políticas Sociais	39	11,37
Ajudas específicas e Benefício	35	10,20
Ambiente e fiscalização	09	2,62
Descrédito	08	2,33
Outros	12	3,50
Total	343	100

Fonte: Pesquisa de campo - RESEX Caeté-Taperaçu/Bragança/PA. Dez/2011 - Jan/2012.

O quadro 6 expressa que os usuários possuem expectativas positivas com relação à Resex, por que acreditam que a mesma vai colaborar para melhoria da situação de vida com o recebimento (ou a espera de receber) das chamadas ôcasas do INCRAö. As respostas revelam anseios direcionados a gerar melhorias coletivas, com exceção da casa (ocupa 26% das respostas) que é uma expectativa mais concreta e individual.

4.3. Como definem os usuários participação no âmbito da Resex

Para compreender a percepção dos agentes a respeito da Resex, a primeira questão colocada na entrevista foi: "O que é participação no contexto da Resex?". Percebe-se que os usuários "ambientalizam" suas falas quando destacam, principalmente, o cuidado com o ambiente e a possibilidade de, a partir do trabalho desenvolvido, ajudar a comunidade.

É estar inteirado na questão ambiental e saber o que tá prejudicando na pesca, no mangue. Saber o que pode ser feito, por que só quem conhece os problemas da comunidade são os próprios moradores (V.B., usuário, 2015).

É trabalhar em prol da comunidade. Eu era um delegado do comitê, aí depois que o J.G. ganhou a eleição de presidente da Resex (Associação de usuários) eles me tiraram do comitê, mas no meu caso eu ainda trabalho no comitê por que ainda não teve eleição pra mim sair, por que assim como nós entramos mediante a eleição, nós saímos mediante a eleição (U.S., usuário, 2015).

É a gente se unir, cuidar, inclusive temos problema com a coleta de lixo dentro da vila, então os moradores que estão mais longe queimam o lixo ou jogam no mangal e não tem esses cuidados. A gente avisa o pessoal, mas é difícil lidar com o ser humano (L.F., usuário, 2015).

A gente que trabalha no comitê, a gente tem a nossa obrigação né? Apesar de ser um serviço voluntário, que a gente faz por que a gente quer fazer por que a gente gosta mesmo, eu gosto muito de trabalhar aqui na comunidade em relação a igreja católica que eu sou e essas coisas assim mesmo (M.S., usuária, 2015).

Participar das reuniões proporcionou a possibilidade de interação com temas dos quais antes não se ouvia falar, de acordo com os usuários:

A gente foi numas reuniões que eles estavam fazendo no Treme, nesse tempo era o seu Z.R., aí a gente foi vendo que era muito importante pros pescadores. É importante por que fala da Reserva e a gente que não participava, não tava nem aí, jogava lixo na beira, hoje a gente já tem cuidado, principalmente nas praias. Quando alguém jogava casca do caranguejo a gente tinha a obrigação de conversar com a pessoa (I.B., usuária, 2015).

A participação também é percebida como uma abertura de oportunidades de aprendizagem e formação.

A gente sai pra reunião aí tem que vir passar na comunidade aqui, a gente faz cursos também. Eu tava até fazendo uma oficina lá no ICMBio sobre a pesca,

falta até terminar ainda. A gente faz também seminário, viaja pra outros lugares, eu já fui pra Salvador para o seminário da pesca (M.S., usuário, 2015).

O relato mostra a preocupação em ser um multiplicador das práticas aprendidas nas reuniões, falando e advertindo outras pessoas com relação ao cuidado com seu espaço.

4.4. Os dilemas da representação comunitária

Os entrevistados ressaltam a difícil situação dos extrativistas antes da Resex, trabalho desgastante e sem representação e reconhecimento perante a sociedade:

Diante de tudo, o foco principal que levou a gente a abandonar até serviço foi por que a gente viu a necessidade da nossa comunidade do caranguejeiro principalmente, que a vida toda é tirar caranguejo é um homem novo/velho antes do tempo. Quando a gente chegava nos debates em Belém no meio de gente importante da sociedade achavam que o caranguejeiro não é profissão, então não poderia ajudar o caranguejeiro por que não é profissão aí a gente vê nosso caranguejeiro se acabar antes do tempo por que desgasta o físico do homem (P.F., usuário, 2015).

Em virtude disso outra estratégia mobilizada é a participação na ASSUREMACATA, pois é percebida como a garantia de representação e maior facilidade de acesso a créditos.

Eu também aceitei fazer parte da ASSUREMACATA, que é a associação que é autorizada a administrar a Resex, por que eu achei que a gente poderia ajudar muitas pessoas. Por que só assim a gente teria acesso ao crédito do governo, por que sem associação, sem um órgão que pudesse nos representar o governo federal não tinha como nos ajudar e você sabe que um ôcabocoô do interior da nossa marca não vai ter acesso a ministro, acesso à secretaria de governo. Em Belém nós já temos dificuldade, quanto mais em Brasília (A.S., usuário, 2015).

Espera-se que as representações locais estabeleçam elos entre as questões internas e externas da realidade dos extrativistas. Desta maneira as lideranças entrevistadas comumente destacam o peso da responsabilidade que carregam em nome da comunidade como porta vozes, e entendem que por serem moradores destes locais

sentem ãa peleõ as dificuldades e tem melhores condições de contribuir na cogestão da Resex, por serem os principais envolvidos.

A gente que é da organização, quando recebe demandas das comunidades, a gente vai conversar com a comunidade pra saber qual é o problema. Eu sei o lado da diretoria e dos moradores por que eu sou morador. (V.B., usuário, 2015).

Os representantes do polo Ajuruteua e polo Treme no Conselho Deliberativo, ressaltam os cursos de capacitação que fizeram e também fazem questão de mostrar documentos utilizados por eles para realizar suas atividades, como por exemplo: autorização para extração de madeira, textos que explicam as atribuições do conselheiro e certificados de formação de lideranças (Figura 17).

Às vezes eles (usuários) vem aqui, quando eles querem tirar uma madeira pra curral, eles vem aqui e eu dou autorização pra eles, por que eu tenho as fichas de autorização aqui (seu U.S mostrou as fichas), ai eles vem aqui e eu preencho essa ficha aqui, levo no ICMBio aí eles tiram a xerox, assinam, carimbam e eu trago (U.S., usuário, 2015).



Figura 17- Certificado de Formação de Conselheiros do Conselho Deliberativo da REMCT.
Foto: Talita Silva, 2015.

Quando estes agentes avaliam a participação das demais pessoas da comunidade fica evidente a realidade que será melhor discutida no próximo capítulo referente ao baixo envolvimento dos comunitários em detrimento da ausência de créditos e inadimplência da associação que os representa.

Tem aqueles que são desacreditados por que o interesse deles é ganhar, não estão nem aí se estão poupando ou destruindo (o meio ambiente), só querem ganhar (M.S., usuária, 2015).

Já foi muito importante, já foi 80%, se a gente fizesse uma reunião hoje não sei como estaria. A gente já encheu muitas vezes o centro comunitário, o povo debatia. Mas alguns..., principalmente na área educacional, por que a Resex exige uma manutenção, exige um Plano de manejo, então a Resex, através da associação, do governo federal ó deu casa, deu fomento, deu geladeira, deu *freezer* ó mas ela também quer que o próprio usuário do caranguejo tenha educação pra não deixar carapaça no mangual, não pegar caranguejo pequeno e tem gente que não quer aceitar, quer ser beneficiado, mas não quer aceitar, pensa que é o governo. Não, pelo contrário, o governo se preocupa comigo e com os outros que estão aqui. O governo dá educação e dá merenda pro menino e ainda dá uma bolsa família pros pais (A.S., usuário, 2015).

Só vai voltar isso (participação nas reuniões) na hora que for anunciado crédito, por que o povo tem aquele interesse, quando não tem isso, vem pouca gente pra reunião e isso é em todas as comunidades. Já sabem quem 1.500 famílias para o bolsa verde, dia 30/09 vai ser o final da discussão do plano de manejo, mas a hora que anunciar..., eles do ICMBio estiveram aqui para fazer entrevista com 9 mulheres. A discussão era essa óo que você acha do Bolsa Verde?ó, com isso as pessoas já começaram a vir aqui pensando que já estavam fazendo a lista de pessoas pra receber o bolsa verde. Então se alguém dizer óas casas chegaramó ai vai dar muita gente (P.F., usuário, 2015).

Acabou, agora não tem mais nada. Tem mais é pouco, não tem movimento. No dia internacional da mulher elas saíam nas ruas, faziam encontro, mas hoje ta devagar. Lá no Treme quem participa ainda é eu e uma vizinha (I.B., usuária, 2015).

O presidente da associação de usuários relata conflitos com o ICMBio ressaltando a dificuldade de estabelecer diálogo com o antigo gestor desse órgão e expõe - assim como o pescador citado anteriormente - sua maneira de administrar as regras de uso dos recursos. Ele diz: óO ICMBio é o gestor da unidade da Resex, eu sou o gestor da associação. O ICMBio é um órgão fiscalizador? É, mas eu também sou, então nós temos que andar juntosó (J.G., atual presidente da ASSUREMACATA, 2015).

A própria eleição para presidência da associação dos usuários em 2013 foi relatada pelo entrevistado como turbulenta, pois houveram atritos com a comissão eleitoral. No entanto, apesar dos impasses, segundo o presidente, ele foi eleito com votos legítimos ainda que muitos associados afirmem que sua gestão não é legal.

As questões apresentadas pelo presidente da associação, que é pescador, transitam tanto pelo cotidiano dos usuários ó neste caso, os pescadores artesanais, visto que este também é pescador ó quanto pelas relações representativas entre instituições, pelo fato dele também ser o gestor da associação de usuários.

Existe pouco interesse dos usuários em buscar suas representações comunitárias para resolução de tensões presentes em seu cotidiano. Aparentemente esses pescadores não acreditam que esses canais de representação possam auxiliá-los em suas demandas.

No Plano de Manejo constatou-se conflitos relacionados à participação e representação, questões que os usuários expunham a respeito de problemas referentes a associações.

Um pescador ao falar sobre participação na ASSUREMACATA e frequência nas reuniões, relata que

Nunca participamos por que ficou uma coisa tão desacreditada que ninguém sabe que é quem, o que é e o que não é, que largamos de mão. Quase todas as pessoas que foram cadastradas não deram continuidade pra participar (D.S., usuário, 2015).

Entendeu-se que não há engajamento deste com a questão associativa e quase nenhum entendimento do significado de morar numa Reserva Extrativista. A preocupação maior dele está direcionada à educação dos filhos, visto que este não quer que os mesmos sejam pescadores.

Seu pai, também pescador, tem um posicionamento semelhante ao se referir à associação, dizendo que foram feitas promessas, nunca cumpridas. Estes afirmam que procuram sozinhos as soluções dos problemas relacionados aos recursos.

Percebeu-se que as estratégias de participação comunitárias não estão fortalecidas, na percepção desse grupo entrevistado, expressando a carência da atuação da associação mãe em seus cotidianos.

Outro fator que causa conflitos é o período de eleições, pois ficam divididos entre os candidatos e acabam se desentendendo, tornando-se, segundo uma entrevistada, ãamigos aqui, inimigos láö.

Tem a questão política, a gente encontra. A gente faz inimigos, principalmente na época da eleição. A gente trabalha em um só objetivo, independente da gente discordar um do outro. A gente fica de ponta um com o outro, mas no final fica tudo bem (V. B., usuário, 2015).

Silva Júnior (2013) avaliando a representatividade da ASSUREMACATA, revela que esta obteve julgamento negativo dos próprios associados e o ICMBio obteve conceituação positiva. Este fator é interessante, pois reflete que a relação dos usuários é mais harmoniosa com atores institucionais do que com outros associados.

4.5. Participação: Direito que se tornou dever?

Atribuir a alguém um direito significa reconhecer que ele tem a faculdade de fazer ou não fazer algo conforme seu desejo e também o poder de resistir, recorrendo, em última instância, à força (própria dos outros), contra o eventual transgressor, o qual tem em consequência o dever ou (obrigação) de se abster de qualquer ato que possa de algum modo interferir naquela faculdade de fazer ou não fazer. õDireitoö e õdeverö são duas noções pertencentes à linguagem prescritiva, e enquanto tais pressupõe a existência de uma norma ou regra de conduta que atribui a um sujeito a faculdade de fazer ou não fazer alguma coisa ao mesmo tempo em que impõe a quem quer que seja a abstenção de toda ação capaz de impedir, seja por que modo for o exercício daquela faculdade (BOBBIO, 2000, pp 11, 12).

Contextualizando a noção de õdireito e deverö de Bobbio (2000) entende-se que a participação na gestão da Unidade de Conservação em tela é vista como um direito conquistado pelos grupos tradicionais extrativistas. No entanto, nem todos interessam-se por tal gestão e por isso são vistos como preguiçosos ou desinteressados, por aqueles que se envolvem mais ativamente nas questões da Resex. Ou seja, a participação que é

um direito passa a funcionar como um dever na medida em que se não participam podem ser hostilizados por tomar tal decisão. O que se percebe é que muitos referem continuar, suas rotinas sem a intervenção de normas trazidas pela Resex, e não veem nenhuma utilidade em envolverem-se nas demandas da mesma.

O principal motivo observado que contribui para o afastamento das pessoas dos ambientes políticos é a desconfiança que estes tem dos órgãos de representação. Eles não acreditam mais que exista alguém capaz de representá-las e essa descrença se dá pela atual ausência de benefícios que antes recebiam, ou ainda, por terem testemunhado a canalização de benefícios a pessoas que não precisavam e eram amigos ou parentes dos integrantes do comitê representativo. Ou mesmo o fato de não terem nenhum interesse em participar, mas afirmam que tem alguém da família que participa, como se essa pessoa fosse seu representante.

Em conversa com uma família na Vila do Treme, eles expuseram que não participam de associações pelo fato de que as decisões e fomentos são direcionados para determinados grupos e que os recursos financeiros são monopolizados por estes grupos, deixando outros, que também precisam, sem benefícios.

Outra situação que dificulta a participação desses usuários é a dificuldade de seguir as novas regras estabelecidas pelo Plano de Uso e punições aplicadas pelo IBAMA e ICMBio, no que concerne às práticas e uso dos recursos. A apreensão de objetos, advertências e multas ocasionam conflitos com o IBAMA e ICMBio. Outros, porém concordam com as regras e proibições de uso, por que, de acordo com estes as mesmas ajudam a conservar o meio ambiente. Os que concordam com as limitações acabam tendo conflitos com aqueles que não obedecem tais regras.

Os conflitos são sobre moradia, por que aqui é proibido vender terreno, e tem gente que ta vendendo terreno, aí a gente vai lá e querem bater na gente, aí eu to esperando a S.L. vim ver isso aí (U.S., usuário, 2015).

Antes a colônia dos pescadores tinha um capataz dentro da comunidade que representava a comunidade em relação, por exemplo, a vendas de terreno. Depois que entrou os comitês, a colônia não podia mais ter o capataz, o representante da comunidade ficou sendo o conselheiro do CD e os comitês. Sempre tem muita briga a respeito de venda de terrenos e de mexer em áreas que não pode, ai vão passando os terrenos de mão em mão. Tão derrubando mangue pra fazer casa. Esse negócio de terreno ficou mais pra parte dos conselheiros, as denúncias são levadas por eles (M.S., usuária, 2015).

As principais tensões são referentes ao uso do território e a venda proibida de terrenos, por isso a questão da fiscalização é sempre colocada nos depoimentos dos informantes.

Com relação a interação com outros participantes dos meios associativos, o relacionamento é comumente apontado como harmonioso.

Pesquisadora ó Como é o seu relacionamento com outros participantes da comunidade ou de outras instituições?

É bom. Só tive problema em tempos de eleição, por que eu apoio o pessoal da associação (M.S., usuária, 2015).

Não existe (conflito), por que a gente sempre se reunia pra conversar. Relacionamento sempre bom. As pessoas que não quiseram mais desistiram (A. P., usuário, 2015).

Ainda sobre as dificuldades de obedecer as regras de uso da Resex, em entrevista, um pescador morador da comunidade Taperaçu-Campo relata:

O que nos atrapalha aqui mais, é a gente usar o que o Resex pede, por que aqui nós temos que usar o que a Resex pede, vem o pessoal do IBAMA, aí já me pegaram, me prenderam, lá no meu trabalho, mas como não tinha algo errado eu fui lá com eles e eles me devolveram tudo e ainda vieram me deixar na minha casa (R. S., usuário, 2015).

Outros possíveis entraves para a gestão da reserva estão presentes nas opiniões dos comunitários sobre o processo de criação da mesma. Para estes, quando apresentou-se o plano de criação da Resex, as informações foram consideradas inadequadas a respeito de seus deveres e direitos. Os informes concentraram-se, sobretudo, nos benefícios que seriam dados pelo Governo, pouco falou-se dos possíveis limitações que seriam colocadas às suas práticas diárias de uso dos recursos.

Silva Júnior (2013) defende que a criação das associações como instituição legal nem sempre é de iniciativas dos usuários. De acordo com Nascimento (2005, *apud* SILVA JÚNIOR, 2013) as associações foram criadas por decisões de instâncias como a Prefeitura de Bragança e não da comunidade. Isso pode esclarecer certo distanciamento dos usuários dos processos decisórios e abdicação destes perante atores de outros órgãos tidos como mais capacitados para gerir o território.

É importante considerar a diferença de pesos e capital social e político que os usuários e moradores têm nos processos de gestão em relação às participações dos atores institucionais. Pois de acordo com Zhou (2008) alguns fatores que podem gerar também impasses na gestão partilhada da Resex é a marginalização dos conhecimentos comunitários de gerir o território e o fato dos conselhos serem espaços de relações de poder altamente hierarquizadas.

A partir da experiência verificou-se nesse campo que o uso da participação é uma estratégia para conservação ambiental e proteção do modo de vida, pois buscam os usuários utilizar saberes adquiridos pela experiência de vida na cogestão da UC.

Nesse processo, os agentes demonstram satisfação de estarem contribuindo com os demais, ao alertarem concernente ao uso do ambiente, por exemplo, ou serem seus porta-vozes.

De princípio o que se percebeu é um distanciamento para a realização de acordos entre os próprios usuários associados. A aproximação ocorre de forma mais sistemática entre os representantes comunitários e os atores das instituições oficiais, como a Universidade e secretarias municipais e estaduais.

O estudo realizado por Batista (2010), que tem a participação por objeto norteador, disserta sobre o processo de implementação e gestão da Resex Mãe Grande de Curuçá (PA), neste a autora destaca que também há fragilidade sociopolítica e organizativa da população curuçãense, bem como a desarticulação e disputas políticas dos representantes do Conselho Deliberativo da referida Resex.

Com relação aos usuários da REMCT observou-se, também, uma timidez no uso das estratégias nesse jogo da cogestão. Verificou-se, tanto nos depoimentos dos entrevistados, quanto na análise do Plano de Manejo, a fragilidade das associações comunitárias, assim como a desconfiança dos comunitários em relação às suas representações, o que pode revelar uma visão de que os representantes das comunidades não tem aptidão de gerenciar as demandas das comunidades.

5.6 INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E COGESTÃO DA RESEX

5.1. Institucionalização dos recursos naturais

Ostrom *et al* (2001) discutindo os regimes de propriedade comum ó que são as formas de direitos de propriedade, nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos ó usa o termo õbase comum de recursosö para se referir õas qualidades físicas de sistemas de recursosö (p. 80) e o termo õpropriedadeö relacionando-o a instituições sociais e não a componentes naturais. Sobre este regime, a autora coloca:

Se a humanidade depende da máxima exploração sustentável oferecida por um sistema de recursos, torna-se essencial um mútuo, cuidadoso e bem sintonizado usos dos mesmos. Regimes de propriedade comum são, essencialmente, maneiras de institucionalizar e orquestrar esse tipo de sintonia fina no uso de sistemas de recursos, quando estes são pressionados em direção aos seus limites (OSTROM *et al*, 2001, p. 86).

Com relação ao uso dos recursos naturais sobre as populações tradicionais pesam, principalmente, dois julgamentos opostos. O primeiro coloca essas populações como praticantes de atividades predatórias propensas a destruir os ecossistemas (ALMEIDA *et al*, 2004), interpretação igualmente colaborada pelo estudo de Hardin (1968) em õTragédia dos bens comunsö. Esse autor defendeu que os recursos naturais são passíveis de esgotarem-se em função do crescimento populacional e do uso impróprio e também não acredita que por si só os seres humanos conseguiriam manter o equilíbrio no uso dos recursos, ou seja, a ação coletiva apenas não é capaz de tolher a degradação, e propõe como alternativas a regulação central ou a privatização dos bens. O autor alerta para a correlação entre a deterioração de estruturas institucionais locais e degradação ambiental. A ausência dessas estruturas torna possível o desgaste dos bens comuns (MANESCHY *et al.*, 2008).

O ponto de vista oposto defende que essas populações são conservadoras tradicionais dos recursos e quem tem inserido no uso costumeiro é o Estado. Pela possibilidade verídica do recurso tornasse escasso é necessário que haja normas de uso locais adequados para o consumo (ALMEIDA *et al*, 2004).

A criação de Unidades de Conservação (UC) é uma forma institucionalizada de ordenamento do uso e modificação do ambiente pelo ser humano baseada na ideia do uso sustentável dos recursos naturais, conformado na cogestão desse território por diferentes agentes sociais sendo, portanto, um campo de disputa de diversos interesses. Uma Resex, por exemplo, só pode existir se forem constituídos um Conselho Deliberativo (CD) e uma associação-mãe. No caso da Resex a mediação dos conflitos, demandas e reivindicações, se dão a partir do CD, cuja função é organizar e gerir o território da reserva de forma conjunta. A criação recente da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu intensificou a necessidade de mediação, diálogo e real conhecimento da dinâmica dos recursos como bens públicos assegurados pela Constituição Federal (PERES, 2011, p. 230).

5.2. Os Limites da Reserva: Fronteiras, territórios e usuários.

O estudo de Ballarini (2012) revela que ainda há desconhecimento dos usuários da REMCT em relação ao que é uma Resex. De acordo com muitos moradores e usuários não conhecem o significado ou não tem clareza de seus limites territoriais. Peres (2011, p. 13) destaca que:

Os moradores conceituam (comparam) a reserva como uma situação nova de melhoria de vida traduzida na concessão de créditos pelo INCRA. A questão ambiental quase nunca é falada, embora os moradores percebam mudanças na paisagem. Mas se perguntados sobre o Plano de Uso, eles desconhecem, e as poucas regras que tomam conhecimento, fazem-no pelas conversas informais no dia-a-dia, nas práticas diárias, pois quando questionados se já ouviram falar no Plano de Uso, desconhecem o termo ou qualquer outro vocábulo que faça alusão ao documento.

Para Ostrom *et al* as fronteiras dos recursos devem ser claras (2001, p. 88). Porém ao se delimitar o espaço de reserva surgem conflitos, pois é uma delimitação imposta e não coincide com a demarcação territorial compreendida pela população local. Ou seja, é possível que existam duas territorialidades: aquela construída no seio de cada comunidade e aquela que passa a existir a partir da implantação da Resex (PERES, 2011, p.233).

O fato de esses limites serem uma imposição gera embates, pois algumas comunidades tem áreas dentro dos limites da Resex e outras partes fora. Com isso, ocorre confusão na identificação dos usuários quanto sua situação com a Resex.

O Sr. Zaqueu (representante da comunidade da Piçarreira) relata que falta fiscalização na área da Resex e que as pessoas não reconhecem seus limites. (Ata da 3ª reunião ordinária, 2011, p. 4). Essa realidade evoca a discussão a respeito da compreensão de território.

O conceito de território é empregado, tradicionalmente, pela Geografia que se caracteriza, fundamentalmente, como ciência de conexão entre o espaço físico e os processos sociais. A Antropologia e Sociologia, também utilizam esse conceito, porém mais direcionado às sociedades tradicionais, onde os vínculos com o meio são bastante pronunciados (VALLEJO, 2002).

Schneider (2009) traz perspectivas que utilizam o conceito de território. O primeiro paradigma entende o território a partir da interação dos humanos com o espaço que são as formas de uso e de transformação, criação e constituição de espaços.

O segundo paradigma que trata do conceito de território

refere-se à visão dos estudiosos que pensam o território a partir das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas, com o espaço. (...) Mas neste paradigma a questão central das relações entre os humanos e os territórios passa pela construção das identidades e da criação de códigos e normas que criam elos sociais entre indivíduos que ocupam determinado espaço e comungam entre si valores e sentimentos de pertencimento a um grupo. O território, portanto, deixa de ser apenas a delimitação do espaço físico ocupado e usado e passa a ser uma referência cultural que se manifesta através da identidade dos indivíduos em relação ao espaço que ocupam e usam (SCHNEIDER, 2009, p.5).

Teisserenc *et al* (2014) ao dissertar sobre a produção de novos territórios e disputas socioambientais territoriais, afirma que com a criação de Unidades de Conservação certos conflitos já existentes passaram a ter maior visibilidade em virtude da institucionalização de tais tensões, que serão gerenciados pelo Conselho Deliberativo.

De acordo com Zhouri (2010) os conflitos socioambientais, são relativos ao direito de uso da terra e seus produtos e estão relacionados às reivindicações do território. Por isso a necessidade de conhecer os limites territoriais.

O contexto desses conflitos é de lutas e reivindicações em busca da apropriação ou mesmo reapropriação de suas práticas e seus modos de vida.

O território reivindicado, portanto é material e imaterial ao mesmo tempo. Não se limitando a aspetos materiais e físicos, no território se encontra a dimensão e o valor simbólicos da instituição, dos eventos das práticas que compõem a vida das comunidades que vivem do e para o território (TEISSERENC *et al*, 2014, p. 7).

Além do território, a questão da identificação usuários/beneficiários dos atores é outro ponto colocado para discussões, pela necessidade de determinar quem tem direito aos benefícios da Resex.

Na 3ª assembleia ordinária de 2011 do Conselho Deliberativo da REMCT, existe uma discussão a respeito de quem pode ser considerado beneficiário da Resex. Assim, F.R., então presidente do CD, resumiu o conceito desse beneficiário:

Beneficiários da Resex Marinha Caeté Taperaçu são os pescadores artesanais, artesãos que utilizem recursos naturais da Resex marinha e beneficiadores familiares de caranguejo que estejam na atividade a pelo menos 5 anos e morem dentro dos limites do município de Bragança (2011, p. 1).

Citando os princípios de instituição de sistemas duradouros que Ostrom *et al* (2001, p. 88) determina, coloca-se que ãos critérios para o ingresso a grupos de usuários devem estar clarosõ. Esse fator é fundamental, pois numa Resex tem que estar evidente quem são os usuários para saber quem tem direito aos benefícios.

A partir daí os participantes da reunião colocam outras possibilidades de beneficiários como, por exemplo, ex-pescadores que trabalham como atravessadores e pessoas que confeccionem apetrechos utilizados na área da Resex. Tais colaborações são relevantes porque demonstram como o conceito abarca todos que se beneficiam de maneira direta ou indireta dos recursos naturais da reserva.

5.3. Organizações locais e instâncias de representação formal

Diante, portanto, da crescente importância que assumem as organizações locais, é necessário avaliar as condições concretas ou o contexto social em que se criam associações e como elas podem produzir os efeitos esperados do associativismo, especialmente propiciando o acesso a recursos e à participação política. (MANESCHY et al., 2008, p. 91).

Grupos amazônicos diversos, tradicionalmente chamados de camponeses ó pescadores, quilombolas, ribeirinhos, comunidades indígenas, seringueiros e extrativistas em geral ó passaram a ter maior reconhecimento enquanto atores sociais a partir da década de 1970 com o advento do paradigma do Desenvolvimento Sustentável e participação popular (ALMEIDA, 2004). Entre estes grupos difundiu-se a criação de associações como práticas de cooperação jurídica local. Tal visibilidade também estimulou a criação de políticas públicas para promover o desenvolvimento rural, como o Fundo Constitucional Norte (FNO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instrumentos que possibilitaram a criação de associações pelas vantagens econômicas que proporcionariam. No entanto essas formas de associação afastam-se significativamente de cooperação como mutirões, promoções de festividades e trocas baseadas em confiança (MANESCHY, 2008), situação que induz à distinção entre ãassociação legalõ e ãassociativismoõ, entendendo-se que associação legal tem caráter, sobretudo, compulsório e o associativismo aproxima-se do conceito de capital social por caracterizar-se pela espontaneidade.

Lobão (2011) também traz possibilidades de interpretação para a natureza jurídica das associações, que são as associações voluntárias e as involuntárias; as primeiras são caracterizadas pela liberdade de associação e as segundas caracterizam-se por serem interlocutoras entre o Estado e sociedade, por meio de intermediários privilegiados.

Frente à relevância que as associações locais adquirem no contexto extrativista, pondera-se sobre o contexto de criação de tais entidades e como relacionam-se com a Resex.

Para compreensão do exercício da vida pública dos usuários da REMCT é pertinente expor instituições locais que os mesmos tomam parte. Os arranjos são de

diversos objetivos, desde associações comunitárias, ONGs, sindicatos, cooperativas, comitês e outros.

Antes da criação da Resex, as principais instituições de representação dos extrativistas era Colônia de Pesca ó Z17 (Bragança/PA) e o Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança (SINPAB). A Colônia mantinha õcapatazesö nas comunidades com intuito de fiscalizar e controlar os pescadores. Com os movimentos que antecederam a Resex, as comunidades receberam orientação de escolher pessoas que receberiam o título de delegados comunitários e representariam as comunidades as quais faziam parte, a partir daí surgiram os comitês (ABDALA, 2012a).

No plano de manejo foi identificada a presença de associações, em sua maioria, associação de moradores. Isso implica em uma construção comunitária que perdura em meio a um ambiente repleto de representações coletivas e associativas. Nesse sentido foram identificadas 25 organizações de diversas finalidades. São expressões coletivas em vista da melhoria da qualidade de vida e que também funcionam como organização para promoção de festividades nas comunidades.

O quadro 7 foi elaborado a partir dos relatos dos participantes comunitários nas oficinas¹⁷ de construção do plano de manejo. Aconteceram 4 oficinas e cada uma delas reunia dois polos: Polo Tamatateua ficou junto com polo Campos, polo Treme com Caratateua, o polo Bacuriteua uniu-se ao polo Acarajó e finalmente o polo Ajuruteua reuniu-se com o polo Cidade.

A partir do quadro é possível visualizar as associações existentes nas comunidades pertencentes aos polos de representação. Pela maneira que os usuários apresentam a situação do associativismo percebe-se que uma quantidade considerável de associações não está atuando nas comunidades, a maioria é criada para captar recurso, e encontram-se inadimplentes.

¹⁷ Além da representação comunitária participaram também Prefeitura Municipal de Bragança (PMB), estudantes, representantes e professores de instituições de ensino e pesquisa, ICMBio, equipe da ECOIDEIA.

Quadro 7 - Organizações locais identificadas no Plano de Manejo, 2012.

Polos	Comunidades com Associações	Questões citadas sobre associações
Tamatateua (Campos)	-Taperaçu campo; Patalino; Retiro; Cajueiro; Maçarico; Bom Jardim; Acarajó; São Bento; Tamatateua. (Todas as associações citadas neste polo são Associações comunitárias de produtores)	- Faltam recursos, união; - Todas estão inadimplentes; - Elas são criadas só porque tem recursos.
Treme (Caratateua)	- Aciteua: Associação de agricultores familiares - Treme: Associação de agricultura familiar - Caratateua: Associação de pescadores e Associação de Consumidores de água - Vila-que-era: Associação de artesanato. - Vila Nova: Associação de abastecimento de água	- A união comunitária e o associativismo variam de comunidade para comunidade; - Não conseguem juntar os comunitários.
Bacuriteua (Acarajó)	- Acarajozinho, Acarajó, Acarajó Grande, Piçarreira e São Benedito (as 5 tem Associação de moradores). - Bacuriteua: Associação de amigos de Bacuriteua (funcionando). - Clube de mães (inadimplente). - Associação comunitária vida nova (não legalizada ainda).	- Ficou inadimplente e não está funcionando hoje; - foram criadas para acessar benefícios sociais, mas estão inadimplentes.
Ajuruteua (Cidade)	- Mulheres: Flor do Caeté (AMAFLOR) - Vila Bonifácio: AJURUVILA ó Associação de Filetagem. - Campo do meio: Associação de turismo, dos donos de Hotel e Pousada. - AMABAMA: Assoc. de Marisqueiros, Artesãos, Barraqueiros, Ambulantes, Pousadas, Bares Restaurantes e Moradores de Ajuruteua. - Associação de deficientes, com foco na acessibilidade.	- AJURUVILA não funciona mais. (De acordo com o Plano de Manejo, o espaço foi cedido para uma escola).

Fonte: ECOOIDEIA - ABDALA; SARAIVA; WESLEY (2012a). Elaboração: LOPES, Erica C. A, 2015.

Das 8 questões citadas sobre a situação das associações, 5 referem-se a problemas de recursos ou benefícios sociais e são colocados como o principal motivo de

determinada associação ser criada, ou seja, com a ausência desses recursos e inadimplência a instituição não cumpre sua função. De acordo com Maneschy (2008) é perceptível entre as associações rurais que surgiram na década de 1990 o objetivo de viabilizar as atividades econômicas a partir busca de crédito por meio de associações.

A Associação de Filetagem do Pescado Ajuruvila (AFPA), localizada na vila Bonifácio, comunidade também campo dessa pesquisa, nasceu com a função de melhorar a renda dos pescadores, porém a mesma não funciona mais, pois de acordo com entrevistados, esta foi interditada pela vigilância sanitária.



Figura 18 ó Local onde funcionava a Associação de Filetagem do Pescado Ajuruvila.

Foto: Erica Lopes, 2015.

Dois entrevistados que se associaram a essa instituição relataram dificuldades de mantê-la: ãA nossa dificuldade era organizar, adaptar, a higiene. Fizemos um curso de manipulação de pescadoö (A.P., 2015). õNo começo funcionou, mas devido os problemas com a água não foi pra frente, a saúde embargou. Tinha reunião, curso pelo SEBRAE, pela SEMAö (M. S., 2015). O ex presidente também explica a decadência da associação:

Pescava e vendia, pescava e exportava. Não tinha atravessador, pescava e vendia direto pro consumidor. Mas é difícil manter, o banco entrega, mas não ajuda. Quando eu entrei, assumi todas as contas atrasadas, paguei todas as contas. Só que é uma responsabilidade muito grande. Fiquei dois anos, quando saí deixei pro outro presidente um lucro de R\$ 11. 620, mas depois começou o vacilo, acabaram tudo e ainda queriam que eu voltasse. (M.A., usuário, 2015).

O que se percebeu, além da questão da água imprópria, é a dificuldade em organizar e administrar uma instituição como uma associação, tanto pela responsabilidade financeira como pela ausência de apoio.

Em relação à Vila do Treme, no Plano de Manejo é citada apenas uma Associação de agricultura familiar, todavia na pesquisa de campo foi identificada também a Associação dos Evangélicos Coletores de Caranguejo da Vila do Treme.

Devido ter muitos catadores de caranguejos aqui na vila e a gente não tinha nenhuma associação que pudesse representar a classe, aí conversamos com alguns irmãos, entramos em contato com um advogado pra ver se tinha problema de colocar a Associação dos Evangélicos Coletores de Caranguejo da Vila do Treme. Ai não teve problema, todos os coletores que queriam podiam participar e pode ser evangélico de qualquer igreja (A.S., usuário, 2015).

O fundador da Associação de agricultura familiar da Vila do Treme expõe que

Nós, analisando o tamanho da vila do Treme, nós não tinha uma entidade que pudesse nos representar e que a gente pudesse lutar junto do governo como associação que a gente pudesse conseguir um benefício. Eu como presidente mandei formular um ofício e através de uns amigos políticos, na época, na época do deputado G. P. Ele recebeu nosso ofício e nós conseguimos um trator pra gente trabalhar e até hoje aumentou muito a produção de mandioca na região desde que veio esse trator pra mão da associação (A.S., usuário, 2015).

Vê-se um exemplo de associação que surge em meio as necessidades dos próprios usuário de terem organizações de representação perante outras entidades.

5.4. Instrumentos e instâncias de participação

Para a implantação de uma Reserva Extrativista é necessário a formação de um conselho gestor, elaboração de um Plano de Utilização e Plano de Manejo - os quais devem ser elaborados de forma participativa envolvendo agentes comunitários e institucionais - e a formação de uma associação representativa de usuários, no caso da REMCT é a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA).

Em entrevista, F.R., gestor anterior do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) elenca alguns instrumentos de gestão evidentes no período de sua gestão: A implementação de reuniões do Conselho Deliberativo para construção do regimento interno e grupos de trabalho, o plano de utilização, plano de manejo, o cadastro dos beneficiários, a fiscalização e pesquisas acadêmicas. Sobre a participação das comunidades para gestão da Resex, ele ressalta que

Isso é importante porque é a forma da gente estar aberto a essa participação, poder tentar construir essa participação, envolver as pessoas, esclarecer, discutir temas, orientar, ouvir demandas, enfim, nesse sentido o conselho é um dos instrumentos de gestão importantes e até mesmo pela diversidade de outros instrumentos que foram ocorrendo na unidade (F.R., 2015).

Neste trabalho são discutidas tais ferramentas sob o enfoque da participação dos agentes comunitários nestes ambientes de gestão.

A ampliação da esfera pública incorpora novos atores que entram em cena nas décadas de 1970/1980, pressionando para obter melhores condições materiais e ambientais de vida, por parte dos setores organizados da sociedade civil em luta pela construção de suas identidades e os efeitos das reformas que configuraram novo papel para o Estado na sua relação com a sociedade. Desta maneira foi desenvolvido o conceito de governança, que segundo Teisserenc (2014, p. 20) é

uma ideia que reflete um território que conseguiu mobilizar seus atores na busca de uma dinâmica de desenvolvimento sustentável, que se manifesta em particular pela capacidade desses atores coproduzirem ações coletivas multissetoriais e conceberem regras comuns capazes de facilitar a cooperação. A propósito, tal governança exige regulações locais que são da competência e responsabilidade dos políticos locais.

Nesse sentido o foco das ações não resumem-se aos órgãos estatais, mas incorpora a relação entre o governo e a sociedade (GOHN, 2011). Isto significa uma participação civil na gestão do público.

5.4.1. A atuação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA).

Com o fato de agora os agentes residirem em uma UC é mister que exista organizações de base para garantia de suas obrigações, direitos e gestão do seu território. Antes da Resex já existiam associações e inclusive a Colônia de pescadores (Z-17), porém estas apresentavam muitos problemas de administração e algumas até nem funcionam mais.

Dentre as instituições que atuam no conselho destaca-se a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) que é a responsável por mediar os interesses, direitos e deveres dos usuários, bem como a gestão local e comunitária que passa a ser a concessionária dos direitos de uso cedido pelo Estado (PERES, 2011, p.234), através do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)¹⁸ o qual regulariza a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais. É quem detém a responsabilidade de fiscalizar a aplicação das regras do Plano de Uso.

O quadro 8 mostra as organizações citadas no cadastro dos Beneficiários da Resex e o número de participantes em cada uma.

Quadro 8 - Organizações citadas no cadastro de beneficiários da Resex. Bragança, 2012.

Organizações	Vila do Treme	Vila Bonifácio
ASSUREMACATA	394	224
Colônia Z-17	21	17
Amador Belém	33	1
Associação das Mulheres	-	1
Resposta não registrada	220	115
Total	724	358

Fonte: ICMBio/Bragança. Elaboração de Erica Lopes, 2015.

¹⁸ O CCDRU, concedendo a área de 42.068,86 ha à ASSUREMACATA, foi assinado em 28/09/2011, publicado no Diário Oficial da União em 13/10/2012 e estabelece a vigência contratual por 50 anos (BRASIL, 2012).

Com a leitura do Plano de Manejo, dos estudos de Ballarini (2012) e Silva (2016) e com a pesquisa de campo o que verificou-se é a ênfase no descrédito dos usuários com relação a principal associação que os representa. Os entrevistados ao falarem da ASSUREMACATA fazem referência à decadência da associação-mãe, após situação de inadimplência e por isso não poder canalizar benefícios, o que ocasiona desinteresse em participar.

Silva (2016), cujo estudo deteve-se sobre a ASSUREMACATA, observa que as lideranças estão distanciadas dos usuários, o que vem causando o esmorecimento dos laços associativos e gera desconfiança entre usuários e seus representantes que também são usuários dos produtos extrativistas.

A ASSUREMACATA enquadra-se na definição de associação involuntária identificada por Lobão (2011), pois não é uma formação espontânea dos grupos locais.

5.4.2. Conselho Deliberativo (CD): Alianças e acordos no âmbito da Resex

A partir de 2002 as Resexes passam a ser gerenciadas não mais pelo IBAMA e sim por meio de um Conselho Deliberativo, cujo gestor é representante do ICMBio. Essa mudança, de acordo com Lobão (2011), comprometeu a gestão local, na medida em que os assentos do conselho são compostos não só pela população, mas também por outros grupos de interesse que não compreendem a realidade dos extrativistas.



Figura 19 - Processo de Formação do Conselho Deliberativo. Fonte: ICMBio ó cedido por Willian Fernandes.

a) Assembleia em 2006. b) Posse do CD em 2007.

O SNUC (2000) aborda a atuação dos conselhos na administração das UCs, todavia entende-se que o princípio da necessidade de gestão conjunta com a sociedade civil para preservar o meio ambiente, deu-se a partir da Constituição Federal de 1988 com o Art. 25 que atribui ao poder público e à sociedade civil a responsabilidade com as gerações vindouras. (ESTEVES *et al*, 2013).

As UCs possuem dois tipos de conselhos gestores: o consultivo e o deliberativo.

O primeiro é caracterizado como uma organização, pública ou particular, destinada a dar pareceres sobre negócios do interesse do Estado ou da instituição que o criou. Já o segundo advém do verbo deliberar; da capacidade de resolver, decidir, da discussão para se estudar ou resolver um assunto, ou tomar uma decisão. (ESTEVES *et al*, 2013, p. 11).

Ao falar de participação política no contexto de uma Resex, é mister destacar o conselho gestor da mesma, que deve ser compartilhado entre atores institucionais e locais. Gohn (2011, p. 7), ao falar sobre o conselho, afirma que:

Trata-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em prática que dizem respeito à gestão de bens públicos. Eles constituem, no início deste novo milênio, a principal novidade em termos de políticas públicas. Após as análises, conclui-se que eles são agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos.

O Conselho Deliberativo da REMCT, com 23 instituições membros¹⁹, foi criado em 2007. Na 1ª Reunião Ordinária de 2012 o Sr. F.R., na época, gestor do CD, conceituou-o:

é um grupo de instituições que se reúne para deliberar, ou seja, para se manifestar. E essa manifestação se entrega no contexto legal, tem poder de decisão, é um meio de comunicação local das instituições e um espaço de gestão de políticas públicas que é composta por instituições, que são divididas em órgãos públicos tanto federais como estaduais, representantes dos usuários da Resex e a representação de oito polos das comunidades da Resex (2012, p. 1).

Assim sendo, o Conselho Deliberativo da REMCT foi instituído pela Portaria nº 18, 24/09/2007, publicada no Diário Oficial da União, seção I, Nº206 de 25 de outubro de 2007. Em relação à composição de seus representantes o documento diz o seguinte:

A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (Art. 18, §. 2º, Lei nº 9.985, de 2000). As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei nº 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados (Art. 17, Decreto nº 4.340, de 2002).

As populações tradicionais estão representadas no CD por 8 polos de base comunitária que congregam um total de 42 comunidades.

¹⁹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ó ICMBio; Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR; Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS; Movimento dos Pescadores do Pará - MOPEPA; Igreja Católica / Diocese de Bragança - PA; Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Bragança - PA; Colônia de Pescadores de Bragança - Z-17; Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança - PA; Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu - ASSUREMACATA; Pólos; Prefeitura Municipal de Bragança - PA; - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará - EMATER; Marinha do Brasil / Capitania dos Portos da Amazônia Oriental - CPAOR; Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará - SECTAM; Universidade Federal do Pará - UFPA; Tribunal de Justiça do Estado do Pará / Comarca de Bragança; e Câmara de Vereadores de Bragança ó PA (BRASIL, 2007).

Silva Júnior (2013) observa que os membros do conselho tem diversas origens e formações e procedem de diversos lugares. Em relação aos representantes das populações tradicionais, a maioria são pescadores, coletores de caranguejo e marisqueiras. Enquadram-se nesta definição também os

representantes do Sindicato dos Pescadores Artesanais, o membro do Conselho Nacional de Seringueiros e Populações Tradicionais, bem como o representante titular do Poder Legislativo, pois esse representante faz parte da categoria dos pescadores, tendo sido inclusive, presidente da ASSUREMACATA. No que diz respeito aos membros que representam os órgãos públicos, tem-se profissionais de várias áreas, entre os quais biólogos, veterinários, engenheiros de pesca, arquitetos e militares (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 68).

Segundo Teisserenc *et. al* (2014, p.6) ãos atores do território do município são levados a fazer a experiência de uma coprodução da ação pública que associa o poder local tradicional e os novos atores que se organizam a partir e em torno da Resexö. Essa associação de poder pode ser representada pelo Conselho Deliberativo.

Nas assembleias são discutidas/definidas questões peculiares às demandas da Resex. Foi feita a análise das atas das reuniões que ocorreram no período 2010 ó 2012²⁰ e foram 12 no total.

Com essas informações identificaram-se os principais atores locais e institucionais que são membros do CD, bem como os principais assuntos e interesses discutidos nessas reuniões. Nestes documentos constam a descrição indireta das falas dos participantes e os principais assuntos discutidos. Tais assuntos levantados são:

A organização do próprio conselho (regimento interno, cadastramento de usuários e outros); Competências e papeis das instituições membros; Prestação de contas sobre os créditos de infraestrutura destinados pelo INCRA (Instituto Nacional de

²⁰ Atas: 1º reunião ordinária, 22 de janeiro de 2010; 2º reunião ordinária, 15 de julho de 2010; 3º reunião ordinária, 16 de dezembro de 2010; 1º reunião extraordinária, 11 de março de 2010; 1º reunião ordinária, 20 de janeiro de 2011; 2º reunião ordinária, 20 de setembro de 2011; 3º reunião ordinária, 8 de dezembro de 2011; 2º reunião extraordinária, 18 de março de 2011; 3º reunião extraordinária, 29 de abril de 2011; 4º reunião extraordinária realizada, 6 de outubro de 2011; 1º reunião ordinária, 9 de fevereiro de 2012; 1º reunião extraordinária, 14 de maio de 2012.

Colonização e Reforma Agrária) para construção de casas na Resex; Benefícios e prestação de contas do PNRA (Programa Nacional da Reforma Agrária); Benefício de transferência direta de recursos como Seguro Defeso e Bolsa Verde; Questões ambientais como: Plano de manejo, defeso do caranguejo, leis de proibição sobre o uso predatório dos recursos naturais, direito de uso.

A maioria das pautas das reuniões é direcionada para discussão de benefícios levados às comunidades por intermédio da Resex. O seguro defeso, por exemplo, é uma alternativa institucionalizada de subsistência, pois é uma transferência direta de renda no período em que não se pode fazer extração de recursos, como caranguejo e peixe.

Silva Júnior (2013), discute a perspectiva da participação e das relações de poder existentes neste conselho. O autor busca compreender como o CD contribui para alteração nas relações de poder entre os agentes técnicos e a população local em relação à gestão desta Unidade de Conservação. O autor coloca que o CD ãse insere na lógica de uma nova institucionalidade política empregada no Brasil a partir do processo de redemocratização nos anos 1990ö (*idem*, 2013, p. 18), a qual configura um padrão diferenciado de relacionamento entre Estado e sociedade, sendo caminhos de representação, participação e interferência nas decisões sociais.

De acordo com a Instrução Normativa (IN) nº 02 do ICMBio, que fixa diretrizes e normas para a criação dos conselhos das reservas extrativistas e das reservas de desenvolvimento sustentável, o CD é um õespaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência, referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientaisö (BRASIL, 2007, p. 2). Este busca harmonizar a gestão da Resex proporcionando debates e o uso de ferramentas legais ãno formato de resoluções, que tem poder de lei junto aos usuários e moradores destas unidades de conservaçãoö (SILVA JUNIOR, 2013, p. 17).

O autor ainda defende que a maneira de se conceber o CD como instrumento destacado de gestão sobre uma área protegida, está distanciada da cultura brasileira que vê a participação política baseada nas eleições e em ter os representantes públicos como detentores do poder de decisão.

Com relação às motivações de participação do CD, os representantes dos órgãos públicos tinham como respostas principais fazer parte de seus trabalhos como técnicos, interesse pela questão ambiental e pela pesquisa. Em relação aos representantes das populações tradicionais, há os que participam pela importância do controle social, pelo desejo de bom funcionamento nas decisões e pela necessidade de participar do comitê, pelo povo da gente ou por já ter uma carreira de representação comunitária.

As motivações dos representantes locais revelam uma preocupação com a organização social e o fato de possuírem uma representação que pertença à suas próprias comunidades. Diferente dos representantes dos órgãos públicos que veem esse espaço como seus ambientes de trabalho.

5.4.3. Plano de Utilização (uso) e Plano de Manejo: Construção participativa de um instrumento de gestão

Peres (2011) afirma que as Reservas Extrativistas podem ser uma estratégia de proteção dos modos de vida das populações locais, bem como para a proteção da natureza e construção e legitimação do Contrato de Concessão de Uso, do Plano de Utilização e o Plano de Manejo como uma experiência de diálogo entre racionalidades diferentes, em que as populações locais reivindicaram a aplicação de seus saberes, na elaboração desses instrumentos de gestão.

Para Lobão (2011) a ênfase no extrativismo impulsionou a elaboração dos planos de utilização e manejo como instrumento de gestão da área conservada, que deveria ser construído nas associações locais e virar decreto. Este documento foi definido pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das populações Tradicionais (CNPT), órgão pertencente ao IBAMA. Porém, ainda de acordo com Lobão (2011) na década de 1990, principalmente após a Rio 92 e com a aprovação do SNUC em 2000 as atenções mudaram o rumo da questão política para a proteção ambiental, e o documento, agora técnico previa não somente a gestão da reserva, mas a garantia da sustentabilidade dos recursos.

O Plano de Utilização²¹ é um documento elaborado com a participação dos usuários da Resex e garante direito de uso dos recursos da UC pelos usuários cadastrados, limitando práticas consideradas predatórias e proibindo o acesso de não cadastrados a esses recursos.



Figura 20 - Assembleia de moradores e usuários para a criação do Plano de Uso ó 2005. Fonte: ICMBio ó cedido por Willian Ricardo da Silva Fernandes. 2005

Este plano de utilização tem como função regulamentar, de maneira mais precisa, no cotidiano dos próprios usuários tratando de questões mais específicas do dia-a-dia dos extrativistas. Os responsáveis pela execução e fiscalização do plano são os próprios usuários, ficando a cargo da ASSUREMACATA a aplicação das regras, na condição de representante das comunidades. Os usuários podem denunciar à associação-mãe ou ao IBAMA qualquer prática irregular. Em relação à resolução de possíveis conflitos previstos a partir deste plano a responsabilidade será do Conselho Deliberativo

²¹ O termo "Plano de Utilização" foi alterado para "Acordo de Gestão" pela Instrução Normativa Nº 29 de 2012, do ICMBio (ABDALA, 2012) mas os conceitos permanecem basicamente os mesmos.

da Reserva e do IBAMA, dependendo da situação (ABDALA et al., 2012). O objetivo do Plano de uso é:

Garantir a preservação do ecossistema e o uso sustentável dos recursos naturais da Resex pelos extrativistas que dela tiram seu sustento, respeitando os limites e critérios legais, ambientais e sociais que são a base de sua criação, buscando eliminar as práticas predatórias dentro do espaço da Resex (PU, 2005, art. 1º)

O Plano de Uso da REMCT foi elaborado em novembro de 2005, após diversas reuniões realizadas nas comunidades usuárias dos recursos da reserva (ABDALA *et al*, 2012a, p. 14). Para a construção do plano realizou-se reuniões com as comunidades para cadastramentos dos usuários e para colheita de informações destes, referente ao uso cotidiano de objetos e sobre práticas de extração de recursos naturais. Foram formados também comitês de organização e mobilização para agilizar e dividir os trabalhos entre os diversos grupos de moradores, usuários e técnicos. A intenção foi definir com os usuários, as regras que possibilitassem a conservação dos recursos e seus direitos e deveres. Tais normas foram propostas pelos próprios extrativistas.

Este documento antecede o Plano de Manejo. Conforme o Art 2º da Instrução Normativa do ICMBio Nº 01/2007, o Plano de Manejo de Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável é:

o documento que representa o principal instrumento de gestão da Unidade de Conservação, definindo sua estrutura física e de administração, o zoneamento, as normas de uso da área e de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica, construído junto com a população tradicional da Unidade.

Antes da consolidação do Plano de Manejo em 2012, foi realizado um diagnóstico denominado fase 1, que foi recusado. F.R., então representante do ICMBio descreve esse processo:

O primeiro processo foi a contratação de um consultor pra elaboração do plano de manejo fase 1, que é o equivalente hoje ao diagnóstico. Então foi feito um contrato com esse consultor para ele elaborar esse documento, ele tinha um prazo pra elaborar isso e tinha esse critérios da instituição, da avaliação do conselho pra estarem sendo aprovados e aceitos. No caso com esse consultor, ele não atingiu, não foram satisfatórios os relatórios que ele fez, os produtos que ele entregou, e também ele teve alguns atritos nessa

escala gerencial e que acabou que ele não conseguiu entregar o produto final e aí depois teve algumas discussões que foram feitas entre só próprios atores sobre instrumentos, e depois surgiu a nova oportunidade de consultoria para elaboração de plano de manejo por parte do ICMBio, foi quando se teve um procedimento e venceu a ECOOIDEIA. A ECOOIDEIA teve um trabalho bem aceito, tanto tecnicamente, quanto nas comunidades, na logística, nas organizações (2015).

O Plano de Manejo (2012) da REMCT foi elaborado sob consultoria prestada pela Cooperativa de Ideias Ambientais e Tecnologias Sociais (ECOOIDEIA) ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Este documento possui dois volumes, o primeiro é o diagnóstico da UC e o segundo consta o planejamento de atuação. No diagnóstico é feita a caracterização da UC sobressaindo-se as questões regionais, no que concerne ao seu aspecto ambiental e cultural; a população usuária e suas formas de organização social, práticas de manejo dos bens naturais e a questão fundiária. No volume 2 inclui-se o planejamento estratégico para implementação das diretrizes propostas, como normas, objetivos e programas, cuja construção foi feita a partir de oficinas participativas realizadas com representantes comunitários.



Figura 21 - Oficina para elaboração do Plano de Manejo.

Fonte: Acervo do projeto *“O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação”*, 2012.

Foram realizadas 4 oficinas participativas promovidas pelo ICMBio, a ASSUREMACATA e o Conselho Deliberativo, com objetivo de promover o diálogo entre os participantes. O plano expõe programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, os quais devem ser delineados pelo ICMBio, usuários e demais atores institucionais. Dentre estes, está o Programa de Conhecimento *“Educação Ambiental”* e o Programa *“Gestão participativa e organização social”*.

Sobre a elaboração do plano de manejo, o atual presidente da associação-mãe expõe que.

a construção foi de comunidade em comunidade com o povo, nós nunca fizemos as coisas só nós, vamos sentar aqui com a Universidade, com o ICMBio e deixar o povo pra lá, não, o povo tem que ser sabedor porque mais tarde quem *“carrega a cruz”* é nós, outra coisa do Plano de Manejo se não existisse o Plano de Manejo o Mangueiro²² não existia mais, porque

²² Mangueiro é um tipo de vegetal que é comumente utilizado para fazer curral de pesca e cuja casca é usada para curtir couro.

Maracanã e Curuçá que é uma das Reservas mais destruídas eles tiravam o Mangueiro. O plano ficava de responsabilidade da Universidade junto com o ICMBio na hora de preparar era todo conversando, na hora de escrever ia pra comunidade e trazia tudo escrito o que povo tinha dito, na hora de elaborar foram as reuniões com as comunidades, ICMBio, Universidade, Associação, então trazia tudo escrito e aí você ia elaborar, porque se for botar tudo o que povo diz não tem papel que cheque, então essa construção tinha uma professora que era trabalhou muito em cima desse Plano foi a que mais deu a mão pra nós (J.G., 2015).

Dos 16 entrevistados questionados a respeito do plano de manejo, 14 participaram das oficinas de elaboração do plano, dentre os quais 9 concordam com as regras estabelecidas no documento, por que segundo estes as regras do plano, quando cumpridas, contribuem para o consumo adequado dos recursos extrativistas. Uma entrevistada afirma: ãAcho que as regras ajudaram a melhorar e muita gente já obedece. Esse ano o meu marido foi no ICMBio tirar os documentos pra ter direito a tirar as madeiras pras espias do curralö (I.B., usuária, 2015).

Entre os que observam falhas no documento, a principal questão levantada é que o Plano não compreende as demandas e particularidades de cada comunidade:

Eu como comitê (representante) fui pra uma reunião em Bragança pra definir quantos caranguejos poderia tirar por dia. Na época o pessoal aqui se tirasse mil caranguejo era uma maravilha, mas de qualquer tamanho? Aí definiram também o tamanho, parece que era 6 centímetros. Tem muita gente aqui no Treme que a atividade é essa, mas o pessoal não vai e só acredita quando está vendo a realidade. Lá decidiram que seria tirado 210 caranguejo por dia. Aqui no Treme que era tirado no saco não era vantagem, por que aqui tirava quinhentos ou mil, aí trouxe dificuldade pra quem tira muito e não pensa o amanhã. Quem ganhou foi o pessoal de Ajuruteua que trabalha em cambada, então dez cambadas pra eles é suficiente, cada cambada é 14 caranguejo. (J.M., usuário, 2015).

Cada comunidade é uma realidade, por exemplo, em Tamatateua eles trabalham com caranguejo, com a pesca de rede grossa, pra eles a pescaria de sardinha, de peixe pequeno não interessa, lá eles proibiram a rede do malheiro 22, mas aqui na praia a realidade é outra, essa rede já é bastante utilizada, aí a proibição ficou dentro do contexto geral, aí lá não prejudicou, mas aqui prejudicou. Isso deu uma discussão bastante pesada na sede (V.B., secretário da ASSUREMACATA, 2015).

5.4.4. A construção do Acordo de gestão

O Acordo de Gestão (AG)²³ é uma reelaboração do Plano de Uso construído em 2005, ou seja, o termo mudou, mas a proposta é a mesma na medida em que agrega regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária da UC de uso sustentável junto ao ICMBio, com relação às práticas tradicionais de uso dos recursos e ocupação da área da UC. Ele está dentro de um projeto maior do ICMBio e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é o MANGUEZAIS DO BRASIL. As regras do AG são definidas pela comunidade, junto ao ICMBio. As propostas e regras contidas no acordo foram obtidas nas comunidades a partir de dez oficinas realizadas entre Maio e Setembro de 2015.

O processo de construção do AG é dividido em quatro etapas: A primeira é a Construção participativa realizada em oficinas de diagnóstico nas comunidades, onde é realizado o levantamento das necessidades e problemas socioambientais; a segunda é a finalização do levantamento que acontece numa reunião no Conselho Deliberativo; a terceira etapa é a reunião para construção do documento, e aprovação das propostas do AG; e a última é a submissão do documento à análise jurídica para consolidação.

²³ Instrução normativa nº 29, de 5 de Setembro de 2012 - ICMBio

TIPO APETRECHOS DE PESCA	MALHA (mm)	COMPRIMENTO (m)	LOCAL
REDE CAIQUEIRA	20 x 20	1.000	LOMBOS DE FORA
	20 x 20	300	LOMBOS DE DENTRO
	22 x 20	1.000	LOMBOS DE FORA E DENTRO
	25 x 20	1.000	LOMBOS DE FORA E DENTRO
REDE TAINHEIRA E GOZEIRA	35 x 35	100	RIO
	35 x 35	1.000	MAR
REDE SARBINHEIRA	15 x 20	400	RIO, IGARAPÉS E CABECEIRAS
REDE SAJUBEIRA	25 x 25	300	RIOS E FUROS
REDE PRETA	25 x 25	A DEFINIR	CAMPOS
TARRAFA	25 x 25	1,5 m	
ISQUEIRA	18 x 18	1,5 m	

POLO/BACIA HIDROGRÁFICA	TIPO DE CURRAL	MALHA DE REDE DO CHIQUEIRO	TAMANHO DE ESPIA	ESPAÇAMENTO ENTRE AS VARAS
AIURUTEUA	ENFIA DE DENTRO	25 x 25	70 braças	30 cm
	ENFIA DE FORA	30 x 30	70 braças	30 cm
RIO TAPERACU (RIO BACURITEUA)	ENFIA	30 x 30	60 braças	30 cm
RIO CAETÉ (RIO DE CARAJÓ)	ENFIA	30 x 30	100 braças	30 cm
RIO CAETÉ (RIO DE CARAJÓ)	ENFIA	25 x 25	100 braças	30 cm
RIO CAETÉ (RIO DE CARAJÓ)	CORAÇÃO	25 x 25	20 braças	30 cm
RIO MANITEUA (RIO MATATEUA)	ENFIA	30 x 30	30 braças	30 cm

*** ÁREAS PROTEGIDAS.**

- PROTEGER AS ÁREAS DO FURO DO MAGUARI, PARA EVITAR QUE OS BARCOS DE PESCA DERRAMEM ÓLEO DIESEL NO RIO.
- PROTEGER A ILHA DO JABUTI.
- PROTEGER O AJURUZAL NA PRAIA DA VILA DOS PESCADORES E O MANGUE QUE ESTÁ RECENTE NESTA ÁREA.
- PROTEGER A ÁREA DO FURO GRANDE ATÉ A BACIA DO CAETÉ.
- PRESERVAR A ÁREA DA BARCA NA VILA DOS PESCADORES.

*** ORDENAMENTO TERRITORIAL.**

- É PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO DE TERRENOS DENTRO DA ÁREA DA RESEX (VILA DO BONIFÁCIO, VILA DOS PESCADORES E VILA DO CASTELO).
- É PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO DE CASA PROVENIENTE DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - PNRA, EXECUTADO PELO INCRA.
- SOMENTE É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO DA BENFEITÓRIA P/AS FAMILÍAS USUÁRIAS OU NÔ DA RESEX, DESDE QUE AS MESMAS RESPEITEM AS REGIÕES DE ALUGAR.
- OS TERRENOS DESOCUPADOS DEVEM SER DESTINADOS AOS MORADORES E SEUS FILHOS APÓS UMA ASSEMBLEIA NAS COMUNIDADES.
- É PROIBIDA A DESTINAÇÃO DE TERRENOS P/ NÃO BENEFICIÁRIOS OU MORADORES DA RESEX.
- É PROIBIDA A CONSTRUÇÃO DE CASAS EM ÁREAS DE MANGUEZAL E DE DUNAS.

GRUPO 2 - CARANGUEJO

CONSENSO: ARTE DE PESCA + BRACEAMENTO E GANCHO (LEGISLAÇÃO PREVÊ)

PROIBIÇÕES: CAPTURA DE FÊMEAS, ESQUARTEJAMENTO, CAPTURA NO PERÍODO DO DEFESO, TAMANHO MÍNIMO DE CARAPAÇA: 6 cm (LEGISLAÇÃO PREVÊ)

*** DIVERGÊNCIA:** NÃO USO DO GANCHO.

- MESES: JULHO A DEZEMBRO.
- MESES: NOVEMBRO A DEZEMBRO.

QUANTIDADE COLETADA POR TIRADOR (POR DIA):

- COTAS: 210 UNIDADES CARANGUEJOS POR DIA (15 CARANGUEJOS)
- COTAS: 200 UNIDADES CARANGUEJOS POR DIA (15 CARANGUEJOS)

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE DE CARANGUEJO PARA O PERÍODO DO DEFESO

- NÃO EMITIR A DECLARAÇÃO DE ESTOQUE P/ CARANGUEJEIRO NA (ESP. 30) DEFESO.
- EMITIR DECLARAÇÃO DE ESTOQUE PARA: 15 DE CARANGUEJOS → 250 CARANGUEJOS
3 DIAS → 400 CARANGUEJOS

*** DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- REALIZAR UM CADASTRO DOS CARANGUEJEIROS DA RESEX MARINHA DE CAETÉ - TAPERACU, PARA IDENTIFICAÇÃO DOS COLETORES DE CARANGUEJO E IDENTIFICAR OS LOCAIS DE COLETA.

Figura 22 - Regras de usos elaboradas na oficina do Acordo de gestão.

Foto: Talita Silva, 2015.

Na reunião de finalização do AG, ocorrida no dia 30 de setembro de 2015, havia, além dos representantes das comunidades, técnicos do ICMBio, IBAMA, IDATAM (Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia), pesquisadores do Instituto Federal do Pará de Bragança, da Universidade Federal do Pará (Belém e Bragança), e representantes de outras Resexs como a de Tracuateua.



Figura 23 - Reunião para discussão do Acordo de Gestão ó 2015.

Fonte: Acervo do projeto ãO Desafio Político da Participação em Unidades de Conservaçãõ, 2015.

Optou-se em acompanhar a reunião para observar a maneira como os agentes da pesquisa interagem nesse ambiente de discussão. No início da reunião foi explicado que a mesma tinha a função de acrescentar informações que não foram discutidas nas oficinas e foi destacado que a maioria da representação comunitária não estava presente, no entanto a finalização do acordo se daria na reunião do conselho para construção do documento, então ainda teria tempo ó caso os ausentes não se sentissem contemplados ó de lançar novas propostas que poderiam ser discutidas.

Na presente reunião os participantes foram divididos em 4 oficinas referentes a prática extrativista, a saber: Caranguejo, pesca de curral, pesca com outros apetrechos e monitoramento de áreas protegidas e ordenamento territorial. O objetivo foi aprimorar os resultados e ver o que ainda estava faltando para a finalização do documento.

Nas oficinas foi realizado um levantamento das necessidades socioambientais das comunidades, situações que colocavam em risco as atividades do dia-a-dia. Após foram construídas as regras em busca de soluções para os problemas.

A Resex de Tracuateua e Gurupi Piriá estavam também na mesma discussão, a proposta do projeto Manguézais do Brasil é fazer um acordo integrado, algumas regras serão gerais para o Salgado Paraense.

Também foi colocada a posição do fiscal do IBAMA, o senhor A.M., em relação à Resex, ele atentou para a responsabilidade dos usuários pelo recurso. De acordo com ele, o pescador precisa estar devidamente legalizado (IBAMA, ICMBio, SEMA, Secretarias de pesca) para que tenha direito aos benefícios como um trabalhador que é reconhecido como pescador profissional. E pra ser caranguejeiro em escala comercial tem que ter a concessão. O pescador profissional tem que ter uma carteira profissional que o ministério da pesca libera pra poder utilizar o recurso que não é particular, é público.

Nesse processo de construção do acordo, os comunitários estavam sendo legisladores do recurso, definindo regras. Desta feita o técnico pediu comprometimento por parte dos usuários e não a participação que ele chama de ouvir e ir embora. De acordo com ele, a dedicação maior deve ser das comunidades, pois IBAMA, SEMA, ICMBio, não dão conta de gerir o território. Foi concedido um território para as comunidades tradicionais, mas é necessário que seja sustentável, que mantenha a integridade das unidades ou dos espaços físicos para outras gerações por 50 anos.

A questão mais discutida na reunião foi em relação ao monitoramento territorial, visto que ainda existem dúvidas dos usuários a respeito do uso do território da Resex. Foi colocado em pauta que o monitoramento e as regras estabelecidas no acordo são somente para dentro da Resex, para o entorno são feitas recomendações. As recomendações tem que ser cumpridas pelos órgãos ambientais competentes, SEMA, IBAMA, e secretaria do meio ambiente de Bragança em parceria com as comunidades, então tudo que está relacionado com o acordo de gestão vale para dentro da unidade. Não se tem atribuições legais para fora da unidade.

A função do entorno é amortecer o impacto, por isso também chamado de Zona de Amortecimento. O ICMBio só atua na área se houver algum impacto com influência direta na unidade. O monitoramento da área da Resex deve ser feito por todas as comunidades beneficiárias da mesma.

Uma questão frequente na reunião é a discussão de como o AG vai tratar as particularidades das comunidades. O técnico do ICMBio afirmou que deve-se considerar o que ficou decidido na maioria das reuniões pois não dá pra contemplar todas as peculiaridades. Aquilo que os usuários propõem não necessariamente será aceito.

O monitoramento territorial é gradual, começa com o usuário, que passa para as comunidades, depois pros comitês comunitários. A função da associação é trabalhar para o fortalecimento dos comitês e esse fortalecimento passa pela discussão do acordo, do entendimento das regras, das funções.

Em relação à fiscalização dentro das comunidades, qualquer pessoa pode denunciar para o ICMBio ou mesmo buscar internamente a resolução para as questões referentes ao descumprimento do acordo²⁴. Na REMCT havia o chamado oAgente Ambiental Voluntário, figura que não existe mais, sendo assim cada usuário é responsável pelo cumprimento do acordo e não apenas ICMBio e outras instituições, justamente por isso que a gestão é conjunta.

Observando os agentes no ambiente de reunião do CD ficou notório que a questão territorial é o assunto que mais demonstram limitações em apreender. Muitos usuários ainda não conhecem as regras ou se mostram resistentes a elas. Por exemplo, ainda existem dúvidas entre os usuários e outros participantes, em relação comunidades estão dentro do limite da Resex e quais estão localizadas no seu entorno.

A experiência em campo revelou que ao tomarem parte dos espaços institucionalizados de participação, os agentes buscam a oportunidade de terem representação perante outras entidades. Também observou-se pouco interesse na ASSUREMACATA, apesar de serem associados, não fazem a contribuição mensal e referem-se à associação com termos equivalentes a ofracasso e odecadência.

²⁴ Sobre atividades identificadas que estão em desacordo com os objetivos da Resex, o ICMBio faz primeiro uma advertência, na 2ª advertência o usuário perderá benefícios (Bolsa verde, por exemplo) e outras políticas públicas da UC.

6 - CONCLUSÃO

A ocupação e uso de maneira sustentável de territórios destinados à conservação, mostra-se como o cerne da proposta das Reservas Extrativistas, isso contribui para que a discussão sobre a participação em novos territórios prolifere vinculada às questões socioambientais. Entende-se como fundamental reforçar tais discussões, visto que a percepção deste tipo de Unidade de Conservação prevê não apenas a conservação dos recursos naturais, minimização do problema fundiário ou preocupações de cunho econômico, mas, sobretudo a permanência das populações em seus locais de vivência. Por isso as experiências comunitárias na gestão deste modelo de unidade reinou neste trabalho.

A Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu, bem como outras UCs na região do Salgado Paraense, surgiu como uma alternativa de resposta aos problemas referentes ao uso exacerbado dos mangues e pesca predatória, desta maneira para o gerenciamento desses recursos, criou-se arranjos institucionais de gestão - como comitês comunitários, associação de usuários e Conselho Deliberativo; e instrumentos documentais ó como os planos de utilização e de manejo - com o intuito de garantir que os usuários dos recursos obtivessem espaço nas demandas e implementação de medidas no gerenciamento da unidade.

Na pesquisa foram identificados três momentos distintos da participação dos usuários: O primeiro entre a década de 90 até meados de 2005, antes da criação, quando ocorreram as mobilizações para implantação da unidade; o segundo é o período da chegada dos benefícios e fomentos, entre 2005 e 2008, aproximadamente; e o último, começa em meados de 2012 e se estende até a atualidade, após a associação-mãe ficar inadimplente e os movimentos e reuniões não serem mais frequentes.

Viu-se que os instrumentos legais necessários estão postos na realidade desta Resex do litoral paraense, fato que a coloca em posição "privilegiada" frente a outras UCs no que se refere, por exemplo, a possuir um plano de manejo e Conselho Deliberativo consolidados. Contudo, a presente pesquisa revelou enfraquecimento das ações de base na gestão desse território institucionalizado que dificulta a construção de alternativas que levem ao associativismo; fato corroborado pela situação de

inadimplência da associação mãe que por sua vez causa a ausência de créditos e a impossibilidade de canalizar benefícios.

A própria implantação da Resex já é uma possível estratégia para sanar os problemas oriundos do uso irrefletido dos recursos naturais, a partir daí outras estratégias foram delineando-se õpelas mãosõ dos usuários e instituições de interesse como o ICMBio. Pois quando a ideia da Resex começou a ser proliferada, os idealizadores lançaram mão do apoio de pessoas que já possuíam experiências de ativismo no local, envolvidas em sindicatos, associações, colônia dos pescadores e instituições religiosas; o que colaborou para a disseminação das discussões a respeito da implantação da unidade, além de ter produzido uma ação no território, modificando-o e direcionando as mobilizações para conquista de direitos.

Antes da criação da Resex, as principais instituições de representação dos extrativistas eram a Colônia de Pesca ó Z17 (Bragança/PA) e o Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança (SINPAB). A Resex trouxe outros ambientes e de representação e foi sobre a participação nestes outros espaços de discussão que a pesquisa foi desenvolvida. Pois, ao serem confrontados com outras formas de gestão do território, viu-se que os usuários mobilizam ferramentas de acordo com suas experiências de gestão e começam a interagir também com diversos atores que passam a fazer parte de seus cotidianos em virtude do compartilhamento da gestão da Resex.

Conforme se constatou durante as pesquisas que fundamentaram esta dissertação, o que sobressaiu nos discursos dos usuários referentes às motivações para participação na Resex são os benefícios sociais. O que pode levar a inferir que nesse processo não foi construído desde o início, entre os partícipes, uma base inclusiva de debate fortalecendo os princípios que motivaram a constituição desse território. Paradigmas atuais que refletem sobre a inclusão de agentes no processo de democratização informam, por exemplo, que as grandes privações constituem-se em impedimento para a participação. No entanto, no que pese o recebimento dos benefícios poder contribuir para o fortalecimento da cogestão, e mais ainda, para a atuação dos agentes sociais dessa pesquisa, nota-se um descompasso na aquisição dos mesmos. Não refletindo na tomada de consciência do espaço vivido, de forma mais ampla, aparenta estar dissociado o interesse para o equilíbrio ambiental e os benefícios recebidos.

Vislumbra-se esse fato na apresentação do projeto para criação da UC, onde houve um destaque para os benefícios e não para os deveres que passariam a fazer parte de seus cotidianos, tanto que a Resex, por muitos não é nem se quer percebida como um território a ser conservado.

Os principais direitos destacados são: as moradias, a obtenção de direitos, como aposentadoria ou aquisição de documentos civis e a possibilidade de formação escolar, o que colaborou inclusive como preparação para representantes da comunidade. Foi constante entre os entrevistados as dificuldades antes enfrentadas pelos usuários, como trabalho desgastante sem nenhuma seguridade e sem representação e reconhecimento perante a sociedade.

Para outro ponto de vista os benefícios sociais foram as principais causas do esfriamento de preocupação voltada para o cuidado com os recursos naturais por parte dos usuários, pois interesses, antes voltados principalmente às questões ambientais, foram direcionados para fomentos e ganhos econômicos.

Com relação ao distanciamento de pessoas dos ambientes políticos, os principais fatores são as dificuldades de lidar com as normas estabelecidas pelos Planos de Uso e Manejo, as sanções aplicadas pelo IBAMA e ICMBio, a não confiança nos representantes comunitários e a dificuldade em organizar e administrar uma instituição como uma associação. Se a Resex foi uma alternativa para evitar conflitos em torno dos danos ao ambiente, outros conflitos surgem entre os próprios usuários, visto que se tornam fiscais uns dos outros.

Apesar das dificuldades identificadas, ressalta-se que as Resexø perduram mesmo após 30 anos desde a criação deste modelo de UC e a REMCT já possui mais de uma década, com isso infere-se que as razões para sua permanência sobressaem-se às dificuldades em mantê-la, pois alguns usuários ressaltam a diminuição dos danos ambientais e as melhorias sociais trazidas pela implantação da Resex. No âmbito da participação, pode-se buscar a diminuição das limitações evidenciadas na presente pesquisa com a propagação de informações para crianças e jovens (por meio de livros didáticos, oficinas, palestras) concernentes aos objetivos e funções de uma Resex, levando em consideração suas peculiaridades locais, modos de vida, fatores internos e externos que influenciam sua gestão.

Existem atualmente propostas de ações que objetivam a formação de novas lideranças, inclusive o projeto O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação junto ao IFPA e UFPA de Bragança e lideranças locais estão se mobilizando com esse propósito. Tendo em vista que as primeiras lideranças já demonstram-se fadigados, situação que aglutina a formação de novas experiências e estratégias.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. 2012. *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação*. Brasília: ICMBio.

ALLEGRETTI, Mary. *A construção social de políticas ambientais ó Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*. 827p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável ó Gestão e Política Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília (UNB), 2002.

_____. *A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR, 2008.

_____. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. *et al. O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994.

ALMEIDA, Mauro. *Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19 Nº. 55, 2004.

ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manuela. *Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia*. In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. Org. CAPOBIANCO *et al.* São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001.

ALMEIDA, Mauro; PANTOJA, Mariana. *Justiça local nas Reservas Extrativistas*. Revista Raízes, vol. 23, nºs 01 e 02, Campina Grande, 2004.

ALONSO, Ângela. *As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate*. São Paulo: Lua nova, 2009.

ATAS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ TAPERAÇU. Bragança ó PA. 2010 - 2012.

BALLARINI, Dante Hadad. *A percepção dos moradores de Caratateua em relação à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará, Brasil*. 2012. 68 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos) ó Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2012.

BARBOSA, José. *Gestão coletiva de bens comuns: regimes de propriedade e conflitos na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BATISTA, Iane. *Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da Resex Mãe Grande de Curuçá*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do

Desenvolvimento ó PLADES / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido ó PDTU) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos ó NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 1 ed.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BORDENAVE, Juan. *O que é participação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. O capital social - Notas provisórias. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Decreto de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 8, 23 de maio de 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)*. 2000. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>. Acesso em: 10/07/2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria N° 17, de 24 de setembro de 2007. Diário Oficial da União, seção I, N° 206 de 25 de Outubro de 2007. p. 206.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Cria o Conselho Deliberativo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu. Resolução N° 08, de 08 de Dezembro de 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Estudo Socioambiental referente à proposta de ampliação da Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba, Estado do Pará, 2014.

_____. Instrução Normativa n 01, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Publicada no Diário Oficial da União No. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20/09/2007.

_____. Instrução Normativa n 01, de 18 de setembro de 2007 (Art. 5º). Primeira fase de diagnóstico da Unidade de Conservação. Publicada no Diário Oficial da União No. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20/09/2007.

_____. Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Publicada no Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20/09/2007

_____. Resolução Nº 08, de 08 de Dezembro de 2011. Descreve o perfil do Beneficiário da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu / Conselho Deliberativo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, 2011.

_____. decreto-lei nº 9. 760, de 05. 09.1946. Dispõe sobre terras devolutas, 1946.

_____. Manual de procedimentos para implantação do crédito instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. ICMBio, 2011.

_____. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. Publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2012.

_____. Instrução Normativa Nº 29 de 5 de Setembro de 2012. Requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal. ICMBio, 2012.

_____. Instrução Normativa n. 03, de 18 de setembro de 2007 (Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidades de Conservação Federal das Categorias de Reservas Extrativistas e Reserva de Desenvolvimento sustentável). Brasília, 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Manguezais. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/manguezais#>. Acesso em: Dezembro de 2015

_____. Manual de Procedimentos para Implantação do Crédito Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. ICMBio, 2011.

BRUNDTLAND, Harlen. *Relatório ãNosso Futuro Comum*. Disponível em: < Nosso Futuro Comum >. Acesso em: 12 / 01 / 2015.

BURSZTYN, Marcel; FONSECA, Igor F.; MOURA, Adriana M. M. *Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: O caso do conselho nacional do meio ambiente*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 183-198, jun. 2012.

CAVALCANTI, Clóvis. Breve introdução à economia da sustentabilidade. In: *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

CONCEIÇÃO, Maria. *Políticas e colonos na Bragantina, Estado do Pará: Um trem, a terra e a mandioca*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Campinas, SP, 1991.
Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=0000288>

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA. Resolução N° 303, de 20 de Março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

DAMACENA, F. *História de vida de professores e suas implicações na prática pedagógica: Um estudo na Vila do Treme em Bragança-Pará*. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia ó PPGLSA). Universidade Federal do Pará, Bragança, 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ESTEVES, Luciana; SANTOS, Erick; ARAÚJO, Fábio; SILVA, Taline. *Gestão Participativa em Unidades de Conservação: Uma breve análise no Amapá*. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - v.9, n.17, Goiânia, 2013.

FIGUEIREDO, Elida; FURTADO, Lourdes; CASTRO, Edna. *Trabalhadores da pesca e a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá-PA: impactos socioambientais da estrada Pa-136*. Revista Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, V. 5, n 9, jul/dez, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Universidade Estadual de Campinas / Universidade Nove de Julho.

_____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALES, Carlos; FERREIRA, Ricardo; CALVOSO, Genilda. *Caminhos da Pesquisa e a Contemporaneidade*. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, Universidade São Marcos, 2002.

HARDIN, Garrett. La tragedia de los bienes comunes. In: Smith, R.C.; Pinedo, D. *El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia*. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 1968. (Estudios de la Sociedad Rural, 21).

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2005. *Solicita a criação de uma Reserva Extrativista*. Bragança, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. *Censo Demográfico Brasileiro (Resultados Preliminares)*. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: Fevereiro de 2016.

_____. *Histórico de Bragança*. 2012. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150170&search=para/braganca/infograficos:-historico>.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOBÃO, Ronaldo. *Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonização em Reservas Extrativistas*. Por uma etnografia da vida associativa. Niterói-Rio de Janeiro: EDUFF, 2011.

LOPES, José Sérgio Leite. *Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação*. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MANESCHY, Maria; MAIA, Maria; CONCEIÇÃO, Maria. *Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida*. Novos Cadernos NAEA. v. 11, n. 1, p. 85-108, jun. 2008.

_____. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: EDUFPA, 1993.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MELLO, Clara. *Diagnóstico para avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da zona costeira-estuarina dos Estados do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/brasil>. Acesso em 20/02/2016.

MILANI, Carlos R. S. *O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, maio/jun. 2008.

MOURA, Edila. *Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá Estado do Amazonas, Brasil*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora/UNESP, 1998.

OLIVEIRA, Marcelo. *Trabalho e territorialidade no extrativismo e caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança-Pará*. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos / Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental - PPGBA). Universidade Federal do Pará, Bragança, 2013.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Trad. M.D.C. Guerreiro; M.L. Faria. Rev.Téc. P.T. Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998.

OSTROM, Elinor; MCKEAN, Margaret. *Regimes de propriedade comum em florestas: Somente uma relíquia do passado?* In: DIEGUES, Antônio. Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: NUPAUB, 2001.

PARÁ, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF). 2008. *Plano Plurianual para o período 2008-2011*. Disponível em: http://www.sepof.pa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=91.

PERES, Ariadne. *Estudo Antropológico de uma comunidade na abrangência da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)*. 301 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) ó Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

PERRUSO, M. A. Em busca do ãNovoö: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-80. 553 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) ó Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, Tânia. *A Participação no Desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia*. Revista Pós Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.9, n.18, 2012. 233 p. São Luís: EDUFMA, 2012.

_____.SILVA JUNIOR, Sebastião; SIQUEIRA, Deis; MANESCHY, Maria. *Conservação dos Recursos Naturais, Práticas Participativas e Institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. XVIII, Nº. 477, Mayo de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Porque Epistemologias do Sul?* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Ciclo de Aulas Magistrais, 2014 (1h23). Disponível em: <<http://www.youtube.com>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

SANTOS, S; CAÑETE, V. *RESEX-Mar: uma análise dos conflitos socioambientais na zona pesqueira do Salgado paraense*. Encontro Nordeste da Rede Latino-americana de Antropologia Jurídica. RELAJU/Nordeste, Universidade Federal do Maranhão, 2015.

SCHNEIDER, S. *Território, Ruralidade e Desenvolvimento*. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). *Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI*. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SILVA JUNIOR, Sebastião. *Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA*. 2013. 129 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais, Universidade Federal Do Pará, Belém, 2013.

SILVA, Talita. *Laços associativos e práticas participativas na Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, M. J. S. *Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais*. Sociologia & Antropologia, v. 04, p. 97-125, 2014.

_____. *Governança territorial em Reservas Extrativistas*. 2014.

TRABALHOS ACADÊMICOS: Roteiro Para Apresentação De Acordo Com A ABNT. Universidade Federal do Pará. Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann. Belém, 2013.

VALLEJO, Luiz. *Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas*. Geographia / Universidade Federal Fluminense Universidade Federal Fluminense, Vol. 4, n° 8, 2002.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, 2012.

ZHOURI, Andréa. *Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 23 No. 68, Outubro/2008.

APÊNDICE 1: Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação CNPQ edital n°
43/2013

Roteiro de entrevista

(Iniciar falando do objetivo da entrevista)

I - Caracterização do entrevistado

- Sexo
- Idade
- Escolaridade / formação (explorar a trajetória de escolaridade)
- Local de residência (comunidade / Polo)
- Você exerce atividade extrativista? Qual?
- Com quem você aprendeu essa função?
- Você exerce outras atividades econômicas? Se sim, quais?
- Nasceu em qual cidade?

Se não for bragantino, perguntar:

- Qual sua cidade de origem?
- Por que você veio para Bragança/resex?
- Descreva sua chegada em Bragança.

II - Experiências de participação em organizações

(Associações das comunidades, ASSUREMACATA, Conselho Deliberativo, comitês, igreja, oficinas).

- Para você, o que é participação dentro da Resex? - Que tipo de organização (organizações) você participa ou participou?
- Há quanto tempo participa?
- Sabe dizer como e quando foi fundada essa organização? Se sim, relate.

- O que o levou a participar desta organização?
- Você teve influência de parentes ou outras pessoas da sua comunidade para participar desta organização? Se sim, como isto ocorreu?
- Quais os meios ou estratégias você utiliza para participar? (**reuniões, encontros**)
- Você exerce alguma função ou cargo específicos na organização? Se sim, qual?
- Você acha que a sua participação é levada em consideração? Explique.
- Quais os principais benefícios que você alcançou com sua participação?
- Quais as principais dificuldades que você enfrenta na participação?
- Quais os principais conflitos presentes nesses ambientes?
- Como é seu relacionamento com outros participantes? (da sua comunidade, de outras comunidades ou instituições).
- Você conhece outras associações? Quais? Sabe por que e como foram criadas?
- Como os moradores geralmente participam?
- Tem conhecimento de movimentos sociais? Como eram antes e como são agora?

III. Sobre a Resex

- O que é a resex?
- Você acompanhou o processo de criação da Resex? Se sim, relate esse processo.
- Quem foi a pessoa ou grupo que mais influenciou para criação da Resex?
- Antes da implantação da Resex você já participava de organizações? Se sim, quais?
- A Resex influenciou você a participar de organizações? Se sim, quais? Como isso ocorreu?
- Quais as mudanças trazidas pela Resex?
- Qual a principal dificuldade enfrentada na Resex?
- Qual o principal benefício trazido pela Resex?
- Para você como a participação das comunidades pode influenciar na gestão da Resex?
- Esse ano a Resex completou dez anos de existência. Você observa mudanças nesse período? Quais?
- Você sabe que direitos possui enquanto morador/usuário da resex?
- Quais direitos foram alcançados e quais faltam alcançar para você e para todos os moradores?
- Você observa conflitos (problemas) na Resex? Se sim, quais?
- Quem normalmente atua para resolver ou amenizar esses conflitos?

- Nos dois últimos anos, cite exemplo de um ou dois conflitos marcantes e como foram resolvidos (quem foram os atores ó pessoas, entidades - mais significativos que atuaram nesse processo).

IV. Participação em canais/instrumentos de gestão (ASSUREMACATA, Conselho Deliberativo, Plano de Manejo e Plano de Uso da Resex).

(Se não é participante da ASSUREMACATA, perguntar se a conhece, quem a representa, se tem alcançado o objetivo de representar a comunidade).

- O Conselho Deliberativo contribui na administração da Resex com a participação dos moradores? Como?
- Quais as principais decisões tomadas pelo CD que você acha mais importantes?
- Você sabe como o conselho funciona? Quem faz parte do conselho?
- Você conhece o gestor do Conselho Deliberativo (ICMBio)? Tem diferença entre o anterior e o atual?
- Conhece o Plano de Manejo? **(ouviu falar, leu; discutiu)**
- Você participou das oficinas de elaboração do plano de manejo?
- Outras pessoas da sua comunidade participaram?
- Você conhece o Plano de Manejo e Plano de Uso? Se sim, sabe se as desejos/anseios dos moradores e usuários e suas associações foram incorporadas nos planos? Quais são essas demandas?
- Quais as principais mudanças que os planos trouxeram para o seu dia-a-dia?
- Há diferença entre a sua participação nas instâncias da Resex e nas associações locais? Qual?